

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Reitor

Cristovam Paes de Oliveira

Vice-Reitor Carlos

Roberto Caetano Chaves

Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais / ICHS-UFOP

Solange Ribeiro de Oliveira

Vice-Diretor

Marco Antonio Villa

Chefe do Departamento de História / DEHIS

Carlos Fico

Coordenador do Laboratório de Pesquisa Histórica / LPH

Jose Guilherme Ribeiro

Coordenadoria do LPH

Jose Arnaldo Coelho de Aguiar Lima, Jose Guilherme Ribeiro, Renato Pinto Venâncio

EXPEDIENTE

LPH — Revista de História e uma publicação do LPH.

Rua Seminário, s/n. ° — 35400 — Mariana — Minas Gerais — Brasil

Telefone: (031) 3557-1322 / Ramal: 20 — 3557-1555

Os Editores agradecem a colaboração dos professores dos Departamentos de Letras e de Educação do ICHS/UFOP, que fizeram a revisão dos originais, permitindo a publicação da Revista do LPH no prazo estabelecido.

Coordenação Editorial

Crisoston Tertio Villas Boas

Jose Guilherme Ribeiro

Renato Pinto Venâncio

Capa: José Guilherme Ribeiro

Revisão: Elinor de Oliveira Carvalho (DELET), Hebe Maria Rola Santos (DELET), Heliana Maria Brina Brandão (DELET), Jose Benedito Donadon Leal (DELET), Leiva de Figueiredo V. Leal (DEEDU), Arnaldo de Almeida (COC) Janio Penna (COC) e Rosangela Maria Zanetti (COC)

Produção Gráfica de Textos: Maria Lúcia Murta (COC/UFOP) Impressão: Imprensa Universitária da UFOP

Pede-se Permuta

On Demande Exchange We Demand Exchange Se Pide Permuta

LPH

REVISTA DE HISTÓRIA

Volume1 NPI 1990 • Departamento de História UFOP

ENTREVISTA

A história e a micro-história:
uma entrevista com Carlos Ginzburg..... 01

ARTIGOS

Razão e alienação: a predição
entre os romanos e a previsão contemporânea
Pedro Paulo Funari..... 07

As Amazonas: um mito e algumas hipóteses
Luiz Mott..... 13

Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação
Maria Luiza Marcílio..... 36

Registros paroquiais:
notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito
Iraci del Nero da Costa..... 46

Atividades produtivas em Vila Rica (1808-1825)
Solange Sabino Pailazzi Fortes..... 55

Evaristo da Veiga: apropriação e adaptação dos princípios liberais
Lucia Maria Paschoal Guimarães..... 63

Democracia e elitismo no Segundo Reinado
Beatriz W, de Cerqueira Leite..... 71

A última fuga:
o suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888)
Renato Pinto Venâncio..... 80

Aspectos da ação do DIP:
a divulgação da censura e a censura da divulgação
Heloisa Helena de Jesus Paulo..... 90

COMUNICAÇÃO

Notas sobre a implantação
do sistema de arquivos de Montes Claros
Maria Cecília Mendes Lima
Ângelo Alves Carrara..... 105

RESENHA

Pedro P. FUNARI. Cultura Popular
na Antiguidade clássica
Jose Antonio Dabdab Trabulsi..... 108

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, apesar da crise que atinge a universidade, a produção científica brasileira tem sido ampliada e diversificada. Na área de História surgiram novas abordagens conceituais, novas polêmicas foram travadas, cresceu o número de obras publicadas e de teses defendidas. Essa renovação foi acompanhada pela multiplicação dos periódicos da disciplina, facilitando o acesso aos resultados das pesquisas já realizadas ou em andamento.

A Revista do Laboratório de Pesquisa Histórica (LPH) pretende atuar nesse sentido, contribuindo para a integração entre ensino e pesquisa científica, através da divulgação de trabalhos de professores e alunos universitários. Ela também procura ser um veículo de integração entre as Ciências Sociais, privilegiando a análise interdisciplinar dos fenômenos históricos. Com isso, pretendemos criar mais um canal para a constante atualização dos profissionais da área.

Os Editores

A HISTÓRIA E A MICRO HISTORIA: uma entrevista com Carlo Ginzburg ¹

Renato Pinto VENÂNCIO

Autor de vasta e variada obra, Carlo Ginzburg vem promovendo uma profunda transformação nos conceitos e noções comuns ao trabalho do historiador. Na presente entrevista, concedida em 20 de outubro de 1989, o professor Ginzburg analisou as contribuições dessa renovação, assim como o significado da micro-história nas pesquisas atuais.

P. Os leitores de seus livros ficam geralmente impressionados com a erudição que o Sr. demonstra ter. Seria interessante que o Sr. comentasse as etapas de sua formação.

R. Sim. Eu estudei em Pisa, na escola Normal Superior que é uma instituição formada a partir do modelo da Escola Normal francesa, criada no século XIX. Paralelamente frequentei a Universidade de Pisa. Quanto à erudição, acredito que se trata simplesmente um "gosto", pois não sou um erudito no sentido estrito do termo. Dentre os historiadores vivos, o que mais me influenciou nesse sentido foi Delio Cantimori que, certamente, é um grande erudito dotado de uma curiosidade enorme, sem limite. Seu trabalho voltou-se para temas que vão da história dos arquivos italianos do século XVI a Marx e o historicismo alemão. Delio Cantimori é um intelectual que realmente tem o "gosto" pela erudição. Também conheci outro grande erudito, Augusto Campana, que trabalha na Biblioteca do Vaticano. O curioso é que, em Pisa, seus seminários eram ministrados sábado à noite e eu achava-os bastante enfadonhos, mas tinha um fascínio pela erudição de Campana que acabou repercutindo em meus trabalhos. Na verdade, entendo a erudição como o interesse pelo detalhe concreto. Tenho grande apreço pelo debate teórico, mas não me interesso por discussões teóricas sem referências concretas. Creio que é importante haver uma convergência entre erudição e questões teóricas.

P. Infelizmente a historiografia italiana contemporânea é bem menos difundida no Brasil do que a francesa ou inglesa. Em sua opinião, quais são as principais tendências da historiografia italiana dos nossos dias?

R. Quando falamos da historiografia italiana do século XX, há grandes nomes que ainda são pouco conhecidos no Brasil, como, por exemplo, o historiador Arnaldo Momigliano, intelectual de origem judaica que foi obrigado a fugir da Itália em 1938 e fez a maior parte de sua carreira na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas manteve fortes ligações com a Itália. Momigliano é um historiador de fama mundial e eu mesmo fui influenciado por seus trabalhos. O mesmo posso dizer das pesquisas de Cantimori, que é em geral pouco conhecido no Brasil, a não ser um círculo estreito de especialistas. Atualmente há também um grupo de bons historiadores da minha geração ligados a revista *Quaderni Storici*, da qual faço parte. Giovanni Levi é outro importante

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto
LPH / Revista de História, 1:1-6,1990

historiador que trabalha com história demográfica e social e é autor de um conhecido livro, já traduzido em inglês, alemão e em vias de ser publicado na França, intitulado *Eredità Immateriale*, e que tem por objetivo reconstituir a sociedade piemontesa do século XVII, através do relato de um padre exorcista. Outra tendência das pesquisas volta-se para a história política. Nesse sentido venho trabalhando com Levi em uma coleção intitulada *Micro-Historia*. Meu livro sobre Pierro de la Franceses² e o de Levi foram publicados nessa coleção. Mas, voltando ao tema da pergunta, creio que o pequeno número de traduções de livros de historiadores italianos coloca uma questão interessante: os historiadores italianos enfrentam o problema de escreverem em uma língua marginal do ponto de vista das ciências sociais. Além disso, a historiografia italiana nem sempre está ligada aos grandes temas da produção internacional.

P. Na resposta anterior o Sr. menciona a "micro-historia". No Brasil há um debate a respeito do significado desse termo. Como o Sr. entende a micro-historia?

R. Primeiramente gostaria de saber o que foi publicado a respeito desse debate...

P. Esse debate é essencialmente jornalístico, quase que restrito a resenhas de livros.

R. Por acaso quando se discute a noção de micro-história há referências a livros e autores que trabalham nesse campo?

P. Não. Em geral a noção de micro-história é reduzida à questão temática, a preocupação com temas de pesquisa bastante específicos.

R. Essa visão de micro-história é totalmente errônea. Mas o mais importante é saber se há referências a autores que trabalham com a micro-história ou se as críticas são feitas de uma maneira vaga...

P. Sim, micro-história, na maioria das vezes, é entendida como a valorização de determinadas temáticas: a sexualidade ou, para citar um tema já falado, a feitiçaria.

R. Isso é um absurdo! A micro-historia, no meu modo de ver, não está ligada a especificidade do objeto, mas sim a preocupação analítica, além de voltar-se para temáticas que não são centrais entre os historiadores ou então abordar de forma inovadora temas clássicos do debate historiográfico. Na coleção dirigida por mim e Levi, publicamos um livro sobre Galileu, de Pietro Redondi, que teve grande repercussão e já foi vertido para o francês. Pois bem, esse livro aborda o conhecido processo de Galileu de uma perspectiva totalmente inédita. Na mesma série foi publicado o livro de Franco Ramella que trata do problema da proto-industrialização no Vale Piemontês do século XIX, procurando demonstrar como nesse vale a indústria têxtil se desenvolveu em um contexto camponês, onde os operários eram ao mesmo tempo camponeses. O autor analisa o perfil da luta operária nessa região, no final do século XIX, como, por exemplo, uma greve que durou seis meses, mostrando como a sobrevivência dos operários só foi possível graças ao acesso que eles tinham à terra. Franco Ramella analisa diversos outros aspectos da vida desses operários em uma perspectiva próxima à de Thompson. Em outras palavras, a micro-historia é uma história social com grande preocupação analítica, apaixonante e não necessariamente ligada a temas marginais. Será que podemos classificar a vida de um exorcista, estudada por Levi, como um tema marginal?

Não sei..., o mais importante, porém, e o que gostaria de sublinhar, é que Giovanni Levi colocou problemas teóricos importantes a partir desse objeto de pesquisa. Creio que aí está a raiz da questão: a micro-história implica em uma abordagem ao mesmo tempo analítica, centrada em um tema específico, não necessariamente marginal e voltada para discussões teóricas. Além disso, a coleção micro-história sublinha a importância dos historiadores escreverem de forma que seja acessível não só aos especialistas como também ao público em geral. Do meu modo de ver, a micro-história não é um método rígido, mas sim uma perspectiva. Na verdade, uma discussão a respeito da noção de micro-história em geral não tem muito sentido, pois se trata de mais uma etiqueta.

P. Sua resposta me deu a impressão de que a micro-história é uma recuperação da perspectiva de Lucien Febvre. R. De qual Febvre?

P. O de Lutero, por exemplo. 3

R. Creio que não, embora seja verdade que o livro de Redondi tenha sido influenciado por Febvre, como o próprio autor reconhece. Acredito que o olhar analítico voltado para um objeto específico e tentando colocar questões gerais resulta em uma perspectiva mais próxima a antropologia

P. O Sr. faz referenda em seus trabalhos as noções de "cultura popular", "mentalidade popular", gostaria de saber se por acaso o Sr. faz restrições a utilização da noção de ideologia. A noção de ideologia não nasceu com o marxismo. Na verdade, ela é bem anterior e se tornou uma categoria central no debate marxista com certo sentido negativo. No interior da tradição marxista, um nome como Gramsci sublinhou a ambigüidade da noção de ideologia, carregando-a de conotações que não são positivas. Trata-se de um conceito que não é fácil de aplicar, embora o tenha utilizado algumas vezes. Acredito, porém, que "cultura", noção também de difícil aplicação, e um termo mais neutro e mais próximo a perspectiva antropológica.

P. A ênfase na noção de cultura ao invés de ideologia não implicaria em uma reflexão previa a respeito das relações entre cultura e dominação de classe?

R. Trata-se de um problema bastante complexo. As classes dominantes têm uma tendência a utilizar modelos culturais, como, por exemplo, os cultos monárquicos do passado. Os grupos dominados, por sua vez, são explorados não somente através de relações de força, mas também pela construção de um consenso cultural que explica porque as pessoas fazem coisas que vão contra os próprios interesses. Uma questão interessante é a de que o modelo de dominação ideológica de Marx foi baseado nas sociedades camponesas. Há, em Marx, certa idéia de que o proletariado seria imune a ideologia. Nesse sentido, a ascensão do fascismo significou uma ruptura e colocou questões teóricas não somente a nível político ou militar, mas também a nível cultural. Penso nas análises de Gramsci e de Togliatti, principalmente as Lições de Moscou pronunciadas por esse último. Nesse trabalho Togliatti mostrou ter compreendido a natureza do fascismo não somente pelos aspectos de dominação política e militar, mas também sob o ângulo cultural. No meu modo de ver, as interpretações de Togliatti a respeito do fascismo foram bastante influenciadas por sua

experiência na União Soviética. Foi o regime soviético que mostrou a Togliatti a importância da vivência cultural na construção do consensus. No caso da sociedade italiana, a questão é saber por que o proletariado não se opôs a ascensão do fascismo e porque, após o golpe de Estado, o regime, através da força, mas também por meio da construção de um consenso cultural, se instalou. De certa maneira, até mesmo um golpe militar, para se instalar, necessita da construção de um consensus e aí a dominação cultural desempenha um papel fundamental.

P. Um dos problemas que os historiadores brasileiros enfrentam ao aplicarem o conceito de cultura popular diz respeito ao fato da sociedade brasileira ter sido formada por populações de tradições culturais completamente dispare. Como o Sr. vê essa questão?

R. Minha atitude em relação às categorias é bastante nominalista, ou seja, acho que as categorias não existem em si, mas pelo contrário, só tem sentido quando aliadas a perspectivas concretas e a pesquisas concretas. Para utilizarmos a noção de cultura popular no contexto brasileiro que, diga-se de passagem, conheço muito pouco, creio que primeiramente devemos partir da idéia de cultura no plural. Em outras palavras, o que existe são culturas populares, sendo que essa diversidade, obviamente, não exclui a existência de elementos em comum. Acredito que devemos partir de uma idéia global de cultura popular para em seguida desmembrá-la, justamente para mostrar como as atitudes populares são diversificadas. Mas essa perspectiva não é dogmática, acho que para haver um debate fecundo a respeito de cultura popular, os historiadores devem escolher entre a noção de cultura popular no plural ou no singular, tentando mostrar através de pesquisas concretas qual das duas noções é mais eficaz. Em uma conferência que pronunciei em São Paulo discuti esses aspectos e notei que havia um grande interesse por questões teóricas, cheguei mesmo a travar uma polêmica, na qual afirmei que as questões teóricas quando desligadas de pesquisas concretas, não tem nenhum interesse para mim, pois é de certa maneira fazer uma falsa teoria. E entrar no debate científico sem verdadeiramente dele participar, é tentar ser Foucault sem realmente trabalhar a maneira de Foucault. Tal distorção resulta da idéia de que basta estar em dia com as últimas modas parisienses para se estar no centro do debate científico. Penso que, pelo contrário, para participar da produção científica devemos partir de um problema que conhecemos de primeira mão, somente assim podemos levantar questões teóricas e contribuir no debate científico. Hoje há dois tipos de historiadores, os que se interessam por temas da história nacional que tenham ressonância internacional como, por exemplo, a Revolução Francesa, e historiadores que abordam temas que não se justificam por si mesmos. O que se passou nos últimos anos, não só na Itália, mas em diversos outros países, e que cada vez mais a segunda tendência é mais numerosa. O que justifica, por exemplo, um livro sobre a vida de um moleiro do século XVI? Ora, segundo esse modo de ver, não é o objeto, mas sim a abordagem que justifica uma pesquisa. Acho que isso é um fenômeno novo em termos historiográficos e evidentemente não tem nada a ver com a revalorização da "história local", gênero que só interessa a eruditos provincianos. De certa maneira, a segunda tendência acima mencionada procura aproximar a perspectiva histórica da antropológica. Os antropólogos valorizam o estudo de sociedades bastante específicas que aparentemente não se justificam em si como objetos de pesquisa, mas, na realidade, o que interessa

aos antropólogos e a possibilidade de abordar minuciosamente e teoricamente a sociedade em questão. Evans-Pritchard, ao estudar a feitiçaria entre os Azande, aliou um enfoque micro a questões comuns ao debate intencional a respeito do tema investigado. Essa mesma perspectiva começa a se tornar comum entre os historiadores. Poderia citar como exemplo o livro de Natalie Zemon Davis a respeito da vida de um desconhecido camponês do século XVI. 6 Enfim, considero muito importante a manipulação de escalas, aliar o estudo em escala regional a questões teóricas comuns ao debate intencional.

P. o Sr. utiliza em seus trabalhos a noção de longa duração. Os historiadores que compartilham dessa perspectiva são via de regra, pessimistas em relação às rupturas históricas, Como o Sr. encara as transformações bruscas na sociedade e na cultura?

R. É verdade, sou fascinado pela longa duração e utilizei essa perspectiva em meus trabalhos, principalmente no meu último livro *Storia Noturna* e, de maneira ensaística, no artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* 7. Creio que as noções de longa duração e de ruptura não são excludentes, a não ser em uma perspectiva totalmente ideológica, no sentido pejorativo do termo. Da mesma forma, aqueles que ressaltam a ruptura em detrimento da longa duração também caem em uma armadilha ideológica. Essa última perspectiva é própria da historiografia de esquerda, não somente a italiana, e é baseada na premissa de que o historiador só é revolucionário quando estuda a revolução, ou então, de que todos aqueles que compartilham da perspectiva da longa duração são necessariamente reacionários ou conservadores. Essas idéias são igualmente tolas, são tolices inacreditáveis. Fico imaginando as tiradas sarcásticas que Marx faria de atitudes como essas. Na realidade, as noções de longa duração e de ruptura podem ser convergentes, mas isso não é fácil, há problemas de método e de narrativa. Desde a década de sessenta procuro pautar minha análise a partir dessa convergência, creio que essa preocupação originou-se de meus esforços em abordar a história política de maneira mais ampla. Como exemplo da importância dessa perspectiva, posso citar o caso da revolução iraniana, pois somente quem conhecia, além da história política, a história religiosa do Irã - o que implica uma análise do islamismo sob a ética da longa duração - pode compreender as transformações ocorridas naquele país. Michel Foucault não é um desses casos. Foucault esteve no Irã logo após a chegada de Khomeini ao poder e escreveu artigos em que dá a impressão de nada ter compreendido da revolução iraniana. Em outras palavras, a história política é algo importante demais para ser deixada somente nas mãos dos historiadores da política. Creio que devemos repensar a história política para tentar englobar as dimensões mais profundas dos fenômenos políticos.

P. No livro *Andarilhos do Bem*⁸, o Sr. amplia as origens de determinados traços culturais quase que estendendo-os a pré-história. Isso não seria ampliar demais a noção de longa duração? R. Não é bem assim. O que digo e o que é central em meus trabalhos e a idéia de que a data em que determinado fenômeno cultural foi registrado em um documento não é necessariamente a data de surgimento desse fenômeno. Uma determinada crença, a datada através de um documento pode ter surgido bem antes de o documento ter sido redigido, pode ter surgido um século antes, dois séculos antes... e assim por diante. O erro caricatural e grotesco é querer transformar essa dúvida em

afirmação, projetando a origem de todas as crenças religiosas era um passado pré-histórico. Na verdade, jamais estendi minhas análises à pré-história, mesmo porque compartilho a idéia de Leroi-Gourhan de que talvez jamais possamos afirmar coisa alguma a respeito da religião da pré-história. O que defendo é a existência de continuidades datadas, como, por exemplo, em Heródoto encontramos uma passagem na qual há referenda aos Neuros, população proto-báltica. Ora, Heródoto indica que entre os Neuros havia a crença da metamorfose de homens em lobos. Essa crença, hoje podemos afirmar, durou muitíssimo tempo e pode ser constatada em documentos relativos às populações bálticas do século XVII. Acho que há uma tendência, entre certos historiadores, em ignorar esses fenômenos ou então abordá-los através de pseudo-explicações científicas geralmente com base em Jung.

Notas

1. Essa entrevista contou com o inestimável apoio da prof. Laura de Mello e Souza, críticas e sugestões dos professores Luiz Villalta e Heliana Brina. Também somos gratos ao apoio técnico de Jorcelino Oliveira.
GINZBURG, C. Indagações sobre Pierro, RJ, Paz e Terra, 1989.
FEBVRE, L., Martinho Lutero: um destino? Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.
GINZBURG, C, O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição, SP, Companhia das Letras, 1987.
EVANS-PRITCHARD, E. E., Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande, RJ, Zahar, 1978.
DAVIS, N. Z., O Retorno de Martin Guerre, RJ, Paz e Terra, 1987.
GINZBURG, C. Mitos - Emblemas- Sinais, SP, Companhia das Letras, 1989.
GINZBURG, C, Andarilhos do Bern, SP, Companhia das Letras, 1988.

RAZÃO E ALIENAÇÃO: a predição entre os romanos e previsão contemporânea

Pedro Paulo Abreu FUNARI

O desenvolvimento vertiginoso, desde o primeiro pós-guerra, das técnicas e dos meios de comunicação, juntamente com a emergência de movimentos sociais de massa, propiciou um redirecionamento das reflexões sobre duas questões inter-relacionadas: qual o motor das transformações nas sociedades humanas, e como consequência dessa interrogação, qual o papel da razão, enquanto instrumento humano de reflexão e ação, na determinação do porvir social? A passagem da pré-história, na qual o homem faz sua história inconscientemente, para a história autoconsciente parecia aproximar-se com o emergir das classes exploradas como agentes históricos, em particular no continente europeu. 1

As décadas seguintes, contudo, vem a desmentir, de forma bastante violenta, essas expectativas. 2 Como afirma Remo Bodei, "a autoconsciência e a capacidade de deliberar são confiscadas ou cedidas a um chefe político em um novo contrato social que prevê apenas o pactum subiectionis 3. O retorno a barbárie, utilizando-se da expressão de Theodor Adorno⁴ para referir-se a fetichização da razão no mundo do segundo pós-guerra, representa a transformação da própria razão em mito,⁵ práxis conformista e refrataria,⁶ uma submissão do indivíduo e da coletividade a uma entidade supra-social.⁷

O leitor pode pôr-se uma questão pertinente, a qual me apresso em responder: qual a relação entre a Antiguidade e os problemas contemporâneos aqui levantados? Do meu ponto de vista, entretanto, a reflexão sobre o passado nada mais é que um voltar-se para si mesmo, 8 indispensável atitude de auto-reflexão? Que permite repensar a mais obscura - porque mais presente (Da-Sein)¹⁰ - contemporaneidade. Assim, neste trabalho pretendo discutir as concepções romanas de predição, relacionadas diretamente com as duas questões que apresentei de início e, com isso, fornecer elementos para analisar lx à relação entre a predição antiga e a previsão moderna e seus respectivos impasses. 12

Em um artigo recente, 13 destinado a especialistas, tratei das três principais atitudes a respeito das práticas adivinatórias entre os romanos, ou seja, (1) a consideração da possibilidade de predição pela leitura racional dos sinais, (2) por possessão e (3) a derrisão ou desprezo pela predição. Não pretendo retornar aqui as proposições que levaram a essa classificação, mas ressaltar o que nos interessa nesse momento: o agente de transformação social e, conseqüentemente, o que permite, impossibilita ou dificulta a predição.

Para os romanos a leitura racional 14 dos sinais implica uma homologação entre fenômenos presentes e futuros, quer seja entre acontecimentos naturais - como raios ou o

Professor do Departamento de História do I.L.H.P. de Assis da UNESP
LPH / Revista de História, 1: 7-12,1990

movimento das aves no céu - e humanos, quer se refira a própria esfera humana: certos acontecimentos atuais ocasionam e implicam uma ordem específica de eventos a ocorrer. {No primeiro caso a garantia de homologação advém do destino inexorável (fatum) 5 portanto refere-se a uma explicação metassocial,¹⁶ natural, extra-humana.¹⁷ O homem não pode alterar o que há de ocorrer (Sêneca, Nat. Quaest. 2, 35).

Já a predição que se situa na esfera das relações humanas implica um agente social bastante preciso determinado, explícito: o homem, ou melhor, o conjunto dos homens, a própria sociedade. Em 46 a.C. Cícero escreve a A. Cecina (Ad. fam. 6, 6, 3) que "se a leitura racional (ratio) da adivinhação etrusca não te enganou tampouco a nossa adivinhação nos enganara; esta obtive não apenas através dos testemunhos e dos preceitos dos homens mais sábios e, como sabes, pelo estudo aprofundado da doutrina filosófica, como também pela grande prática dos negócios públicos e pela grande agitação da nossa época. Confiamos tanto mais neste tipo de adivinhação já que nunca nos enganou em absolutamente nada, ainda que num contexto tão obscuro e convulsionado como o atual".

A convulsão - a que Cícero se refere era o resultado da crise da hegemonia da nobilitas no controle da condução da vida pública e dos comandos militares (domi militiaeque, T. Liv. 7, 6, 10). De fato, a estável república nobiliárquica anterior aos conflitos internos iniciados com os irmãos Gracos (133-123 a.C.) aliava um controle efetivo das magistraturas por parte de um fechado grupo de famílias senatoriais a um mecanismo ideológico de legitimasse dessa libera res publica: "entre os antigos nada se podia fazer, quer seja nos negócios públicos como nos particulares, sem se tomar antes os auspícios" (Val. Max. 2, 1, 1). Na medida em que os agoureiros (auspices) faziam parte daquela reduzida elite dirigente, é natural que sua atual, ao permitisse levar a cabo um controle das decisões políticas - e outras - desde o seu próprio início (inauguratio).

A história da república tardia, contudo, caracterizou-se por um emergir de forças sociais que contrariavam o ordenamento estável da res publica aristocrática. O surgimento dos líderes militares e de seus soldados e sua atuação "autoconsciente"¹⁹ punham em choque as noções de inevitabilidade (fatum) da ordem institucional republicana tradicional e de acaso (fors, fortuna) na condução da política: as decisões passavam as mãos humanas? O Salústio, contemporâneo de Cícero e da crise republicana, referindo-se ao emergir do primeiro chefe militar que se fez a si mesmo (homo nouus), Mario, deixava bem clara a oposição entre a ação consciente e a remissão dessa ação a esfera da natureza ou do acaso: "falsa a queixa humana segundo a qual! Sua natureza, porque frágil e breve, e governada mais pelo acaso (forte) que por seu próprio valor. Quem guia e governa a vida dos homens e a vontade (animus)²¹. Aquele que caminha em direção a glória através da virtude com bastante poder e auto-suficiência, torna-se ilustre e não sente falta da sorte (fortuna)". Em sentido contrário, "cada qual transfere a situação a culpa pelos seus próprios atos... se inculpa como fraca a natureza".

Também Cícero, no seu discurso perante o Senado sobre as respostas dos arúspices, ainda que simule grande respeito pelos adivinhos, ²³ não deixa de concluir sua peroração restituindo ao corpo de cidadãos a decisão de seu próprio destino: "São fáceis, contudo, as preces junto a

aqueles que nos mostram uma saída segura (uiam salutis); nossas desavenças e discórdias devemos resolver entre nós mesmos" (Cic. de hat. resp. 27, 63).

A humanização do processo histórico, a consciência de que a sociedade é feita pelos homens, por grupos e segmentos e não por entidades metassociais como a Fortuna, o destino inexorável ou a Natureza, implicava como consequência lógica, que a transformação pudesse ser compreendida pelo raciocínio humano (ratio)?⁴¹ Na medida, contudo, em que os chefes militares e seus seguidores faziam a história com suas próprias vontades, abriam espaço para uma nova fetichização da ação humana, equiparando a atuação desses líderes com fenômenos de ordem supra-social.

Este processo, iniciado já com Mario, ²⁵ explorado por Sila - que se dizia beneficiado pela Sorte²⁶ - acabara por destruir, com a instituição do Principado, a concepção humana de autoconstrução da sociedade. Assim, Virgílio descreve em tom de vaticínio²⁷ um escudo no qual a história de Roma encontrava-se, desde sempre, escrita pelo destino inexorável ²⁸ "sobre este (escudo) o Ignipotente, que não ignorava as profecias e que sabia o que há de acontecer, gravara a história da Itália e os triunfos dos Romanos. Eis o que Enéias admira no escudo de Vulcano, presente de sua mãe, e ainda que ignorante dessas coisas que hão de ocorrer, gosta da visão e coloca nas costas a glória, determinada pelos destinos inexoráveis (fata),²⁹ do seus descendentes" (Eneida, 7, 626-8).

A história, esfera de atuação humana, volta a ser alienada, tornam-se novamente espectadores passivos aqueles próprios que fazem sua existência: os homens são fantoches movidos pelas imagens fetichizadas da Natureza ou do supranatural. Esta primeira semelhança há entre o impasse da racionalização romana e aquela contemporânea, a fetichização dos princípios explicativos e a alienação humana pelo extra-social. Como afirmava há quatro anos S. E. Van der Leew ³⁰, a sociedade seria auto-estruturada, "uma estrutura 'além' das instituições humanas, a estrutura não pode ser estruturada por seres humanos. Ela deve de uma ou outra forma, ser algo que se estrutura a si mesmo". Dois anos depois, P. J. Watson, ³¹ seguindo uma mesma linha de argumentação alienante, afirmava a paridade ou simetria entre a explicação e a predição, retomando formulações correntes da escola neopositivista dos anos 50. A sociedade seria um organismo vivo, uma estrutura auto-regulada, racional, entendendo-se por razão a subordinação do homem a uma entidade supra-social, reguladora, fetichizada.

Neste contexto, a previsão adquire um papel essencial, em nível da ideologia e da persuasão social, no sentido da sujeição do indivíduo e da coletividade ao fetiche da razão. A previsão, seja econômica, política, social ou outra, implica sempre que os agentes sociais encarem-se não como tais, mas como objetos de um sujeito incontrolável pela própria sociedade. O homem não se faz a si mesmo, obedece à razão alienada, ao fetiche mais perfeito, porque é ela própria - a Razão - o instrumento básico do homem para que possa agir e transformar-se?² Esse fetiche é muito mais poderoso que a alienação da ação social no Destino ou na Natureza, pois agora se trata da própria capacidade humana de pensar e atuar que é erigida em componente metassocial da estruturação da sociedade.

As dissemelhanças 33 entre as explicações metassociais e alienantes da republica romana tardia e da atualidade não eliminam, entretanto, uma aproximação essencial. A outorga, por parte da sociedade, de seu poder de decisão sobre si mesma a esfera do metassocial, estabelece uma relação entre a predição antiga e a previsão contemporânea, cuja semelhança, enquanto instrumentos de despossessão dos homens de seu próprio destino permitem questionar a ilusória oposição entre a superstição da primeira e a cientificidade da segunda. Trata-se, em ambos os casos, de um instrumento de dominação cuja superação depende da reinstalação do homem, dos grupos sociais em conflito, como agentes sociais. 34 Terei atingido meus objetivos com este artigo se as questões levantadas sobre as contradições da predição entre os romanos tiverem fornecido contrapontos e vias de questionamento dos impasses, mais profundos mas talvez, por isso mesmo, com um potencial de resolução mais elevado, da contemporaneidade.

Notas

1 - Não se trata apenas dos movimentos revolucionários bastante conhecidos, como a revolução de outubro na Rússia, o movimento Esparta quista alemão ou as republicas soviéticas instauradas momentaneamente em diversos locais, mas também devem ser incluídos os movimentos de massa menos visíveis; um exemplo destes últimos encontra-se no interessante artigo de Giovanna Procacci, Ripresione e dissenso nella prima guerra mondiale, *Studi Storici*, 1981, 22(1), pp. 119-50.

2 • Os exemplos são inúmeros. Cito, como ilustração do choque enfrentado no imediato pós-guerra, o conhecido texto de M.

Merleau-Ponty, "Em tomo do Marxismo", de agosto de 1945, em particular suas considerações sobre a lute de classes: "um marxista lúcido (...) acaba se perguntando se (...) a historia será, finalmente, a história da luta de classes e se não esta sonhando de olhos abertos (...) Se a luta de classes voltar a ser o motor da História (...)" (Os pens adores, São Paulo, Abril, 1975, trad. Marilena Chauf, pp. 194-217); cf. M. J. Rowlands, *Processual archaeology as historical social science*, in C. Renfrew, *Theory and explanation in Archaeology*, Londres, 1982, p. 155.

3- Estratégias de individuação, *Presença*, 8,1986, setembro, p. 130.

4- In G. Cohn, Adorno, São Paulo, Atica, 1986, p. 91.

5- Cf. J. C. Mariategui, O homem e o mito, in A: M. Martinez e M. L. Bellotto, Mariategui, São Paulo, Atica, 1982, p. 95; "Os racionalistas sufocaram a idéia de razão".

6- Cf. M. Horkheimer, *Eclipse da razão*, Rio de Janeiro, Labor, 1976 (original de 1946), p. 18 et passim.

7- Cf. S. Sontag, *Sob o signo de Satumo*, São Paulo, LPM, 1986, p. 77.

8- Cf. W. Benjamin, in F. R. Kothe, W. Benjamin, São Paulo, Atica, 1985, p. 17: "Para o historiador materialista cada época com que ele se ocupa e apenas pré-história daquela que realmente lhe importa (...) os momentos do processo histórico que mais importam a ele tornam-se, por serem índice de 'pré-história', momentos desse mesmo presente";

-cf. M. Merleau Ponty, *The primacy of perception*, Evanston, Northwestern University Press, 1964, p. 194.

9- Cf. F. Jameson, *Marxismo e forma*, São Paulo, Hucilec, 1985, p. 260.

10 - Bloch in Jameson, op. cit., p. 108.

11- Cf. M. P. Leone, Some opinions about recovering mind, *American Anthropologist*, 47, 4, 1982, p. 757: "o arqueólogo deve envolver-se ativamente com o processo ideológico a fim de distinguir entre o conhecimento do passado que é necessário para compreender o presente corretamente, e o conhecimento do passado que a sociedade atual enfatizaria para reproduzir-se como se constitui no momento".

12- Não se deve, contudo, subestimar as dificuldades nas comparações entre sociedades diversas; sobre isto, veja-se P. L. Kohl, in Mathew Spriggs, *Another way of telling: marxist perspectives in Archaeology*, in M. Spriggs, *Marxist perspectives in Archaeology*, Londres, 1983, p. 5; cf. I. Hodder, *Theoretical Archaeology: a reactionary view*, in I. Hodder (ed), *Symbolic and structural Archaeology*, Cambridge, Cambridge University

Press, 1982, p. 9-14.

- 13 - Razão, possessão, derrisão: três facetas das praticas divinatórias entre os romanos, *Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, 1986 (no prelo).
- 14- Cf. Cíc. Diu. 1,18; 1,55; Sêneca Nat. Quaest. 2, 32.
- 15- Cf. Sêneca, Nat. Quaest. 2, 36: "Como defines o destino inexorável (fatum)! - Considero ser a necessidade, inabalável pelo que quer que seja, de todas as coisas e ações". Cf. 2,35.
- 16- Cf. A. Touraine, *Pour la sociologie*, Paris, Seuil, 1974, p. 14: "que se trate dos projetos da providencia, das leis da política ou do sentido da história, as sociedades do passado constantemente criaram discursos teóricos que definem a essência da ordem metassocial".
- 17- Assim, segundo o Pseudo-Nônio, Carm. Frag. 63, "os Metelos foram côsules em Roma por determinação do destino inexorável (fato)", transpondo a hegemonia de uma família para fora da esfera das classes e grupos em luta pelo poder na republica romana.
- 18- Cf. N. Turchi, *La religione di Roma Antica*, Bolonha, Cappelli, 1939, p. 61; e R. A. Staccioli, *Pompei, vita pubblica di un'antica citta*, Roma, Newton, 1979, p. 61.
- 19- No sentido de J. Topolsky, *Oltre il determinismo e il volontarismo: la concezione marxiana del processo storico*, *Studi Storici*, 1983,3/4, p. 353: "os homens (indivíduos, grupos, classes, instituições) agem conscientemente apenas pondo objetivos ao seu agir".
- 20- Cf. K. Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Okonomie*, Berlim, Dietz Verlag, 1974, p. 375: "o individuo (sc. antigo) percebe-se como proprietário, como senhor das condições da sua realização".
- 21- A tradução de animus por vontade nesta passagem exige uma explicação. Na verdade, as traduções italianas, francesas, inglesas e alemãs costumam utilizar-se da palavra alma (anima, dme, soul, Seele). No entanto, "o sentido da palavra é inteiramente determinado por seu contexto", como afirma M. Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo, Hucitec, 1986, p. 106. Salustio op5e, no trecho citado, animus a anima, e caracteriza o primeiro como vontade, desejo, o que fica claro nesta e em outras frases: e. g. *persequi Iugurthair anlmo ardebat*, Bel. lug, 39; *obulam ire animus subigit*. Bel. lug, 31; *quo cuiusque animus fert*, Bel. lug., 54; *si maxume animus ferat*. Con. Cat., 58; *neu super fortunam anlmum gereret*, Bel. lug. 64; *in animum Inducere*, Con. Cat. 54; *regnum animo inuaserat*, Bel. lug., 20; animus nunca adquire o sentido de alma, enquanto espírito oposto a corpo, utilizando o autor para esse fim o termo anima, em toda sua obra, apenas duas vezes: Bel. lug. 2 e Con. Cat. 2.
- 22- Inverto a ordem original das duas frases para facilitar a compreensão da passagem.
- 23- Cf. 9,18: "eu confesso que a grandeza do prodígio e a gravidade da resposta, além disso pronunciada em unísono pelos aruspices, comoveu-me profundamente".
- 24- Segundo Cícero (1 off. 4,11-12), "através da Razão o homem discerne o que há de ocorrer (consequentia), vê as causas das coisas, não ignora como se determinam e se encadeiam; estabelece comparações, correlaciona e liga o que há de ocorrer ao presente, vê facilmente o curso integral da vida e preocupa-se em ter o necessário para conduzi-la".
- 25- Cf. Plutarco, *Vida de Mirio*, 17 et passim.
- 25- Cf. Plutarco, *Vida de Sila*, 34: "no seu discurso Sila estava ansioso em dar exemplos de sua sorte como uma sua habilidade verdadeira e, no final, pediu que lhe fosse concedido o título de 'sortudo'. Esta é a melhor tradução em grego da palavra Felix"; veja-se ainda C. 1. L. IV, 9009.
- 27- Cf. Petrônio, *Satyricon*, 118, 6: "que pareça um vaticínio de um espírito possuído".
- 28- O verso 627 apresenta duas leituras possíveis: (1) *haud uatum tgnarus*, que aqui adoto seguindo OS melhores manuscritos; ou (2) *haud fatum (= fautorum) ignarum*, 'não ignorante do destino inexorável', segundo outros manuscritos; de qualquer forma o sentido mantém inalterado. A oposição de Sêrvio ao trecho, segundo quem "este verso poderia ser suprimido", parece-me advir da sua antipatia pela utilização da metonímia *uatum = uaticinationum*, profecias, utilizando o concreto pelo abstrato.
- 29 - Adoto aqui a leitura da maioria dos manuscritos *fata* (destinos), rechaçando as lições que trazem

facta (feitos). No entanto,

Sérvio em um escólio ao trecho, afirmava que "os críticos consideram este verso supérfluo e como um acréscimo humilde além de inconveniente seu tom grave: trata-se, na verdade, de um modernismo".

30- How objective can we become? Some reflections on the nature of the relationship between the archaeologist his data, and

his interpretation, in C. Renfrew (ed), *Theory and Explanation in Archaeology*, Londres, 1982, p. 450; cf. A.

Touraine, op. cit., p. 15: "considerar a sociedade como uma ordenação e a maneira mais perniciosa de extrapolar a explicação para fora da própria sociedade".

31- *Archaeological Explanation: the scientific method in Archaeology*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1984, p. 25; cf. L. R. Binford, objectivity - explanation - archaeology in C. Renfrew (ed), op. cit. p. 128: "o homem como criador do seu próprio destino e o homem como observador, fora da natureza, capaz de ver a verdade diretamente, entrou em crise. O homem... retornou a natureza".

32- Essa subordinação implica uma dupla fetichização, da razão e das relações sociais, associada a retificação das relações humanas. E. g. "seria melhor falar em 'organismo' (sic) do que em 'mecanismo econômico"¹, implicando que os indivíduos sigam a "escolha das vias mais racionais para o cumprimento do plano", Boris Bolotin, *Os novos ritmos do socialismo*, *Novoe Vremia*, 38, 1986, pp. 18-20. Para uma visão oposta, veja-se a entrevista do acadêmico Alexandr Baev in B. Balkarei, *O homem: artífice do novo*, *Novoe Vremia*, 35, 1986, p. 26: "por isso é impossível prever o futuro. Esse, estou seguro, será rico em acontecimentos imprevisíveis".

O discurso racionalista da classe dominante é ressaltado por A. Touraine, op. cit., p. 196: "esta (a classe dominante) foge da consciência de si mesma, identificando-se ao progresso, a racionalidade e ao interesse geral".

33- Cf. M. Foucault, *Histoire de la sexualité*, II, *L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard, 1984, p. 14: "há momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar de modo diferente do que se pensa e perceber diversamente do que se vê é indispensável para continuar a olhar ou refletir".

34- Cf. J. Topolsky, op. cit., p. 358 e P. Bourdieu, *Esboço de uma teoria da prática*, in R. Ortiz, P. Bourdieu, São Paulo, Atica, 1983, p. 77.

AS AMAZONAS: um mito e algumas hipóteses

Luiz MOTT *

Três são os principais objetivos deste ensaio:

- 1º) Demonstrar que muitos séculos antes da descoberta do Rio das Amazonas, no Velho Mundo já se tinha notícia histórica ou lendária da existência de diversos bandos de mulheres guerreiras, constituindo tema privilegiado de inúmeras obras de arte e assunto literário;
- 2) Analisar as crônicas e depoimentos dos primeiros viajantes que noticiaram a presença das amazonas no Novo Mundo;
- 3) Correlacionar a existência de mulheres guerreiras entre as tribos ameríndias com a questão da orientação sexual e a inversão de gênero, confrontando tal realidade com o mito amazônico.

1. As Amazonas na História

"Enquanto alguns consideram as Amazonas como um povo puramente mítico, outros defendem um fundamento histórico para elas." (Encyclopaedia Briian-nica, 1768:737)

Pesquisando o verbete Amazonas numa dezena de dicionários e enciclopédias antigas e contemporâneas, encontramos informações bastante controversas sobre a origem e costumes destas curiosas mulheres. Sintetizando: constituíam as Amazonas um povo formado apenas de mulheres guerreiras, que aparecem citadas em grande numero de mitologias da antiga Grécia e de alguns povos vizinhos. Seriam originárias do Cáucaso, tendo atravessado as ilhas do mar Negro e Egeu ate chegar na Beócia e Ática, fixando-se no Termidon (Capadócia), junto ao Ponto de Euxino, no mar Negro, próximo a cidade de Iris, onde estabeleceram como capital a cidade de Themiscyra, dando o nome de Amazonicus ao monte mais elevado desta região, e Amazonium a segunda cidade de seu território.

Foi Heródoto (século V a.C.) quem primeiro narrou o mito dessa tribo guerreira, no Livro IV de sua História: aí diz que tais mulheres apenas uma vez por ano convidavam os gargarenos, povo vizinho, para terem com elas relações sexuais, cuidando, assim, de manter viva sua tribo e conservando tão-somente as meninas nascidas dessas uniões efêmeras. Virgílio, por seu turno (século I a.C), na Eneida, repete mutatis mutandis a mesma versão (Livro 1:490). Também à elas se referem, sem outras novidades, Pausanias, Homero, Plutarco, Aristófanes, entre outros. Es-trabaão, na sua Geográfica (Livro XI: 503), diz que tais viragos tinham por costume matar seus fi-lhos varões, enquanto outros autores antigos defendem que tais meninos recém-nascidos eram devolvidos a seus progenitores, conservando-se na tribo apenas as fêmeas. Os próprios gregos consi-

* Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia
LPH / Revista de História, 1:13-35,1990

deravam-nas "bárbaras", embora certas de suas mitologias atribuam progenitora das mulheres guerreiras ao deus da guerra, Ares, e a deusa Harmonia.²

Outras versões apontam diversa origem para as famigeradas mulheres combatentes: seriam as primeiras Amazonas descendentes diretas do rei Nino, fundador do Império Assírio, cujos homens foram exterminados pelos povos circunvizinhos que se conjuraram contra os opressores e cujas mulheres-viúvas, para se vingarem e se defenderem, organizaram um novo Estado. Elegeram, então, uma rainha, renunciaram ao matrimônio, suprimiram os homens restantes e adquiriram hábitos belicosos. Tornaram-se, então, grandes guerreiras, conquistando a Circasia e a Cirméia, fazendo tributárias a Ibéria, Cálquida e Albânia, até que foram exterminadas por Hércules.³

Heródoto, de fato, defende que as Amazonas chegaram a ocupar grande parte da Ásia Menor, apoderando-se, inclusive, de Efeso e Pafos, invadindo depois o Egito, Arábia e Síria. Outros autores, entretanto, dão explicação diversa: teriam sido elas próprias as fundadoras de Esmirna, Cirméia, Éfeso, Pafos, Mirina e, inclusive, de Mitilene, a famosa ilha onde viveu Safo de Lesbos (século VI a.C). Não deixa de ser sintomático que as descendentes das guerreiras Amazonas tenham-se tornado, a partir de então, as "inventoras" do lesbianismo...⁴

Reza a tradição que muitas guerras foram empreendidas pelos gregos a fim de destruir essa nação de viragos, que tinha como captoas valentes rainhas. Dentre elas destacam-se Hipólita, Antíope, Pentésiléia, Talestri, Esfiona, Menolipa e Tomithys. Sobre a rainha Pentésiléia e sua amante Camila, ate romances já foram escritos, como a novela *The Green Scamander*, onde é descrita curiosa cerimônia em louvor da deusa-mãe Cibele.

Entre os principais feitos marciais das Amazonas, conforme registram diversas mitologias, constam ainda a invasão da Lícia, rechaçada por Belerofonte, e a conquista da Frígia, batalhas onde não faltaram os indomáveis Pegasus, na luta contra as invasoras. Famoso ficou o episódio da luta de Hércules com Hipólita, uma das mais musculosas rainhas amazônicas, quando o herói ar-rebatou-lhe o cinto de guerreira, deixando-a morta no campo de batalha. Tal façanha é o oitavo trabalho probatório do truculento filho de Zeus. Algumas versões desse mito dizem que se tratava do cinto de castidade de Hipólita, sugerindo que Hércules ser-lhe-ia devedor de sua honra, enquanto outras mitologias falam que o cinto fora um presente de seu pai Ares.

Alguns importantes personagens da mitologia helênica tiveram diferentes envolve-mentos com essas indômitas combatentes: quando sitiaram Atenas, a fim de salvar a Rainha Antílope, irmã de Hipólita, foi Teseu quem as enfrentou, desbaratando o mulhero na ponte do Termo-donte, fazendo de Antiope sua mulher e dessa união nasceu Hipólito, o protagonista da tragédia de Eurípides (século V a.C). Outra rainha das Amazonas teria terminado seus dias sob o gládio de um generalíssimo helênico: Pentésiléia foi morta por Aquiles quando ia prestar socorro à população de Tróia, embora o herói da Odisséia tenha chorado perante a beleza da defunta guerreira.

Talvez a última referência as Amazonas na mitologia grega seja aquela relacionada à sua frustrada expedição a ilha de Leuce, no Ponto Euxino, onde a sombra de Aquiles lhes provocou tanto terror que, em pânico, debandaram do campo de batalha. Após esse fato, elas só tornam a

aparecer por volta do século IV antes de nossa era, quando a Rainha Talestris ter-se-ia encontrado com Alexandre Magno - provavelmente aproveitando-se de um momento de folga do esbelto Hefestion.⁶ Também Pompeu (século I a.C.) tê-las-ia enfrentado quando batalhava ao lado do exército de Mitridate, rei do Ponto. Pelo que informam tais fontes, apenas uma Amazona teria saído vitoriosa num combate com um rei: Tomíris, rainha da Cítia (Ásia Menor), que, segundo a lenda, teria matado o soberano persa Ciro.⁷

"As Amazonas em Batalha" foi um dos temas prediletos da arte grega⁸: elas aparecem freqüentemente em pinturas de vasos, baixos-relevos, estatuas, frisas de templos, etc. A pintura mais célebre, em afresco, atribuída a Micon encontrava-se no Templo de Teseu, em Atenas. Igualmente reputadíssimo é o afresco de Panainos, com a mesma temática, que dava a volta do trono de Júpiter, no Olímpio. Hoje a estátua mais famosa de uma Amazona encontra-se no Vaticano, atribuída ora a Fídias, ora a Policleto, reproduzindo a original que existiu no Templo de Artemis. Outras Amazonas célebres podem ser apreciadas nos museus de Berlim, no Capitólio, e no Louvre. Em Roma ficou famosa na história das artes a amante predileta do Imperador Cômodo, Márcia, chamada de "Amazona Romana", por ter sido pintada em trajes guerreiros. Célebres também foram os baixos-relevos do mausoléu de Halicarnasse, no citado Templo de Artemis, em Magnésia. Desde o século IV a.C. elas aparecem pintadas nos sarcófagos etruscos, quer pedestres, quer montadas, mas sempre guerreando.

"A Batalha das Amazonas", de Rubens (1619), no Museu de Munique, é a representação moderna mais deslumbrante das guerreiras caucasianas: representa a derrota dessas milicianas bárbaras na citada Ponte do Termidor. Neste quadro as Amazonas foram representadas com seios ultravolumosos, bem ao gosto do neoclassicismo holandês, embora em desacordo com a tradição iconográfica.

Data dos tempos homéricos a interpretação etimológica do termo Amazona: "A" = prefixo negativo + "MAZOS" = peito, mama, portanto Amazona significaria "sem peito". Defenderam alguns que essas guerreiras, para melhor manejar as armas, especialmente o arco e flecha, extirpavam um dos seios. O nosso Padre Antônio Vieira é um dos que apostava na amputação da mama direita: "As antigas Amazonas, cujas armas eram arco e aljava, para poderem atirar mais forte e mais expeditamente as suas setas, cortavam os peitos direitos."¹⁰ Por sua vez, o autor do *Dictionnaire Historique des Personnages Célebres*, F. Noel (1824), dizia que, em vez da cirurgia, as Amazonas queimavam a mama com ferro em brasa, afirmando que o sacrificado era o peito esquerdo. Seguindo essa ilação, ainda hoje a Medicina utiliza o termo amazona como sinônimo de "mulher sem peito". Para outros autores, entretanto, na sua origem, o étimo amazona significava exatamente o contrario: mulheres com seios turgentes, daí sua relação com a deusa Artêmis de Éfeso, a quem elas renderam culto, chegando, inclusive, a serem apontadas como suas sacerdotisas. Os seios das Amazonas simbolizariam, então, os mil seios das nuvens, donde brota a água que rega e fertiliza a terra, cuja criadora suprema foi Artemis. Que somente mulheres "de muito peito" conseguiriam sair vitoriosas de tantas guerras, não há como negar!

Há, ainda, quem defendeu ser a palavra amazonas oriunda da própria língua dos indígenas do rio Maranhão, que o chamavam de Amassone, isto é, "destruidor de canoas", ou de

Amassunu, "água que retumba". Esta asserção é questionada por outros estudiosos, ao afirmar que os autóctones chamavam ao mesmo rio de Paraná-Guaçu, isto é, "rio grande".¹¹

Pelo visto, as viragos guerreiras povoavam a imaginação dos europeus, sobretudo depois que os ameríndios foram incorporados a mitologia ocidental, sendo tema não só dos prega do católicos, mas, inclusive, da Igreja Anglicana, servindo de mau exemplo para as virtuosas mulheres cristãs. Em 1765, o Pastor James Fordyce, no *Sermons to Young Women* dizia: "To the men, an Amazon never fails to be forbidding...", desestimulando, portanto, que fossem tomadas como modelo de conduta para as contritas filhas de Eva.

Se de fato essas guerreiras varonis amputavam um dos seios, como explicar serem sempre representadas com os dois, nas múltiplas obras de arte desde a antiguidade? E, sobretudo com base nesses argumentos que se baseiam os questionadores da antiga explicação etimológica, afirmando ser ela apócrifa e popularesca, embora divulgada desde os tempos da Grécia Antiga. Nas tais pinturas ou estatuas, as Amazonas aparecem geralmente vestidas "a asiática", com meia túnica acinturada, um dos peitos sempre a mostra, o outro perceptível debaixo das vestes, tendo nas mãos ora um arco e flecha, ora uma machadinha de dois gumes, e, nas costas, a aljava (bolsa onde se guardam as setas), de que falava o Padre Vieira, além de um elmo geralmente colocado aos pés. Esta machadinha tornou-se, nas últimas décadas, um dos símbolos preferidos do Movimento Lésbico da Europa e Estados Unidos, sendo reproduzida em metal precioso como pendente ou brinco das defensoras do amor sáfico.¹²

Hoje em dia, na maior parte dos dicionários consultados, amazona aparece referida como sinônimo de mulher que monta cavalo, ou a indumentária peculiar usada pelas cavaleiras: saia longa com colete ou casaquinho abotoado na frente. "Montar a amazona" equivale a sentar-se no selim da montaria conservando as duas pernas do mesmo lado do animal. Alguns léxicos dão ainda como sinônimo de amazona uma espécie de papagaio do Norte do Brasil, as plumas do avestruz e a malabarista equestre dos circos, além de mulher viril, de Íntimo varonil, corajosa, que se distingue por alguma heroicidade, como as heroínas Jeanne Dare e Jeanne Hachette. Racine, Voltaire e o nosso Joaquim Manuel de Macedo e Antonio Feliciano de Castilho, entre outros, referem-se em suas obras as mulheres de machadinha.

Além dessas militares caucasianas e assírias, registra ainda a tradição a existência de Amazonas na África do Norte, como as que comandavam a rainha Mirina, cujo reino tinha capital situada nas bordas do Lago Tristão. Tais Amazonas chegaram a entrar pela Ásia até os cumes do Taurus e margens do rio Caicres, sendo então derrotadas pelos gorgões, comandados por Hércules, tendo antes, porém, conquistado os númidas e etíopes. Registra ainda a história que no século VIII, na Boemia, sob o comando da rainha Vastla, grande número de mulheres organizaram uma corpo-ração militar e uma sociedade civil, construindo fortes e uma cidadela inexpugnável. Mantiveram oito anos de guerra contra o duque Pizemylas, tornando escravos todos os homens que lhes caíam prisioneiros. Esse reinado, porém, teve vida efêmera.

As últimas Amazonas registradas pela história viveram na África Ocidental, no antigo reino do Daomé, tendo existido um batalhão delas até 1894, quando os franceses ocuparam o país. Segundo o principal estudioso dessa região, M. Herskovitz, elas chegaram a formar quatro

batalhões com mais ou menos 150 mil arcos. Eram recrutadas entre as mulheres mais fortes e musculosas do Reino, e que pela falta de atributos femininos, embora fossem consideradas esposas do Rei, eram destinadas as lides guerreiras. Exigia-se que se mantivessem virgens, sendo severamente punidas as que engravidassem, e punidos com a morte seus cúmplices. Eram chamadas akhosusi. Alguns viajantes do século XIX, como F. Forbes (1849), J. Keitchly (1874) e, sobretudo, R. Burton (1893), fornecem curiosos detalhes sobre a aparência, costumes e organização desse exército de Amazonas negras. Forbes chegou a registrar o discurso de uma das chefas desses batalhões: "Como um ferreiro transforma com o fogo uma barra de ferro, assim também transformamos nossa natureza: não somos mais mulheres: nós somos homens!"¹³

2. Cunhapuiara: as Amazonas do Novo Mundo

"A Amazona belicosa de aljava pendente ao lado, aponta com o arco Invicto, o lindo peito cortado."
(A. F. Castilho, 1861:85)

Salvo erro, quem primeiro se referiu as mulheres guerreiras da região amazônica foi o dominicano Frei Gaspar de Carvajal, que percorreu o caudaloso rio desde a cordilheira dos Andes até o Atlântico, entre os anos de 1540-1542, acompanhando a expedição pioneira do Capitão Francisco de Orellana. Sua descrição do encontro com essas estranhas criaturas esta reproduzida em várias obras, sendo a partir dela que muitos autores se basearam para defender a existência das famosas viragos. ¹⁴ Como se sabe, foi Orellana quem batizou esse rio-mar de Amazonas, também conhecido por rio Marañon

Já em Quito, de onde partiu essa expedição, diz aquele sacerdote que "nos haviam contado a respeito das guerreiras, a quem os índios chamavam de coniuquiara, que quer dizer "grandes senhoras". Ali falavam muito nessas mulheres, e para vê-las vem muitos índios até 1.400 léguas rio-abaixo. Assim nos diziam lá em cima, que quem tivesse de descer a terra destas mulheres, tinha de ir rapaz e voltar velho. Diziam mais que a terra é fria e que há pouca lenha, sendo muito abundante em todas as comidas." ¹⁵

Encontramos evidências de que a fama de tais mulheres guerreiras se espalhava por toda a América do Sul, tanto que já em 1535, quando Diego D'Almagro conquistou o Chile, os índios dessa região meridional lhe informaram que, acima de dois grandes rios, havia uma vasta província habitada só por mulheres, cuja rainha era chamada Gauboymilla, que na língua do país quer dizer "céu de ouro", representando o muito metal precioso que lá era produzido pela natureza. Tais mulheres eram famosas também por fabricarem tecidos de uma riqueza maravilhosa. ¹⁶

Até no Brasil, no sertão da Bahia, já antes do ano de 1587, os índios Ubirajara, "cujo nome significa Senhores dos Paus, gente muito bárbara que não nunca viram gente branca, nem tem dela notícia", disseram que "sempre tem guerra com umas mulheres que dizem ter uma só teta, que pelejam com arco e flecha, e se governam e regem sem seus maridos, como se diz das Amazonas". O autor desse relato é Gabriel Soares de Souza, que, como bom etnógrafo, completa: "Não podemos alcançar mais informações nem da vida e costumes destas mulheres"¹⁷ Salvo erro,

foi este autor quem primeiro no Brasil se referiu ao mito da extirpação do seio das guerreiras americanas. Um pouco antes, em 1576, Pero de Magalhães Gandavo, chamava ao grande rio Marañon pelo seu segundo nome de batismo, rio das Amazonas, comprovando a divulgação deste mito, já naquela época, também no Nordeste brasileiro. No extremo sul da Bahia, diz Frei Agostinho de Santa Maria que os gentios de Ilhéus, pelos finais de nosso primeiro século, viram certa feita "uma mulher branca, montada num cavalo, que derrotava a todos a que ela se opusesse". Imediatamente os missionários jesuítas interpretaram tal visão como desígnio celestial, mudando o nome da padroeira local de Nossa Senhora das Neves para Nossa Senhora da Vitória. Essa misteriosa cavaleira branca faz-nos lembrar não só das famigeradas guerreiras equestres da antiguidade clássica, como também das "Valquírias", da mitologia escandinava e germânica, que, animadas de imbatível espírito guerreiro, planavam miraculosamente por sobre os campos de batalha, escolhendo, a seu bel-prazer, os vitoriosos e aqueles que deviam morrer. Seus nomes evocavam elementos marciais, como Coragem, Triunfo, Derrota, Escravidão, Vitória-exatamente como alguns títulos que os católicos deram a Virgem Santíssima: Perpetuo Socorro, das Gramas, Vitória, da Ajuda, Auxiliadora, etc.¹⁸

No século seguinte, por volta de 1639, o jesuíta Cristóbal de Acuna informava que, no vice-reino de Nova Granada (Colômbia), na cidade Patos, encontrou alguns silvícolas "e particularmente uma índia que disse ter ela própria estado nas terras povoadas pelas mulheres guerreiras". E conclui o inaciano com uma declaração de princípios: "Só lanço, o mão do que ouvi com os meus ouvidos e com cuidado averigüei desde que pusemos pé no dito rio, no qual não há geralmente coisa mais comum e que ninguém ignora que se dizer que nele habitam estas mulheres, dando sinais tão particulares que concordando todas as suas informações, umas com as outras, não é crível que uma mentira se pudesse ter enraizado em tantas línguas e tantas nações, com tantos visos de verdade".¹⁹

No século XVIII, a vez do Monsieur de la Condamine dar seu depoimento, confirmando a universalidade da crença nas Amazonas em toda extensão do interminável "inferno verde": "Ao longo de minha navegação não cessava de perguntar aos índios de diversas nações, se tinham algum conhecimento das mulheres belicosas de cujo nome o rio tirou seu nome. Tal tradição é universalmente espalhada em todas as nações que habitam as margens do rio Amazonas, até 150 léguas distante, pelo interior até Caiena. Sempre indicam para o mesmo lugar como sendo suas aldeias e sempre em suas línguas chamam-nas pelo mesmo nome: mulheres sem marido ou mulheres excelentes." E conclui afirmando que, de fato, tais guerreiras tiveram existência real, mas em 1743, apenas sua lembrança permanecia na memória dos autóctones.

Os naturalistas Spix e Martius em sua excursão pela hiléia amazônica, pelos anos 1817-1820, após exaustivas perguntas a um sem número de informantes locais, como bons racionalistas do século XIX, concluem que as coniuuiara não passavam de imaginação mitológica: "As lendas das Amazonas, de homens sem cabeça, a e com a cara no peito, ou de outros que tem terceiro pé no peito e possuem caudas, resultado do conúbio de índias com macacos coatás, etc., são idênticos produtos da fantasia dos índios. A firme crença com que os índios contam tais lendas, é uma das feições do seu caráter, e o viajante neste país deve ficar prevenido disto, para descontar a parte da

imaginação nos fatos maravilhosos que ouviu da boca dos Peles Vermelhas." 21 Especificamente quanto as Amazonas, eis o testemunho de von Martius: "Pelo geral interesse que o assunto desperta, confie o leitor na declaração de que nós, Dr. Spix e eu, não poupamos trabalhos para obter alguma luz ou certeza sobre o caso. Entretanto, não avistamos em parte alguma uma Amazona, nem ouvimos de pessoa fidedigna de origem européia, que de longe se referisse a essa tradição fabulosa."

Do Chile ao sertão do sul da Bahia, de Quito a Colômbia, ao longo dos incontáveis afluentes do caudaloso rio-mar, chegando à capital da Guiana Francesa e pelo interior do Amazonas até quase mil quilômetros mata adentro, isto desde 1535 até o século passado, era voz corrente, entre as populares indígenas e ames ticadas, que as mulheres guerreiras realmente existiam. Como disse o citado jesuíta Acuna: "Se elas não existiram, foi preciso que a maior das mentiras do Novo Mundo se passe pela mais constante de todas as verdades históricas (...)" e, nos completaríamos, o mesmo aconteceu universalmente com a história de Deus, que ninguém nunca viu, e tantos falam nele!

Pois bem: já que, segundo os primeiros cronistas da região setentrional da América do Sul, os nativos testemunhavam ter visto ou, em sua maioria, ouvido falar das tais guerreiras, o que contavam a respeito delas? Quem eram, como viviam, onde habitavam exatamente? Entreguemos a palavra aos cronistas.

O relato mais minucioso além de pioneiro é a Relação que escreveu Frei Gaspar de Carvajal, em 1540-1542. Devido a sua pouca divulgação e ao interesse de seu conteúdo na cristalização do mito amazônico, merece ser transcrito integralmente. Diz o frade pregador que os espanhóis, ao enfrentarem acirrada resistência de um bando de índios na foz do rio Jacundá, aí encontraram-se face a face com tais belicosas mulheres: "Quero que saibam qual o motivo de se defenderem os índios de tal maneira: são súditos e tributários das Amazonas, e conhecidos a nossa vinda, foram pedir-lhes socorro e vieram 10 ou 12 delas. Aí perguntou o Capitão Orellana: Que mulheres eram aquelas que tinham vindo ajudá-los a fazer-nos guerra. Disse o índio que eram umas mulheres que residiam no interior, a umas sete léguas de Jornada da costa, e por seu senhor Couynco, seu súdito, tinham vindo guardar a costa. Perguntou o Capitão se estas mulheres eram casadas, e o índio disse que não. Perguntou o Capitão de que modo vivem. Respondeu o índio que vivia no interior, e que ele tinha lá estado muitas vezes e visto o seu trato e residências, pois como seu vassalo, ia levar o tributo, quando o senhor o mandava. Perguntou o Capitão se estas mulheres eram muitas. Disse o índio que sim, e que ele sabia, pelo nome, setenta aldeias, e os contou diante dos que aí estava, e que em algumas havia estado. Perguntou o Capitão se estas aldeias eram de palha. Disse o índio que não, mas de pedra e com portas, e que de uma aldeia a outra iam caminhos cercados de um e outro lado e de distância em distância, com guardas, para que não possa entrar ninguém sem pagar direitos. Perguntou-lhe o Capitão se estas mulheres pariam. Disse o índio que sim. Perguntou o Capitão como, não sendo casadas, nem residindo homens com elas emprenhavam. Ele disse que estas índias coabitavam com índios de tempos em tempos, e quando lhes vem aquele desejo, juntam grande porção de gente de guerra e vão fazer guerra a um grande senhor que reside e tem a sua terra junto a destas mulheres, e a força, a os trazem as suas terras e os tem consigo o tempo

que lhes agrada, e depois quando vem o tempo de parir, se tem filho o matam e o mandam ao pai; se é filha, a criam com grandes solenidades e a educam nas coisas de guerra. Disse mais, que entre todas estas mulheres há uma senhora que domina e tem todas as demais debaixo de sua mão e jurisdição, a qual senhora se chama Conhori. 22

O Padre Acuna, quase um século depois desse primeiro relato, fornece outros detalhes sobre a maneira como eram realizadas as uniões carnavais dessas viragos com os genitores de suas filhas: "Onde mais luz obtive do sítio onde vivem estas mulheres, dos seus costumes, dos índios que tem relação com elas, dos caminhos pelos quais se penetra em suas terras e dos naturais que os povoam, foi na última aldeia onde acaba a província dos Tupinambás. A 36 léguas desta aldeia, correndo rio abaixo, esta da banda norte, o rio das Amazonas, que com o nome de rio Canuris é conhecido entre aqueles naturais. Toma este rio o nome dos primeiros índios que sustenta em sua foz, aos quais se seguem os Aponto, que falam a língua geral de todo o Brasil. Atrás destes estão situados os Taguaí, e os últimos, que são os que tem relações com as próprias Amazonas, são os Gacará. Estas mulheres varonis tem sua sede entre grandes montes e altíssimos cerros, dos quais o que mais se alteia entre os outros, e que, como o mais soberbo, e combatido dos ventos com mais rigor, pelo que sempre se mostra descalvado e limpo de vegetação, se chama Yacamiaba. São elas mulheres de grande coragem, e que sempre se conservaram sem o comércio ordinário de varões, e mesmo quando estes, pelo acordo que tem com elas, vem uma vez por ano as suas terras, recebem-nos com as armas nas mãos, que são arco e flechas, que atiram durante algum tempo, até que cientes de que vem de paz os conhecidos, deixando as armas, acodem todas as canoas ou embarcações dos hóspedes, e tomando cada qual a rede que encontra mais a mão, que são as camas em que eles dormem, a levam para casa, e pendurando-a em sitio onde o dono a reconheça, o recebem por hóspede aqueles poucos dias, passados os quais eles voltam para as suas terras, repetindo-se todos os anos esta viagem pela mesma época. As filhas fêmeas que nascem desta união, conservam e criam entre elas, porque são as que hão de levar adiante o valor e costumes de sua nação, mas os filhos varões não se sabe com certeza o que fazem com eles. Um índio que, sendo pequeno, tinha ido com seu pai a esta entrada, afirmou que os filhos varões eram entregues aos pais, quando no ano seguinte voltavam a suas terras. Mas contam os outros, e parece o mais certo por ser mais corrente, que os reconhecendo como tais lhes tiram a vida. O tempo descobrira a verdade, e se estas são as famosas Amazonas dos historiadores, que guardam em sua comarca tesouros que dão para enriquecer o mundo todo. Está a foz deste rio, povoado pelas Amazonas, a dois graus e meio de altura 23.

Embora diferentes índios e índias, em diferentes latitudes, tenham declarado ter visto ou mesmo visitado as Amazonas em seu habitat, apenas a expedição de Orellana enfrentou um pequenino bando delas, vendo-as face a face. Foi por ocasião da batalha contra os índios da foz do rio Jamundá, conforme há pouco relatamos. Diz o dominicano Carvajal que eram 10 ou 12 mulheres guerreiras que vieram ajudar os nativos na sua peleja. "A estas nos as vimos, que andavam combatendo diante de todos os índios como capitães, e lutavam tão corajosamente que os índios não ousavam mostrar as costas, e ao que fugia diante de nos, elas o matavam a paulada. Eis a razão por que os índios tanto se defendiam". Ao fim da peleja, entre os muitos mortos, encontraram os espa-

nhóis 7 ou 8 dessas guerreiras. Eis como as retrata o frade cronista: "São muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas a pêlo, tapadas em suas vergonhas; com os seus arcos e flechas na mão fazem tanta guerra como dez índios." Eram, portanto, mulheres superdotadas fisicamente, tanto no tamanho dos membros como na robustez: "Em verdade, houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras, um pouco menos, de modo que os nossos bergantins pareciam porcos espinhos..."²⁴

Assim sendo, segundo testemunho de Frei Carvajal, os soldados do Capitão Orellana quando menos, viram com seus próprios olhos 10 ou 12 guerreiras, que tanto eles, quanto os índios seus contrários identificaram como sendo as "grandes senhoras" ou coniuquiara, tendo posteriormente encontrado no campo de batalha, 7 ou 8 delas, sem vida. Palavra de sacerdote!

Resta-nos a indagação: seriam de fato as tais guerreiras da foz do rio Jacundá as supostas Amazonas das serras de Yacamiaba?

A meu ver, urge desembaraçar dois equívocos etnohistóricos divulgados ao longo dos séculos passados, que seriam os responsáveis pela manutenção tão constante e quase universal, dentro do continente sul-americano, da lenda destas ilustres e indômitas senhoras. Trata-se da confusão das supostas coniuquiara com as chamadas "virgens do sol" dos Andes ou sua associação com as guerreiras lésbicas de inúmeras tribos ameríndias - estas sim, perfeitamente documentadas pela historiografia.

3. Acllacuna: as Virgens do Sol

4. *"Nenhuma instituição incaica excitou tanto a curiosidade dos estudiosos como as Virgens do Sol" (Métraux, 1961:130).*

- O culto ao sol era o centro devocional da religião dos incas, estando em Cuzco ("o em-bigo do mundo") seu grande templo, o fabuloso Coricancha, edifício suntuoso com dimensões impressionantes e indescritíveis riquezas em ouro, transformadas depois pelos conquistadores em igreja de São Domingos - da mesma Ordem Religiosa do citado Frei Carvajal. Na hierarquia eclesiástica incaica, ocupava o lugar de primeiro destaque o grande sacerdote do sol, o Vilca-Oma, sempre um parente próximo do Inca, seu irmão ou tio, coadjuvado por grande séquito de clérigos e "Virgens do Sol". De acordo com os primeiros cronistas do Peru, só em Cuzco existiam de três a quatro mil dessas sacerdotisas. Seu nome acllacuna significava simplesmente "mulheres escolhidas": eram recrutadas entre as mais belas e nobres donzelas do Império incaico, escolha efetuada através de funcionários especiais que percorriam todas as comunidades com este objetivo. Até então as eleitas eram enclausuradas em certos estabelecimentos comunitários até o momento em que o Inca, ou seu representante, decidia que sorte dar a cada donzela. Algumas se tornavam concubinas do Imperador, outras eram distribuídas entre os altos funcionários do Estado, um pequeno número ficava reservado para os sacrifícios humanos e as demais eram consagradas ao culto de Intí. Nestes templos, as Virgens do Sol preparavam alimentos cerimoniais, sobretudo a chicha,

consumida abundantemente nas celebrações litúrgicas. Segundo A. Metraux, às *aillacuna* formavam verdadeiros ateliers de onde saíam tecidos particularmente reputados pela sua excelente qualidade, os famosos *kunbi*, confeccionados com a mais delicada *la de vicunha*. Eram elas as tecelãs e costureiras das roupas usadas pelo Inca, por sua família, pelos *some*-sacerdotes, assim como aquelas destinadas aos sacrifícios rituais. Cada um desses "conventos" era governado por uma espécie de abadessa, a *mama-cuna*, considerada esposa do Deus-Inti.²⁵

Tal instituição existia de forma semelhante também entre os astecas. A descrição que dela fizeram os primeiros cronistas espanhóis foi fortemente calcada no conhecido modelo das vestais romanas - as sacerdotisas da deusa Vesta - também elas obrigadas a conservação da virgindade e a manutenção do fogo sagrado, símbolo dos deuses do lar. Os rituais e castigos as donzelas defloradas no Peru, repetem, *mutatis mutandis*, o mesmo cerimonial peculiar as vestais romanas: fenômeno idêntico ao que ocorreu com as Amazonas americanas, cujas versões dos cronistas são decalcadas na mitologia grega.

A descrição que nosso primeiro Cronista fez das mulheres guerreiras do Novo Mundo, conforme veremos a seguir, parece que teve como modelo inspirador muito mais próximo as conhecidas Virgens do Sol do Peru, do que supostas aldeias indígenas da floresta amazônica. Baseando-se sempre na informação prestada por um velho índio que disse ter conhecido pessoalmente as setenta aldeias das Amazonas, Frei Gaspar de Carvajal transcreve inúmeros detalhes que imediatamente nos fazem recordar das comunidades das vestais peruanas: "Disse mais, o dito índio, que entre todas estas mulheres há uma senhora que domina e tem todas as demais debaixo de sua mão e jurisdição, a qual senhora se chama *Conhori*. Disse que há imensa riqueza de ouro e prata, e todas as senhoras principais possuem um serviço todo de ouro ou prata, e que as mulheres plebéias se servem em vasilhas de pau, exceto as que vão ao fogo, que são de barro. Disse que na capital e principal cidade, onde reside à senhora, há cinco casas muito grandes que são adoratórios e casas dedicadas ao sol, as quais são por elas chamadas *caranal*, e que estas casas são assoalhadas no solo e até meia altura e que os tetos são forrados de pinturas de diversas cores, que nestas casas têm elas ídolos de ouro e prata em figura de mulheres, e muitos objetos de ouro e prata para o serviço do sol. Andam vestidas de finíssima roupa de lã, porque há nessa terra muitas ovelhas das do Peru. Seu trajar é formado por umas mantas apertadas nos peitos para baixo, o busto coberto com um manto, atado adiante por uns cordões. Trazem os cabelos soltos até o chão e posta na cabeça, a coroas de ouro, da largura de dois dedos."

Obviamente que a descrição da cultura material destas aldeias não corresponde de forma alguma à ergologia das tribos da floresta amazônica²⁷, posto que desconhecemos casas de pedra assoalhadas, metalurgia de ouro e prata, tecidos finos de lã de "ovelhas do Peru" (*vicunhas*, *lhamas* e *alpacas*). Por mais fantasiosos que pareçam muitos detalhes do cronista, como as grossas coroas de ouro, ou as baixelas de metal precioso, tais elementos ergológicos pertencem claramente ao complexo cultural incaico e nunca as tribos coletor-caçadoras amazônicas. As terras frias e altas, com pouca lenha, onde moravam as tais mulheres ilustres, os grandes e altíssimos morros e serros onde se situava a capital das belicosas *coniuquiara* evocam claramente a ecologia do anti-piano andino em vez da paisagem plana e tropical da *hiléia* amazônica.

A meu ver, portanto, o que ocorreu foi uma fusão ou amálgama na tradição oral de vários povos indígenas do norte da América do Sul. A realidade narrada por alguns desses índios que provavelmente chegaram de fato a conhecer ou ter notícia de certos "conventos de virgens do sol", como por exemplo, Machu-Picchu, nas franjas orientais da floresta amazônica -, transmitida e modificada ao longo de gerações, incorporou-se a outra realidade, também histórica, a saber, a existência de mulheres guerreiras em diversas tribos do Novo Mundo. Ambos os grupos eram constituídos por índias solteiras e objeto de grande curiosidade por parte das sociedades patriarcais que as abrigavam ou que delas eram vizinhas. Associação, aliás, que parece ter-se cristalizado, sobretudo nas áreas circunvizinhas ou tributárias do Império do Sol, pois no Sertão da Bahia, conforme relatamos anteriormente, as Amazonas apontadas como inimigas do Ubirajara nada tinham a ver com as adoradoras de Inti. Contrariamente, na memória oral dos nativos do Chile, nas franjas meridionais do Império Incaico, as súditas da rainha Guaboymilla viviam num verdadeiro "el dorado", cercadas de muito ouro e de ricos tecidos por elas fabricados - exatamente como as aillacuna dos templos do sol.

Destarte, no fabulário de certos grupos aborígenes da floresta amazônica, entre os séculos XVI e XIX, as mulheres guerreiras - reais - como as que foram mortas pela expedição de Orellana, e que não passavam de viragos de tribos vizinhas engajadas em certas operações de guerra de tribos aliadas, eram identificadas como pertencentes à misteriosa tribo das Amazonas, tidas como residindo em localidades distantes e possuidoras de inúmeros traços culturais semelhantes as das Virgens do Sol. Encontrando-as no campo de batalha, os espanhóis divulgaram a versão de seus informantes índios, ambos ignorantes do habitat originário das tais índias guerreiras abatidas na peleja. Conhecedores da mitologia grega, nossos primeiros cronistas logo associaram a presença de mulheres armadas de arco e flecha as legendárias Amazonas da Capadócia, do mesmo modo como, no México e Peru, se serviram do modelo das vestais romanas para descrever as virgens do deus Inti.

5. Çacoaimbeguira: as machões Tupinambá

"São os Tupinambá tão luxuriosos, que não há pecado de sensualidade que não cometam." (G. Soares de Sousa, 1587:308)

A inversão sexual tem sido fartamente documentada para todos os continentes e em todos os períodos da história, 28 havendo mesmo cientistas que defendam ser o travestismo e a homossexualidade fenômenos tão universais quanto o tabu do incesto. 29

Por inversão, termo cunhado em 1878 por Arrigo Tomassia, entendemos a reversão do papel de gênero (gender role reversal), podendo incluir o travestismo (cross-dressing), a adoção de papéis sócio-econômicos do sexo oposto, assim como, geralmente, conduta homoerótica.³⁰ Embora muito mais documentada para o gênero masculino, 31 dispomos de uma dezena de informações a respeito da inversão feminina entre os nativos da América do Sul e do Norte?

assunto ainda pouco aprofundado, infelizmente, entre os pesquisadores e pesquisadoras tupiniquins.

Começamos com um tipo de inversão ocasional na divisão sexual do trabalho que aparentemente não implica em prática da homossexualidade. É o caso descrito por Lévi-Strauss, das "mulheres secundárias" do chefe Nambiquara, "que não obedecem as regras da divisão sexual do trabalho, mas tomam indiferentemente parte nas ocupações masculinas e femininas. No campo desdenham os trabalhos domésticos e permanecem ociosas, ora brincando com as crianças, ora acariciando o marido, enquanto a primeira mulher trabalha no lar e cozinha. Essas moças de comportamento masculinizado, escolhidas entre as mais belas e as mais sãs do grupo, acompanham o chefe quando partem em expedição de caça ou de exploração, ou para qualquer outra empresa masculina."³³ Apesar de executarem ocasionalmente trabalhos ou funções privativas dos homens, e revelarem "comportamento masculinizado", estas jovens nambiquara, pelo visto, tinham orientação heterossexual exclusiva, revelada não só pelo casamento, como pela troca de carícias e comportamentos eróticos vis-à-vis seu marido polígamo. Como Lévi-Strauss nunca se destacou, ao contra-rio de Malinowski, pela profundidade na observação e análise da conduta sexual dos nativos, talvez estejamos em face de uma imprecisão etnográfica mais do que na constatação da inexistência de contactos unissexuais entre as concubinas deste cacique.

Também entre os Guaicurus e Guanás do Mato Grosso, certas mulheres costumavam acompanhar os homens nas suas expedições guerreiras, ou razzias, provocando muitas delas abortos quando grávidas, a fim de terem maior liberdade nas correrias mato adentro. Como desde o século XVIII se sabe que a inversão masculina era fortemente institucionalizada nestas culturas guarani, talvez também ocorresse o mesmo mecanismo com o sexo feminino³⁴

Inversão plena, de tempo integral, foi observada em ambos os sexos nas Aldeias tupinambás' desde os primórdios da colonização. É Pero Magalhães Gandavo quem nos dá, de primeira mão, informações sobre esse fenômeno, já em 1576: "Algumas índias há que também entre os tupinambás determinam de ser castas, as quais não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios, como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão a guerra com seus arcos e flechas, a caça, perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que é casada, e assim se comunicam e conservam como marido e mulher."³⁵

Não contente com descrição tão minuciosa e inequívoca, o mesmo cronista repete-a quase *ipsis verbis* no Tratado Segundo das Cousas do Brasil, sugerindo assim ser o lesbianismo, conduta bastante generalizada na Terra dos Papagaios: "Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade, e assim não casam nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão, ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma forma que os machos trazem, e vão a guerra com seu arco e flechas, e a caça, a: enfim, andam sempre em companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casadas."

O "voto de castidade" referido pelo autor certamente teve como inspiração o celibato das ordens religiosas, mas que no caso destas viragos significava tão somente castidade do sexo oposto (heterofobia), pois luxuriosa como era a moral sexual tupinambá, seria uma aberração imaginar que estes pares de mulheres, "que se comunicam e conversam como marido e mulher", não chegassem a comunicar-se e conversação erótica. Parafrazeando Francis Galton (1860), poderíamos dizer: "They are Amazons, not Vestals!"³⁷

Neste particular, concordamos com Florestan Fernandes quando defendeu que "a canalização dos sentimentos amorosos e eróticos em direção ao indivíduo do mesmo sexo, como forma de distensão emocional e satisfação sexual, ocorria também entre as mulheres tupinambás." ³⁸ Discordamos, porém, quando este autor imagina que "esses desvios eram pouco freqüentes e em algumas situações, a sociedade tupinambá resolvia o problema eliminando as mulheres tríbades." Não localizamos nenhum cronista que noticiasse tal eliminação. Contestamos igualmente a hipótese da pouca freqüência do lesbianismo entre esses aborígenes: Pero Correia chega a dizer "há cá muitas mulheres que assim nas armas, como em todas as outras coisas, seguem o ofício de homens e tem outras mulheres com quem são casadas. A maior injúria que lhes podem fazer é chamá-las mulheres." Portanto, não eram poucas, mas "muitas", as tríbades.

Dispomos ainda de outra evidência que reforça nosso ponto de vista: no Vocabulário da Língua Brasileira, de 1621, localizamos um termo específico para designar tais mulheres guerreiras, o que nos permite supor tratar-se de um tipo social tão comum e generalizado na costa brasileira, a ponto de merecer sua inclusão em nosso primeiro dicionário tupi, certamente a contragosto dos piedosos gramáticos jesuítas, que prefeririam não ter encontrado no Novo Mundo mulheres tão despudoradas, praticantes do "abominável pecado de sodomia". ⁴¹ Çacoimbaeguirá é o termo usado pelos Tupinambás para designar as índias lésbicas, referidas pelos inácianos como "machão que não conhece homem e tem mulher, e fala e peleja como homem". ⁴² O texto não podia ser mais explícito quanto a homossexualidade destas viragos: ter mulher equivale ao teúda e manteúda da linguagem jurídico-eclesiástica do português antigo, isto é, concubinato de fato, induzindo coabitação e parceria sexual. Para evitar dúvidas, logo a seguir vem incluído neste vocabulário outro étimo: "Machoa: a que não pare, maninha, estéril, infecunda: em Tupi cambeba, é peito chato." Portanto, çacoimbaeguirá, sinônimo de mulher com orientação sexual homoerótica e desempenho de papel de gênero masculino; cambeba, simplesmente, mulher estéril. As primeiras, uma opção pela esterilidade e pela inversão, as segundas, infecundas por natureza embora não necessariamente invertidas sexualmente.

Por conseguinte, não há dúvida que as çacoimbaeguirá eram invertidas não apenas no papel de gênero, mas também na orientação sexual, aliás, identicamente ao observado entre seus conterrâneos tibira, termo usado do Maranhão até a Bahia para designar, entre os tupinambás, os homossexuais masculinos, também eles praticantes da homofilia e invertidos no falar, nos adornos e nas ocupações quotidianas, alguns vivendo casados com outros índios, "outros tendo pelo sertão tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas. ⁴³ Tanto na América Central, como na do Norte, há farta documentação relativamente aos berdaches, uma espécie de travestis masculinos que em sua maioria também eram amantes da unissexualidade.⁴⁴ Salvo erro, o termo berdache, de

origem pérsica, hoje consagrado nos estudos antropológicos, foi empregado pela primeira vez para caracterizar os homossexuais ameríndios por A. Thevet, em 1575, exatamente para descrever os tibirá tupinambá.

As evidências históricas e antropológicas nos levam a crer que a homossexualidade feminina era muito mais praticada entre as tribos ameríndias, do que se supõe, tanto que já em 1613, no livro Confessional Frei Francisco Pareja, missionário franciscano entre os índios Timu-cuan de Porto Rico (1595-1616), recomendava a seguinte pergunta aos sacerdotes quando confessassem as nativas: "Mujer con mujer, has tenido acto como si fuera hombre?"⁴⁶ Onde ha fumaija, costuma haver fogo...

A documentação inquisitorial permite-nos afirmar, sem sombra de dúvida, que o tribadismo era praticado não apenas nas selvas, pelas çacoaimbaeguirá, mas também por índias e mamelucas servindo nas casas dos primeiros colonizadores da Bahia e Pernambuco. Na primeira Visita ao do Santo Ofício a Salvador (1591-1592), por exemplo, há dois episódios envolvendo meninas mamelucas, sendo súcubas em relatos lésbicas: a primeira, Guiomar Pinheira, declarou em 17 de Janeiro de 1592 que era natural de Ilhéus, filha de uma brasila com um branco (provavelmente descendente dos Aimorés). Disse que quando menina, em dois dias diferentes, uma sua tia "lhe levantou a camisa e arregaçando assim suas fraldas, se pôs por encima dela, e ajuntando seu vaso natural com o vaso natural dela, fez com ela como se fora homem com mulher, tendo deleitação por espaço de tempo." 17 Outra mameluca, Isabel Marquez, natural de Salvador, filha do Cônego Diogo Marques com sua índia, confessou que pelos seus 10 anos de idade, manteve relação sexual com Caterina Barbosa, de 14-15 anos, "e chegaram ao torpe ajuntamento de seus vasos dianteiros como se fora homem com mulher."⁴⁸

Em Pernambuco há registro de duas índias tribades denunciadas ao Santo Ofício da Inquisição: quem delata e a mameluca Maria de Azevedo. Diz que "entrando por uma câmara da fazenda onde moravam, viu estar no chão, detrás de porta, deitada de costa, uma negra brasila chamada Vitória, que ora e escrava dela denunciante, e sobre ela deitada com as fraldas levantadas Maria de Lucena, mameluca, 30 anos, solteira, fazendo como se fora homem com mulher o pecado de sodomia, e logo que a viram se ergueram e lhe rogaram que se calasse."⁴⁹ Contaram mais, que a tal mameluca Lucena foi posteriormente "lançada de casa por que fora achada fazendo o pecado nefando com outra brasila chamada Margayda, ladina." Relação, aliás, confirmada ex visu por outra nativa do Sertão de Pernambuco, Monica, que declarou tê-las visto "ambas tendo ajuntamento carnal."⁵⁰

Assim sendo, fica documentada a prática da inversão sexual e da homossexualidade não apenas entre as "brasíliãs" vivendo em situação tribal, mas também entre mamelucas e escravas brasílicas, agora nos novos espaços dominados pelos colonizadores brancos. Lastimavelmente a documentação não explicita se tais índias e mamelucas cristianizadas, eram virilizadas ou não como suas ancestrais çacoaimbaeguirá: outra omissão é quanto às esposas destas viragos tribais, se ostentavam conduta "normal" ou desviante dos padrões nativos de feminilidade. Como desde 1646 o Tribunal do Santo Ofício rebaixou a homossexualidade feminina da condição de "crime de sodomia" para tão simplesmente "pecado contra a castidade", deixaram os juízes inquisitoriais de

perseguir e processar as praticantes desta variável erótica, perdendo os historiadores, a partir de então, fontes documentais sobre esta conduta libidinosa que, sendo descriminalizada, deve ter sido praticada por maior número de adeptas.

6. Contemporaneamente, constatou os Antropólogos a prática do lesbianismo entre os seguintes grupos tribais do Brasil: Yanoama, Melinaku, Cubeo, Tucano. 52 Para os indígenas da América do Norte dispomos de maior número de relatos etnográficos sobre esta particularidade da vida sexual feminina: já em 1711, William Robertson emite a opinião de que também nesta parte do Novo Mundo existia amazonas, e em 1811, entre os índios Kutenai, de Montana Ocidental, documenta-se a presença de uma famosa berdache feminina, que exerceu as atividades de correio, guia profeta, guerreira e mediadora da paz dentro e fora de sua aldeia. De porte gigantesco e temperamento agressivo, Ququnok Patke vivia casada com outra índia, e segundo tradição tribal, usava um falo artificial de couro- alias, prática rara mas também documentada pelos Inquisidores em seus processos contra as lesbianas do Brasil.

A antropóloga Evelyn Blackwood localizou na literatura etnográfica trinta e três referências a presença de inversão sexual (cross gender female) entre os aborígenes norte americanos, sendo mais comum entre os nativos da Califórnia, no Sudoeste e Noroeste, na Grande Bacia, embora também praticada pelas tribos da região sub-ártica e das Planícies setentrionais⁵³

Também no universo das representações simbólicas, há referenda ao lesbianismo entre populações ameríndias: Robert Lowie em 1907, no seu ensaio sobre os nativos Assiniboine, relata um mito onde a esposa de um índio seduz e foge com sua cunhada.⁵⁴ Na década de 30, numa monografia consagrada aos índios Klamath, Leslie Spier refere-se a várias mulheres desta tribo praticantes do "amor que não ousa dizer o nome", algumas adotando inclusive roupas e adereços masculinos, unindo-se maritalmente com suas eleitas, falando com voz masculina e se apresentando como homem. Sawalinaa era o nome como os Klamath designavam os casamentos desta cacóimbaeguir do Norte.

Também Daryll Forde, mais conhecido por seus trabalhos consagrados à ergologia e economia tribais, refere-se a female inverts e casual secret homosexuality entre as nativas Yuma, onde as lesbicas eram chamadas de kwerhame. Explicavam os nativos que tais invertidas diziam ter sofrido uma mudança de espírito como resultado de sonhos ocorridos na puberdade, embora desde pequeninas as kwerhame já costumassem praticar exclusivamente folgedos masculinos. E completa Forde: "Tais mulheres nunca menstruam, e suas características sexuais secundárias são subdesenvolvidas ou em certas instancias, masculinas." ⁵⁶

Outras mulheres travestis foram encontradas entre os Cocopa do Far West, que as denominavam com termo bem próximo ao usado pelos Yuma: warhameh. Manifestavam essas berdaches propensão para condutas masculinizadas "brincando só com meninos, confeccionando arcos e flechas, caçando pássaros e coelhos. O que elas desejam é tornarem-se homens. Penteiam-se como homens, furam o nariz, são musculosas, lutam como varões. Casam-se com outras mulheres e estabelecem um lar como se fossem homens."⁵⁷

Mais recentemente, na mais completa etnografia consagrada aos índios Kaska, há também informações sobre a homossexualidade feminina: "As mulheres homossexuais simulam a có-

pula colocando-se uma em cima da outra. Frequentemente são travestis. Algumas vezes, quando um casal tem muitas filhas e deseja um filho que lhes traga caça, a na velhice, selecionam uma filha para viver como homem. Por volta dos cinco anos, seus pais prendem o ovário seco de uma gazela dentro de seu cinto interior. Ela deve usar este amuleto pelo resto de sua vida a fim de evitar a concepção. A partir de então, será socializada como varão: será vestida com trajes masculinos, desempenhará tarefas de homem, geralmente desenvolvendo grande fortaleza e tornando-se excepcional caçador. Ela gritaria e quebraria o arco e flechas de qualquer rapaz que tentasse manter relações sexuais consigo. Aparentemente tais mulheres mantêm relações homossexuais. "Duas delas atingem o orgasmo através da fricção clitoriana." 58

Ainda para a América do Norte, registra os etnohistoriadores outro caso fantástico de lesbianismo ocorrido nos meados do século XIX: trata-se de uma índia Mohave da Califórnia, de nome Sahaykwisa, estudada em detalhe pelo psiquiatra freudiano George Devereux. Vivendo sempre travestida de homem, tendo várias esposas, destacando-se nas artes marciais e obtendo sucesso tanto na lavoura e caça, quanto no xamanismo, esta índia virago foi considerada um caso típico do que os sexólogos chamavam de "inversão masculiniforme".

Em seu recente livro sobre a diversidade sexual entre os índios americanos, Walter Williams consagra todo um capítulo à variação de gênero entre as mulheres nativas, referindo-se inclusive a casos recentes de lesbianismo e/ou travestismo encontrado nos Zapotec do sul do México, Mohawk e Navajo. Cita mesmo depoimentos de índias pertencentes ao Movimento Lesbico que proclamam: "Como índias gays nós sentimos a mesma conexão com nossas ancestrais Amazonas." 29

Tais exemplos, longe de serem exaustivos, permitem-nos vislumbrar algumas manifestações e variantes do processo de socialização, performance social e preferências eróticas das invertidas da América do Norte, que em muitos aspectos evocam comportamentos similares aos observados entre as Tupinambá em suas aldeias ou nas fazendas dos brancos, a época da Inquisição. Se também nossas çacoaimbaegulra eram submetidas a ritos de iniciação e processos de internalização da inversão como as suas congêneres kwerhame norte-americanas, ou como explicavam nossas nativas os fenômenos da inversão, etc., lastimavelmente são informações que nossos cronistas omitiram, e que nossos atuais antropólogos, em sua maior parte do sexo masculino, não tiveram a sensibilidade de registrar. Em comum, as Amazonas do Norte e do Sul apresentam o mesmo aspecto masculinizado tanto na aparência física (voz, musculatura, corte do cabelo, roupas e adereços viris), quanto na adoção de tarefas consideradas apanágio do "sexo forte", notadamente a caça e a guerra, incluindo a posse de outras mulheres, nalgumas culturas institucionalizadas através de rituais de matrimônio. 60 A reação das tribades da etnia Kaska, quebrando as armas dos índios mais ousados, e das viragos Tupinambá, que não consentiam intimidades de homem algum de nenhuma qualidade, preferindo serem mortas a submeter-se a heterossexualidade, demonstram graus diferentes no continuum da aversão a sexualidade heterogênea, condutas que certamente deviam ser inspiradas muito mais por tabus de ordem sobrenatural, do que espontânea manifestação de heterofobia.

Conclusão

Já desde o século XVI há quem tenha chamado a atenção para a confusa associação feita por certos cronistas entre as índias guerreiras reais, as nossas çacoibaqueira com as imaginadas Amazonas. Francisco Lopez de Gomara, na sua História de General de las Indias ao criticar o relato do Frei Carvajal, ponderava: "Entre os disparates que disse aquele cronista, o maior foi afirmar que havia Amazonas neste rio, com as quais lutaram ele e os seus companheiros. Que as mulheres, ali andem com armas e pelejem não e muito, pois em Paria, que não e muito longe, e em outras partes das Índias, era esse o seu costume."61

Levi-Strauss compartilha da mesma opinião do crítico quinhentista: "Não e improvável que o costume de certas mulheres de uma classe especial um tanto dissolutas (sic) e com funções auxiliares, não se casavam, mas sim acompanhavam os homens na guerra, tenha dado origem à lenda das Amazonas."62

Embora considere lendária a existência na Amazônia de uma sociedade civil constituída apenas por mulheres (ginocracia), concordo com Darci Ribeiro quando escreveu: "Um povo-mulher que nem elas, sem homens próprios, se servindo de estrangeiros como reprodutores, é plausível e até praticável. Um povo só de machos não." 63 E num fantasioso e divertido exercício de etnohistória, o mesmo autor confere às legendárias cunhapuiaras a condição de fundadoras em Icamiba do paradisíaco "matriarcado perdido". Repetimos: mera especulação, posto faltar material empírico para sua comprovação. Trata-se de um teorema simpático, porém tão plausível quanto os poderes de Tupã ou da Mãe das águas.

Apesar de abundante bibliografia comprovar cabalmente a universalidade da inversão sexual, tanto geográfica, quanto historicamente - e diversas Ciências atestarem ser a homossexualidade comportamento tão "natural" 64, saudável e legítimo quanto o heterossexualismo, notamos ainda hoje grande timidez, quando não hostilidade e preconceito entre os Antropólogos, em estudar o "amor maldito" dos tibira, cudinho e kyrypy-meno, nomes como eram chamados os homossexuais entre os Tupinambá, Guaicuru e Nambiquara, respectivamente. 65 Desinformação e preconceito que não poucas vezes tem levado a graves discriminações por parte dos estudiosos, missionários e indianistas, que interpretam o homoerotismo indígena ou dos mestiços, como malsã influência dos brancos ou seqüela indesejada do contacto interétnico. A documentação abundante dos etnohistoriadores parece dar razão ao insight de Goeth, quando disse ser "a homossexualidade tão antiga quanto a própria humanidade". 66

A existência nos Estados Unidos, desde 1975, da associação Gay American Indians, tendo como uma das mais dinâmicas exponentes a lésbica Barbara Cameron, da nação Lakota (Sioux), e a presença de antropólogos indígenas, gays assumidos, como Maurice Kenny, nação Mohawk, autor de *An Historical Study in Indian Homosexuality*,67 são prenúncios significativos de uma nova era onde os próprios atores, os índios e índias homossexuais, passam a defender com novas armas, o direito a exercerem uma sexualidade diversa e que em muitas culturas tribais era aceita, valorizada quando não divinizada.

Mitológicas ou não, mulheres guerreiras surgem em diversas sociedades do Velho e Novo Mundo, como se fossem um grito de protesto e miragem de uma reversão da ordem sócio-sexual contrária ao sistema patriarcal dominante, onde a flecha, a borduna e as flautas cerimoniais são ao mesmo tempo símbolo, suporte e garantia do patriarcado falocrático. Todas as citadas "Grandes Senhoras", no entanto, são criações do mundo masculino: as vestais peruanas eram privadas de sua autonomia existencial, conservando intacta a virgindade himenal para o super-es-posito Inti, muito embora provavelmente praticassem o tribadismo intramuros, tal qual foi farta-mente documentado para as virgens dos mosteiros católicos desde a Idade Média até nossos dias.⁶⁹ As Amazonas descritas pelos cronistas Luso-espanhóis situar-se-iam no número 2 da famosa "Escala de Kinsey", a saber, "homossexualidade dominante com heterossexualidade ocasional",⁷⁰ pois conjecturamos que durante o ano inteiro, quando não havia "procriadores" em suas aldeias, na qualidade de comunidade monossexual fortemente marcada pela heterofobia, com muita probabilidade deveriam tais mulheres guerreiras extravasar sua libido umas com as outras, tal qual ocorre hodiernamente entre as mulheres militares. ⁷¹ Por último, as machudas de diversas tribos ameríndias podem ser perfeitamente associadas às contemporâneas radical lesbians,¹² pois como invertidas, adotavam completamente o papel do gênero masculino, dos homens faltando-lhes tão somente o sexo fisiológico.

Embora tenhamos a obrigação de reconhecer o direito de cada um desses modelos de vivência do papel de gênero de se perpetuarem - posto que, mesmo sendo alguns deles frutos da imposição ideológica machista, certamente foram adotados com satisfação por parte de algumas "filhas de Eva" - não resta dúvida que esses três estilos de vida supra sumarizados podem ser identificados como resultantes de um mesmo complexo de valores que considera os sexos não como complementares, mas incorrigivelmente antagônicos e necessariamente hierarquizador de opressores e oprimidos. Os três modelos são fruto de um mesmo sistema patriarcal e falocrático onde o macho mantém o poder através do monopólio da violência: as vestais peruanas eram privadas do direito ao prazer, fazendo-se sacerdotisa e vítimas do culto himenolátrico; as Amazonas isolavam-se em comunidades monossexuais, adotando as armas e maneiras do sexo forte, copiando dos homens o modelo de organização social onde as rainhas comiam em baixelas de ouro e as plebéias em tigelas de madeira; as machudas tupinambá idênticamente, repetiam a tradicional dicotomia marido-mulher, tendo esposas que as serviam e lhes faziam de comer, mantendo a mesma divisão sexual de trabalho onde a esposa compete a dupla Jornada de coletora e escrava doméstica.

Assim sendo, estes três paradigmas de sexualidade feminina podem ser interpretados como fruto e espelho do cruel modelo patriarcal, que carrega em seu bojo a maior parte dos valores negativos de opressão e violência que a moderna "revolução sexual" e os códigos internacionais de direitos humanos questionam e propõem substituir por novos valores onde a sexualidade seja acima de tudo fonte de vida e prazer, não mais campo de batalha entre o sexo forte e o sexo frágil.

Notas

1. Pesquisar sobre as Amazonas do Velho Mundo na Bahia & certamente mais problemático do que encontrar na Grecia livros sobre os Orixas, daf, lastimavelmente, nos dispormos de bibliografia mais sofisticada e atual sobre esse lema. Ba-seamo-nos sobretudo nas seguintes fontes:
The Oxford English Dictionary, Oxford, Clarendon Press, 1933
Grand Dictionnaire Universel, P. Larrousse, Paris, s/d
Grande Enciclop&iia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Editora Endclop&edia, s/d
Diccionario del Mundo Clasico, Barcelona, Ed. Labor, 1954
Diccionario Enciclopedico UTHEA, Mexico, 1956
Enciclopedia Catolica, Firenze, Ed. Sansoni, 1948.
2. Bergmann, F. G.
Les Amazones dans l'histoire et dans la fable. Colmar, 1853.
Lacour, P.
Les Amazones. Paris, 1901.
3. Kleissmann, M.
Les Amazones dans l'Artet la Litterature Auiques. Paris, 1875.
4. Mott, Luiz
0 Lesbianismo no Brasil. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1987.
5. Meagler, Maude
The Green Scamander. Boston, H. Mifflin Ed. 1933.
6. Aelio :
Varia Historia, L. VII, 8, apud Frias, A. N. Homosexualismo creador. Madrid, Javier Morata Editor, 1933:42.
7. Bergmann, op.cit.
8. Daremberg, C.
Dictionnaire des Antiquilias Grecques et Romaines. Paris, Hachette, 1877.
9. Kleissmann, op. ciu
10. Vieira, Padre Antonio, S. I
Sermao n° 9, p. 372, apud Moraes, Antonio, Diccionario da Lingua Portuguesa, Lisboa, 1' Edicao 1789.
Il.SLAdolphe, Milliet
Diccionario GeoGráfico, Histories e Descritivo do Brasil. Paris, Aillaud, 1845.
12. Kehoe, Monica
Historical, Literary and Erotic Aspects of Lesbianis. New York, Haworth, 1986.
Wysor, Bettie
The Lesbian Myth. New York, Random House, 1974. . . .
13. Herkovitz, M.
Dahomey: An Ancient West African Kingdom. Evanston, North-Western Univ. Press, 1967:90,-,•
14. Descobrimientos do Rio das Amazonas.
Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1941.
15. Idem, p. 68.
16. Histoire Generate des Voyages. Paris, Didol Libraire, 1758, Livro 49, p. 257.
17. Sousa, Gabriel Soares
Tratado Descritivo do Brasil em 1587. S. Paulo, Cia Editora Nacional, 1971:337 .
18. Santa Maria, Frei Agostinho.

- Santuario Mariano. (1722) Bahia, Imprensa Ofidal, 1949:162.
19. Descobrimentos do Rio das Amazonas, op. cit p. 266.
20. "Viagem de M. de la Condamine" (1743), in *Histoire Generale des Voyages*, op.cit. Uvio 53, p. 107.
21. Spix & Martius
Viagem pelo Brasil. São Paulo, Editora Melhoramentos, s/d: 102.
22. Descobrimentos do Rio das Amazonas, op. cit p. 66.
23. Idem, op. cit. p. 267-268.
24. Idem, op. cit p. 61.
25. Metraux, Alfred
Les Incas. Paris, Editions du Seuil, 1961.
- Tello, J. C.
"Wira-Kocha", *Revisla Inca*, Lima, 1923.
- Jijon y Caamat, J.
Religion del Império de los Incas. Quito, 1919.
- Latcharn, R. E.
Crendas religiosas de los antiguos peruanos. Santiago, 1929,
26. Descobrimentos do Rio das Amazonas, op. cit p. 66-67.
27. Steward, Julian & Faron, L. C.
Native Peoples of South America. New York, McGraw-Hill Book Co. 1959.
28. Ford, Clellan S. & Beach, F. A. .
Patterns of sexual behavior. London, Eyre & Spottiswoode, 1952.
- Bullough, Vern L,
Sexual Variance in Society and History. Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1976.
29. Whitan, Frederick & Mathy, R. M.
Male homosexuality in four societies. New York, Praeger, 1986.
30. Dynes, Wayne R.
Homosexuality: A research guide. New York, Garland Publ. 1987.
30. Dynes, Wayne R.
Homolexis: A historical and Cultural Lexicon of Homosexuality. New York, Gai Saber Monograph n° 4, 1985.
31. Requena, Antonio
"Noticias y consideraciones sobre las anomalías sexuales as los aborígenes americanos: sodomia", *Acta Venezolana*, 1945, n° 1. vol. 1, p. 1-32.
- Murray, Stephen O.
Male Homosexuality in Central and South America. New York, Gai Saber Monograph n° 5, 1987.
32. Depois de termos manuscrito este ensaio (Junho/1986), ao datilografá-lo, tivemos notícia de dois trabalhos relativos a mesma temática:
Williams, Walter L.
The Spirit and the Flesh: Sexual Diversity in American Indian Culture.
Boston, Beacon Press, 1986.
Pastie, Genevi ve
"Les Amazones entre histoire et mythe", *Colloque International "Homosexualité et Lesbianisme: Mythes, Mémoires et Historiographies"*, Sorbonne (Paris), Dezembro/1989.
33. Levi-Stiauss, Claude

Tristes Trdpicos. S. Paulo, Anhembi, 1967:332-333.

34. "Os Guaicurus", Revista do Institute HisUSrico e Geografico Brasileiro, Tomo 13,1850, p. 350-359.

Rodrigues do Prado, Francisco

"Historia dos Indios Cavaleiros ou Nasio Guaicuru no ano de 1795", Revista do Institute Histdrico e Geografico

Brasileiro, 1839, n° 1, p. 32-33.

35. Gandavo, Pero Magalhaes

História da ProvfnCIA de Sanla Cruze Tratado da Terra do Brasil. São Paulo, Edilora Obelisco, 1964:56,

36. Idem, ibidem, p. 91.

37. Galton, Francis

Vacation tourists and notes of travel in I860, apud The Oxford English Dictionary.

38. Femandes, Florestan

Organizaf So Social dos Tupinarobi. São Paulo, Companhia Edilora National, São Paulo, 1963:160.

39. Pero Correia

Novas Cartas, p. 97, apud Femandes, op. tit. p. 160.

40. E digna de nota a diversidade na vivencia homossexual dos dois sexos na cultura Tupinamba', alias, fendmeno também ob-

servivel em muitas sociedades contemporaneas, onde os homossexuais masculinos revelam muito maior instabili-dade e fluidez dos lacos eróticos ("promiscuidade") do que as tribades, que optam preferencialmente por unifies esli-veis e monogimicas. Cf. Kinsey, Alfred et alii. Sexual Behavior in the Human Male. Philadelphia, W. B. Saunders Co,1948.

41. Motl, Luiz

"Pagode Portugues: A Subculture Gay em Portugal nos tempos inquisitoriais", Ctencia e Cultuia, n° 40, vol.2, feve-reiro 1988, p. 120-139.

42. Agradeço ao Prof. Arion Daligna Rodrigues a amdvel indicacao desta referenda. Vocabulirio da Lingua Brasflica (1621),

2'Edicao Boletim da FFCLUSP, n° 164, 1953.

43. Sousa, Gabriel Soares, op. cit. p. 308.

44. Dynes, W. R. op. cit, 1985:19.

45. Thevet, A.

Cbsmographie Universelle. Paris, 1575, tome 2, P 933, apud Claude Courouve, Vocabulaire de lliomosexualit* masculine. Paris, Payot, 1985.

46. Pareja, Francisco

Confessional (1595-1616), apud Hatz, Jonathan. Gay American History, New York, Avon Books, 1976:432.

47. Primeira visitacao do Santo Offcio as Paries do Brasil, Confissoes da Bahia, (1591-1592), Rio de Janeiro, F. Briguier Edito-

res, 1935:95. Bellini, Ligia A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. Editora Biasiliense, 1989.

48. Idem, ibidem, p. 160.

49. Primeira visitacao do Santo Offcio is Paries do Brasil, Denunciades e Confissoes de Pemambuco, 1593-1595, Recife, Fun-darte, 1984:37.

50. Idem, ibidem, p. 49.

51. Mott, Luiz

"Da Fogueira ao Fogo do Inferno: A descriminalização do lesbianismo em Portugal, 1646",
Comunicação apresentada na International Conference on Lesbian and Gay History, Toronto, Canada,
1985. Vainfas, Ronaldo.

O Tropico dos Pecados, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989, 52.

52. Biocca, Ettore

- Yanoama: Dal racconlo di una donna rapita degli indi. Ban, Leonardo da Vinci, 1965:138.
- Gregor, Thomas
- Mehinaku: The drama of daily life in a Brazilian Indian village. Chicago, The Chicago University Press, 1977.
- Goldman, Irving
- The Cubeo Indians of Northwest Amazon. Urbana, Illinois Studies in Anthropology, n°2,1963:181.
- Reichel-Dolmatoff, Gerardo
- Amazon Cosmos: The sexual and religious symbolism of the Tukano Indians. Chicago, The University of Chicago Press, 1971:19.
- 53.Schaeffer, Claude.
- "The Kutenai female berdache: Courier, Guide, Prophetess and Warrior", Ethnohistory, vol. 12, n° 3,1965:193-236. Devereux, George
- "Mohave Ethnopsychiaty and Suicide", Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology Bulletin, 175, 1961, "Institutionalized Homosexuality of the Mohave Indians", Human Biology, vol. 9,1937:498-527.
54. Lowie, Robert
- "The Assiniboine", Anthropological Papers of the American Museum of Natural History, Part 1,1909:223.
55. Spier, Leslie
- "Klamath Ethnography", University of California Publications in American Archeology and Ethnology, vol. 27, 1930:51-53.
56. Forde, Daryll
- "Ethnography of the Yuma Indians", University of California Publications in American Archeology and Ethnology, v. 28,1931:157.
57. Gifford, E. W.
- "The Cocopa", University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, vol. 31,1933:294.
58. Honigmann, John
- "The Kaska indians: An Ethnographic Reconstruction", Yale University Publications in Anthropology, n° 51, 1964.129-130.
59. Williams, W. L. op. cit p. 251.
60. Idem, ibidem, p. 247.
61. Descobrimentos do Rio das Amazonas, op. cit p. 68.
62. Levi-Strauss, Claude
- "A Familia", in Shapiro, H. Homesn, Cultura e Sodedade, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1956:322.
63. Ribeiro, Darcy
- Utopia Selvagem. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982:47. (Agradeco ao Prof. Rui Sim8es, a indicac,ao desta referenda).
64. Whilam, F. op. ciL A "naturalidade" da homossexualidade - rotulada desde a Idade m8dia pela Igreja Catilica de "pecado contra a natura" - i fartamente comprovada pela Zoologia. cf. Weinrich, James. "Is homosexuality biologically normal?", in William Paul (ed.), Homosexuality: Social, Psychological and Biological Issues, Beverly Hills, Sage, 1982:197:208; Gide, AndM. Corydon. Rio de Janeiro, Civilizac,ao Brasileira, 1957.
65. Molt, Luiz
- "Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial", in Escravidao, Homossexualidado e

- Demonologia, São Paulo, Editora fcone, 1988:22-23.
- Frias, op. dL p. 266.
67. Kenny, Maurice.
 "Tinselled Bucks; An historical Study in Indian Homosexuality", Gay Sunshine, N° 236-237, Winter 1975-1976, p. 15-17.
68. Murray, Stephen O. op. cit
69. Grown, Judit
 Atos Impuros. A Vida de uma frein lesbica na Italia renascentisu. SSo Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
70. Kinsey, A. op. cit.
71. Berube, Alan & John d'Emiio
 "The Military and Lesbians during the McCarthy Years", Sions.n0 9,1984:759-775. .
72. Daly, Mary .
 Gyn/Ecology: The Melaelhics of Radical Feminism. Boston, Beacon Press, 1978.:
 BibEiografia sobre as Amazonas não citada no texto:
 Guido, Angeio
 O Reino das Mulheres sem Lsi. Porto Alegre, Editora do Globo, 1937.
 Sampaio, Fernando G.
 As Amazonas: A Tribo das Mulheres Guerreiras. A Derrota do Matiiarcado pelos Filhos do Sol. São Paulo, Editora
 Aquarius, 1976.

MIGRAÇÕES NO BRASIL COLONIAL: uma proposta de classificação

*Maria Luiza Marcílio **

Introdução

Para a ciência demográfica o terceiro fator (depois da fecundidade e da mortalidade) que afeta a mudança de uma população em determinada época e a migração. No Brasil tradicional, até o final do século XIX, ele foi certamente o primeiro fator demográfico de mudanças e de aumento de sua população. Este fenômeno é o de mais difícil análise e quantificação sistemática, em qualquer época e em quase todas as regiões da terra.

As dificuldades começam mesmo pela própria definição do migrante e da migração. Não existe uma definição universalmente aceita de migração. As Nações Unidas em seu Multilingual Demographic Dictionary definiu-a como uma forma de mobilidade espacial, entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo uma mudança permanente de residência. Migração interna neste caso seria a mobilidade residencial de uma unidade para outra, dentro de um mesmo País. Tal definição exclui, não apenas os andarilhos e populações nômades, mas também as migrações sazonais e os movimentos de ida e vinda de pessoas com mais de uma residência, visitantes e outros, pois estes não mudam de suas residências usuais.

Na prática, e muito difícil distinguir certos casos limites, se são ou não movimentos migratórios. O próprio migrante nem sempre está seguro de suas intenções. Mesmo quando muda de residência, ele pode estar acalentando o desejo de retornar ao local de origem.

Adotaremos aqui o critério de considerar migração os casos em que ocorrem mudanças permanentes de residência usual entre duas unidades geográficas especificamente definidas, mas classificaremos também os casos de migrações temporárias e sazonais.

Para fins demográficos, dois grandes tipos de migração são identificados: a internacional e a interna (dentro dos limites de um país). Nem mesmo esta distinção, como se infere, está inteiramente determinada, pois há divergências quando se considera, por exemplo, territórios dependentes ou colônias. Os deslocamentos de população de uma colônia para outra, ou da Metrópole para uma colônia podem ser considerados como migração interna? Ou como internacional? Consideraremos aqui toda migração vinda de fora do Brasil como migração internacional.

Ao lado da definição, outra dificuldade surge quando se busca estudar os fenômenos migratórios. Trata-se da disponibilidade de dados de base para sua fundamentação.

Comumente, os dados disponíveis para o estudo das migrações internacionais são as estatísticas de passageiros, de passaportes; são os recenseamentos com informações sobre o local de

* Professor a Titular da Universidade de S. Paulo

Diretora do CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina)-USP
LPH / Revista de Historia, 1:36-45,1990

nascimento e as estatísticas de registros de população. Para as migrações internas, os dados mais utilizados são os recenseamentos e as estatísticas vitais de nascimento, casamento e óbito.

Para o Brasil colonial não são conhecidas listas de passageiros, de passaportes ou de licenças do Conselho Ultramarino Português para a vinda de indivíduos ou de grupos para o Brasil. Podemos, pois estudar essas migrações internacionais através de recenseamentos, que só foram realizados após os anos de 1760 ou através de livros de registros de batismos, casamentos ou óbitos das antigas paróquias. No entanto, estas séries não estão bem conservadas, são cheias de lacunas e cobrem melhor os anos finais da época colonial.

Uma última dificuldade que se apresenta para o estudo das migrações antigas diz respeito às técnicas para medir ou estimar esses movimentos. As mais utilizadas são as diretas e as indiretas. Os métodos diretos são os que partem de dados que indicam os movimentos dos migrantes; os indiretos envolvem estimativas inferidas da diferença entre as mudanças observadas na população, entre duas datas, com a mudança devida ao crescimento natural da população. Ambas apresentam grandes dificuldades de emprego para o período colonial, devido à falta de dados apropriados.

Neste trabalho, queremos propor a discussão uma tipologia ou classificação geral das diferentes correntes migratórias internacionais que convergiram para o Brasil e dos diferentes movimentos migratórios internos. Trata-se, no entanto, de um trabalho preliminar.

Esperamos que este estudo, de caráter mais metodológico que prático, possa ser útil aos interessados na pesquisa dos movimentos migratórios do passado colonial brasileiro.

Com a descoberta pelos Portugueses, em 1500, do território hoje denominado Brasil, começou um processo sistemático e contínuo de invasão pro europeus, seguido do movimento de transferência em massa de populações do continente africano para serem escravizadas.

A população indígena inicial - estimada, conforme os autores, entre 1,5 milhão e 5 milhões de habitantes - foi sendo sistematicamente exterminada e gradativamente foi perdendo suas terras. Os índios que vão sobrevivendo ao genocídio ao longo dos três séculos têm praticamente duas opções: ou refugiarem-se cada vez mais para o interior das terras, tentando guardar sua identidade e autonomia, ou submeterem-se aos invasores, e mesmo mesclando-se a eles, transformando-se neste caso em segmentos inferiores, subalternos e mesmo escravos.

Nestas condições o estoque inicial indígena vai diminuindo de forma sistemática e acelerada.

São assim, as migrações internacionais constantes que permitiram o aumento da população brasileira, que chega a ter aproximadamente 4 milhões de habitantes no ano de sua independência (1822). Por sua vez, os deslocamentos internos da população possibilitaram a ocupação e posse do vasto território que hoje constitui a nação brasileira.

Tentaremos aqui distinguir os vários tipos de deslocamentos de populações para o Brasil, para em seguida classificarmos os movimentos espaciais dentro do território brasileiro nos três primeiros séculos de colonização.

As migrações internacionais podem ser distinguidas, quanto ao número e continuidade dos fluxos, em migrações internacionais de massa ou de indivíduos e famílias. Podem ao mesmo

tempo ser vistas como migrações temporárias ou permanentes. Por fim, podem ser classificadas em migrações voluntárias, dirigidas e forçadas. Começaremos nossa proposta de classificação pelas migrações internacionais no Brasil colonial.

1. Classificação das Migrações Internacionais: 1500-1822

1.1. Migrações de massa forçadas e permanentes

São as mais simples de serem classificadas. Por outro lado, foram as que mereceram sempre o maior número de estudos, por parte de autores diversos, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. 1

Trata-se da transferência maciça de africanos para o Brasil, para servirem de mão-de-obra escravos, principalmente dirigidos para os trabalhos da grande lavoura de exportação e para as minas de ouro (século XVIII).

Foram migrações seletivas quanto ao sexo, a idade e as etnias, vindo preferencialmente mais homens que mulheres, mais adultos (10-35 anos) que velhos e crianças e principalmente da costa da Mina, Guiné, Angola e por último de Moçambique.

Os dados de base usualmente utilizados para seu estudo tem sido encontrados nos grandes centros europeus que, em diferentes épocas, monopolizaram ou assenhoraram-se do tráfico negreiro para o Brasil. Estes acervos documentais estão particularmente em arquivos portugueses, holandeses, franceses, espanhóis e ingleses e são, em sua maioria, constituídos pelos movimentos de entrada de barcos negreiros nos portos do Brasil. Há também séries de relatórios apresentados aos serviços de colonização da Europa, úteis para o estudo do tráfico negreiro ao Brasil.

As cifras sobre o montante desse movimento variam muito, de autor para autor, de acordo, sobretudo com o tipo de fonte que utilizaram.

É importante lembrar que, durante a época colonial, foi praticamente impossível o retorno de africanos para seus locais de origem, mesmo naqueles casos de negros alforriados.

1.2. Migrações de massa, voluntárias e permanentes com fins de conquista, invasão e colonização

Neste caso inclui-se primeiramente a vinda dos Portugueses da Metrópole.

Nunca foi tentado, de forma sistemática e quantitativa, um estudo abrangente que nos permita avaliar o volume total, ou por séculos e mesmo por regiões, de Portugueses que entraram no Brasil colonial. 2

De resto, até onde sabemos o Conselho Ultramarino Português nunca se preocupou em elaborar listas contínuas de passageiros que vinham para sua principal colônia, o que complica ainda mais qualquer intenção em se estimar o volume dessa imigração na época colonial.

Consideramos também, nesta classificação, os grupos de holandeses que se deslocaram para o Brasil, invadiram áreas de seu território e nele permaneceram, montando engenhos de açúcar, cidades, fazendas de criação e de produção de alimentos, etc. Eles estiveram no recôncavo

baiano apenas um ano (1624-25), mas conseguiram permanecer na capitania de Pernambuco entre 1630-54, quando foram expulsos.

Os franceses também estão aqui classificados. Eles invadiram a ilha de Fernando de Noronha e o Maranhão, ai permanecendo por largo período (1600-1621), antes de serem expulsos. E no século anterior já havia invadido a baía do Rio de Janeiro, ai criando a Franca Antártica com Villegaignon à frente, permanecendo quase doze anos na área (1555-1567).

Tanto no caso da invasão e das migrações holandesas, quanta no da francesa houve intenção expressa dos indivíduos que para cá se transferiram, de permanecer no território conquistado a fim de colonizá-lo em seu proveito e no de suas respectivas Metrôpoles.

Devemos considerar ainda a vinda de indivíduos e de grupos de famílias da Espanha para o Brasil, quer diretamente pelo mar ou indiretamente, através das colônias vizinhas. Este movimento foi mais intenso durante o domínio espanhol sobre Portugal (1580-1640), quando da unificação das duas Coroas, e ainda na segunda metade do século XVIII, em áreas como o Oeste da Capitania de São Paulo, o Sul (nas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e também no extremo Norte, através da Bacia do Amazonas.

1.3. Migrações internacionais dirigidas e permanentes

Pensamos aqui nas emigrações de casais e indivíduos da Ilha da Madeira e dos Açores realizados durante o período de D. João V, no século XVIII, dirigidas para áreas estratégicas de defesa contra o perigo da ocupação espanhola ou de outros países europeus.

Grupos de Ilhéus foram enviados para o Rio Grande do Sul (Oeste dessa região) e outros para a Ilha de Santa Catarina, disputada pela Coroa da Espanha 3, para o Rio de Janeiro e para o Norte, especialmente para o Pará e Maranhão. Não é fácil estabelecer com precisão o número dos ilhéus que foram dirigidos para essas regiões, entre o período de 1748 e 1752. Os totais que aparecem sempre são de: 1.057 casais, dirigidos dos Açores e Madeira para a Ilha de Santa Catarina, totalizando, com os filhos, 5.960 pessoas; cerca de 4.000 casais assentados no Rio Grande do Sul, e uns 400 a 500 dos Açores para o Para e Maranhão, além de 21 famílias levadas para o Rio de Janeiro.

Esta emigração dirigida foi constituída basicamente por pequenos lavradores pobres que, ao se transferirem para o Brasil, aqui recebiam um pequeno lote de terras, ferramentas e sementes iniciais para se estabelecerem, além de algum dinheiro correspondente ao numero de filhos.

O povoamento que organizaram foi distinto de todos os demais, porque fundado na propriedade familiar e no trabalho livre, na vida em aldeia e na produção de alimentos, além de gozarem de uma relativa autonomia local para assuntos de religião, justiça e autogoverno.

De todos os movimentos de população portuguesa em direção ao Brasil, nos três primeiros séculos de sua história, a emigração de açorianos e de madeirenses é a menos difícil de ser estudada, devido à existência de listas de passageiros e suas famílias, inscritos para virem ao Brasil, controladas eventualmente pelos registros de paróquias ainda conservados, nas áreas para onde foram levados.

Pode-se ainda considerar dentro deste item de classificação das migrações internacionais, e particularmente para o século XVI e início do XVII a vinda de mulheres solteiras, tiradas, sobretudo de orfanatos de Portugal, com a finalidade expressa de servirem de esposas para os primeiros colonos brancos.

1.4. Migrações internacionais dirigidas, temporárias e individuais

Consideramos aqui os deslocamentos para o Brasil de diferentes tipos de agentes coloniais, designados para cargos de administração, ligados ao comércio e a navegação atlânticos e mesmo para missões religiosas (desde Governadores e Capitães Gerais do Brasil e de Capitânicas, Vice-Reis, Ouvidores-Mores, grandes comerciantes e navegadores até missionários). Vinham todos eles para missões de caráter temporário e quase todos sem família.

Podem ser considerados igualmente militares e marinheiros que foram enviados com o objetivo de: expulsar invasores (franceses, holandeses, etc.); exterminar índios bravos e combater revoltas de escravos e para outras finalidades típicas. A quase totalidade deles retornou a seu país de origem, uma vez realizada a ação para a qual foram incumbidos.

2. Classificação das Migrações Internas no Brasil Colonial

Incluem-se aqui os deslocamentos de população dentro do território brasileiro. Elas são as mais difíceis de serem estudadas e só podem ser quantificadas para determinadas fases e para algumas regiões e de forma indireta.

É preciso, antes de tudo, mostrar nossos critérios de classificação e de definição do migrante. Para nossas análises, consideraremos como migrante o indivíduo ou grupos de indivíduos que se mudaram de seu domicílio usual para outro, tomando-se como unidade geográfica menor, a área político-administrativa religiosa de um distrito, ou bairro (rural ou Urbano) ou de uma paróquia. As unidades geográficas sucessivamente maiores serão o município e as Capitânicas. Mesmo dentro desses critérios fica difícil considerar os casos de indivíduos ou grupos domésticos que possuíam dois domicílios habituais; a casa do campo (da fazenda, do sítio ou do engenho) e a casa da cidade (da vila ou da cidade).

Teremos, então, migrações locais (dentro do mesmo município), intra-regionais (entre municípios ou intra-Capitânicas) e inter-regionais (de uma Capitania para outra). São, pois, migrações a curta, média e longa distância.

As mobilidades espaciais internas serão consideradas ainda, segundo os critérios seguintes: voluntárias, dirigidas e forçadas; de massa ou de indivíduos/famílias; e finalmente se foram permanentes ou temporárias.

É preciso ainda não se esquecer que as subdivisões adotadas apresentam, constantemente, desafios e dificuldades ao pesquisador. Sendo o vasto território da colônia uma área em processo de ocupação, os limites das unidades escolhidas, quer no plano local (distritos, bairros, paróquias), quer no plano regional (municípios, capitânicas, dioceses) nem sempre foram precisos. Mais do que esta dificuldade está o fato de estarem esses limites passíveis de

transformações ao longo do período, através dos sucessivos desmembramentos de seus territórios para a criação de unidades novas (distritos, paróquias, municípios e até de capitânicas).

Vejamos, então, os tipos de mobilidade espacial de nossa população, na época colonial, que pudemos detectar.

2.1. Mobilidade espacial de massa ou de indivíduos, forçada e permanente

Incluimos aqui, primeiramente, os movimentos internos de massa, dirigidos pelos agentes coloniais, de transferência forçada de dois grupos de pessoas: os índios e os escravos africanos.

Os índios foram deslocados em massa, através, sobretudo dos seguintes movimentos organizados: as entradas, expedições oficiais de busca do selvagem no interior para sua escravização nas lavouras e as bandeiras, expedições organizadas por particulares com o mesmo fim, ambos mais intensos no século XVI e XVII. Estão neste caso, ainda, as expedições de resgates de índios, particularmente intensas nos rios do Norte do Brasil nos três séculos, e as guerras justas contra o índio rebelde, todas para trazer nativos para servirem de mão-de-obra aos colonos do litoral.

Incluimos ainda o fenômeno do aldeamento de índios, liderado pelos jesuítas, com o fim de concentrá-los em áreas determinadas para tal fim e com o intuito de sua evangelização e civilização.

Todos estes casos são de transferência forçada de massas de população.

Quanto aos africanos, são eles transferidos dos grandes portos e mercado de escravos (notadamente Rio de Janeiro, Salvador da Bahia, Recife e Belém do Pará) para áreas de grande lavoura de exportação, ou mais tarde para as minas de ouro (de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás) ou distribuídos pelas famílias poderosas das grandes cidades-portuárias ou em menor escala para áreas da pecuária e da agricultura de alimentos. Servirão, em todos os casos, de mão-de-obra escrava em todos os setores de atividade econômica, da agricultura, aos serviços domésticos, de transporte e outros.

2.2. Mobilidade espacial de indivíduos/famílias, voluntária e permanente a longa distância (inter regional)

Trata-se principalmente da população branca e livre, tanto da categoria dos dominantes como dos subalternos. Incluem-se primeiramente, os movimentos maciços de pessoas de uma região para outra, a fim de ocuparem áreas novamente desbravadas.

Estão nesse tipo as migrações internas para regiões recém-desbravadas ou ocupadas pelos colonizadores, onde a presença de índios hostis impedia o avanço do povoamento (pacificados ou exterminados com as chamadas guerras justas ou guerras de conquista).

Nestas condições foram povoadas terras do litoral ou do sertão do Nordeste, o interior da Capitania de São Paulo, para Oeste e para o Sul (dando origem às novas Capitânicas do Rio

Grande do Sul e Santa Catarina), sem falar nas áreas auríferas, descobertas no início do século XVIII (formando as novas Capitânicas de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás).

2.3. Migrações internas intra-regionais, voluntárias e permanentes

Neste tipo estão às migrações de media distância, intra-municipais. Elas se produziram em todo o período colonial, por razões diversas, mas foram mais intensas no século XVIII, o século da grande expansão da população brasileira.

Vejam algumas das razões que estimularam as pessoas a deixarem seu município e se transferirem para outros, geralmente dentro da mesma Capitania:

- a contínua interiorização do povoamento, através do desbravamento de terras novas e o desmembramento de territórios de um mesmo município, para a criação de novos;
- o sistema primitivo da agricultura e da pecuária extensiva, necessitando de deslocamentos constantes da população, em busca de terras novas, não cansadas;
- o sistema de posse e propriedade da terra, aliado ao sistema de casamento e de heranças entre as famílias proprietárias. A tendência a concentração de terras ligada ao sistema de sesmarias foi sendo reforçado ainda por meio de outros mecanismos. Nestes estão incluídos o casamento, ora consanguíneo, ora com forte homogeneidade social. Tudo, enfim, atrelado aos mecanismos de transmissão do patrimônio fundiário e móvel, devolvendo a propriedade principal a um dos filhos e estimulando a saída dos demais para ocupar terrenos recém-incorporados, ou em terras virgens a serem desbravadas;
- a política iluminista e fisiocrática que caracteriza o sistema colonial português da segunda metade do século XVIII, provocando o aumento da população, a criação de Capitânicas e de municípios novos e ao renascimento agrícola para a exportação;
- o incessante esgotamento das lavras auríferas nas regiões mineiras e a conseqüente busca de áreas novas de mineração, ou o refluxo da população mineira para outros municípios ou para áreas novas de agricultura ou pecuária (como o sul de Minas Gerais, o pantanal matogrossense, o Oeste Paulista, a baixada Fluminense e outras);
- os movimentos de fugas de escravos para a formação de quilombos, geralmente situados não muito longe das regiões onde eles se encontravam anteriormente.

2.4. Migrações internas a curta distancia, voluntarias e permanentes (intra-municipais)

Nesta modalidade encontra-se o tipo mais freqüente de deslocamentos espaciais da população. Esses deslocamentos caracterizam notadamente as áreas de agricultura de subsistência, de criação de gado e os centros urbanos e mineradores (nas culturas de exportação, acreditamos que, embora presente, este tipo de migração foi menor).

É fácil entender que o modo de produção primitivo das áreas dedicadas ao cultivo de alimentos (mandioca, milho e também feijão, arroz, legumes) incluía uma freqüente mobilidade territorial de sua população.

O sistema de cultivo empregado era o da coivara (derrubada da mata e queimada) para o estabelecimento da roça de alimentos. Nestas condições, cada família vivia em seu lote, dentro

da floresta, que era cultivado sistematicamente até sua exaustão (que poderia ocorrer depois de 5 até 20 anos de cultivo no mesmo lugar, dependendo da qualidade do solo). Era preciso, então, buscar outro local para a abertura de nova roça. Essa agricultura primitiva, também conhecida como agricultura itinerante, impunha migrações sucessivas de uma mesma família, ao longo de sua existência. No entanto, essas mudanças efetuavam-se, em geral num circuito relativamente pequeno (a curta distância), e em geral dentro dos limites de um mesmo município ou pouco ultrapassando seus limites. E por estas razões que o pequeno camponês colonial não podia se permitir ao luxo de possuir patrimônios (fundiários ou não), sendo seus pertences reduzidos ao mínimo necessário a sua subsistência (facão, enxada, e em certos casos - machado, arma de fogo, alguma pólvora, e poucos utensílios domésticos). Sua moradia resumia-se em uma tosca casinha de pau-a-pique e sapé e suas vestimentas reduzidas a poucas peças. Com este mínimo patrimônio não ficava difícil seu deslocamento, quando sua roça já não lhe permitia extrair o sustento de seu grupo doméstico. A terra que ia cultivando não era de sua propriedade. O camponês simplesmente ia tomando posse de terras devolutas ou de propriedade de outros, mas não ocupadas. Toda uma cultura popular e típica produziu-se nesse tipo de povoamento e produção.

Nos deslocamentos a pequena distância estavam incluídos também a migração de indivíduos dos extratos dominantes, das áreas de cultivo para exportação. Mais uma vez aqui, igualmente, o sistema de casamento intra grupo social dominante e na mesma família e o sistema de herança da terra, podia estimular a mudança de domicílio de muitos dos filhos dos grandes agricultores.

A mineração no Brasil, tendo sido apenas de ouro de aluvião esgotou-se rapidamente, provocando deslocamentos também a curta distância, quando novos veios de ouro iam sendo descobertos no território de um mesmo município ou de vizinhos.

2.5. Migrações internas temporárias

Classificamos aqui inúmeros tipos de deslocamentos temporários. Lembramos apenas que a noção de tempo aqui empregada é flexível e variada (podendo ser de alguns dias, meses e até anos, sazonal ou não).

Vejamos, concretamente, quais as formas dessas mudanças na época:

- nas áreas de criação de gado (Sul da Capitania paulista, e sertão do Nordeste principalmente) eram efetuados deslocamentos anuais de tropeiros, vaqueiros e peões para levar o gado as grandes feiras de animais (como a de Sorocaba, século XVIII, de Santana na Bahia e outras). Não havia neste caso mudança de domicílio usual, mas ausência sazonal.
- deslocamentos temporários de tropas e companhias de soldados e de milícias para áreas de conflitos (quilombos, regiões de ocupação estrangeiras, como a dos franceses ou dos holandeses, no século XVII), áreas de guerra de extermínio ao índio bravo (como o sertão da Paraíba, século XVII, do literal e sertão de Sergipe, Rio Grande do Norte, no século XVII e tantas outras) e disputa de fronteiras a Coroa de Espanha (no Sul de Santa Catarina até a colônia do Sacramento, século XVIII na Amazônia, em áreas localizadas).

- as expedições de brancos, mestiços e índios pacificados, para a caça ao índio do interior. São as expedições das entradas, das bandeiras (já mencionadas). Incluem também expedições sazonais para atender o abastecimento em gêneros de fora e para transportar as mercadorias coloniais aos portos de embarque. Aqui entram as chamadas monções do século XVIII que partiam da cidade de São Paulo e em seguida de Porto Feliz para, por barcos, chegar às minas de ouro de Mato Grosso. Estão ainda aqui os movimentos dos tropeiros de mulas que traziam o ouro e pedras preciosas das Minas Gerais e de Goiás para o Porto do Rio de Janeiro e levavam para elas, os produtos vindos da Europa e os escravos da África. Os indivíduos envolvidos na direção desses tráficos e movimentos bem como os livres que os auxiliavam, ausentavam-se de seus domicílios habituais por períodos de tempo. Em certos casos, a migração, de temporária, transformava-se em permanente, e as pessoas então iam para não mais voltar.
- as visitas eventuais ou sistemáticas de funcionários reais e de padres e bispos, para inspecionar áreas sob sua jurisdição ou sua responsabilidade.
- o uso de se enviar os filhos jovens para casas de outros parentes, ou conhecidos a fim de aprenderem ofício, ou para estudar em escolas de cidades maiores.
- enfim, não podemos deixar de incluir neste tipo os indivíduos e as famílias que possuíam mais de uma residência fixa. Parte dos grandes fazendeiros e mesmo de proprietários de sítios permaneciam apenas parte do ano em suas propriedades rurais, o resto indo morar em sua casa da cidade. Muitos outros grandes proprietários sequer iam a suas fazendas. Este absentéismo extremo era comum, por exemplo, nas fazendas de gado do sertão de todo Nordeste, onde o vaqueiro e quem tomava conta dos animais, e tratava de levar parte deles, anualmente as grandes feiras, quando prestavam contas dos ganhos aos seus proprietários. Nas áreas de agricultura de subsistência o mais comum- eram os deslocamentos semanais. Os lavradores passavam toda semana cultivando ou cuidando de suas rocas e pequenas criações e no fim de semana iam à vila para suas necessidades religiosas, de socialização, para as festas, mas também para os negócios e a vida política local.

Estes seriam os movimentos espaciais da população brasileira que conseguimos identificar e classificar.

Trata-se de uma primeira tentativa nesse sentido, o que não exclui a possibilidade de erros ou equívocos. Portanto, para seu aperfeiçoamento seria de extrema importância receber críticas e sugestões dos interessados. Ela tem a pretensão de ser exaustivo, o que mais uma vez a expõe às críticas.

De qualquer forma, cremos que este esforço não deve ser inútil. Ele poderá servir aos que se dedicam concretamente a análise do fenômeno migratório no Brasil colonial. A tarefa não é nada simples. No entanto, ela precisa ser realizada com urgência, pois aí está a mais importante característica demográfica da população brasileira no período colonial. Pelas migrações de todos os tipos foi possível ocupar a Colônia e garantir a unidade, mesmo depois da Independência, deste vasto território que é o Brasil.

Notas

1. Lembraremos apenas alguns desses estudos. MALHEIROS, P. A escravidão no Brasil, 2 vols. R. Janeiro, Typographia Nacional, 1866; GOULART, M. A escravidão africana no Brasil, 3 ed. S. Paulo Alfa-ômega, 1975; RAMOS, A. O negro na civilização brasileira. R. Janeiro, Liv. Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971; VERGER, P. Flux et reflux de la traite des negres entre le golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos, Paris, Mouton, 1948; As companhias pombalinas de navegação, comércio & tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. Lisboa, 1969; CURTIN, P. D. The Atlantic Slave Trade. A Census. Madison, Univ. os Wisconsin Press, 1969; KLEIN, H. The Middle Passage. Princeton University Press, 1978. A obra de CURTIN é a mais abrangente no tempo e espaço, com estimativas globais de entrada de escravos africanos no Brasil.
2. Ver sobre este item e o anterior - MARCILIO, M. L. The population of colonial Brazil: In: BETHELL, L. (ed.) The Cambridge History of Latin America V. II, Cambridge Univ. Press, 1984. p. p. 37-66 e MARCILIO, M. L. Evolution Historique de la population brésilienne jusqu'en 1872. In: CICRED. La population du Brasil. Paris, 1974, p. 1-10.
3. Ver principalmente, RAU, V. et alii. Dados sobre a Emigração Madeirense para o Brasil no século XVII. In: Actas. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1963. pp. 495-505

REGISTROS PAROQUIAIS: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito

*Iraci del Nero da COSTA **

Os registros paroquiais de óbitos, casamentos e batizados, generalizados a contar do Concílio de Trento (prescrições de 11 de novembro de 1563), ocupam lugar central no desenvolvimento da demografia histórica², pois foi a partir de seu tratamento sistemático que os fundadores deste ramo da ciência social³ chegaram a formular a técnica da reconstituição das famílias, um dos instrumentos básicos para o estudo do comportamento das variáveis demográficas no período pré-censitário.

Embora no Brasil ainda não se tenha tornado possível - dada a falta de uma regra unívoca para a formação dos sobrenomes durante os períodos: colonial e monárquico⁴ - a generalização das técnicas desenvolvidas em França por Louis Henry e Michel Fleury, estas fontes documentais impõem como das mais relevantes para o estudo e caracterização de nossas populações pretéritas. Possibilitam, além do estabelecimento das linhas gerais do nosso evoluir demográfico, penetrar elementos ainda pouco conhecidos de nossa história social, econômica e administrativa; lançam luz, ademais, sobre aspectos da vivência quotidiana, hábitos, costumes e práticas das populações do passado brasileiro.

O objetivo destas notas limita-se, tão-somente, a inferir - a partir da apresentação de alguns espécimes colhidos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, uma das duas paróquias existente no período colonial em Vila Rica (MG) - o conteúdo de informações constantes desta importantíssima fonte documental, a qual ganha relevo ainda maior se lembrarmos que apresenta grau de cobertura máximo, pois, em princípio, referia-se a toda a população, sem exclusão de qualquer espécie, a não ser a devida a subregistros, eventualidade da qual não estão isentos, mesmo os recenseamentos gerais hodiernos, aplicados com recursos abundantes e técnicas das mais sofisticadas.

Passemos, pois, a consideração das fontes primárias em tela, as quais dizem respeito ao período 1719-1826 e, como avançado, correspondem ao acervo de códices da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias.

A maior ou menor riqueza de informações, contidas nas várias categorias de assentos, apresentou-se como resultante de dois elementos. Em primeiro, observam-se diferenças devidas ao arbítrio dos eclesiásticos responsáveis pela feitura dos registros; assim, cada pároco ou coadjutor revelou-se mais ou menos rico em pormenores ao descrever os eventos em apreço. Também, a depender da idiosincrasia de cada clérigo, aparece o realce deste ou daquele aspecto particular: cor, condição social, idade, causa da morte etc.

Professor da Universidade de São Paulo
Pesquisador da FEA e da IPE-USP
LPH / Revista de História, 1:46-54,1990

O segundo fator a determinar a concisão ou prolixidade dos vários registradores refere-se ao posicionamento social e/ou faixas etárias das pessoas envolvidas no sucesso assinalado. Destarte, escravos, forros e inocentes, via de regra, receberam tratamento sucinto. Por outro lado, os dignitários da Igreja ou da vida administrativa colonial, bem como as pessoas de posses - ainda que alforriadas - tiveram seus privilégios consubstanciados em assentos minuciosos; evidentemente, não se trata aqui de prejuízos - a própria condição de escravo, forro e/ou inocente tinha como corolário uma existência sem acontecimentos marcantes os quais, em última instância, davam embasamento aos assentos pormenorizados. Até meados do século XVIII havia livros de óbitos especiais para livres e escravos. A partir de então os registros foram lançados em códices comuns a cativos e livres. Em relação aos livros de casamentos e batizados aparecem, lado a lado, assentos referentes à livres e escravos. Ressalte-se que, para estes últimos, constam assentos de batismos tanto de inocentes como de adultos. Por inocentes entendiam-se as crianças - via de regra com menos de sete anos - que ainda não comungavam; adultos, consideravam-se, em geral, os negros africanos - com mais de sete anos - aqui chegados sem terem recebido o batismo em África; a este respeito mostra-se elucidativa a ordem regia de 29 de novembro de 1719:

Havendo casos em que o cabido e o bispo de Angola possam não ter batizado os negros, antes de embarcarem, como lhes é muito recomendado e prescrito, mando que o arcebispo da Bahia e os bispos de Pernambuco e do Rio de Janeiro hajam de suprir esta diligência, fazendo batizar os que aportarem nos navios, e sem demora para não morrerem em falta deste sacramento; e que párocos examinem, se os moradores de suas paróquias os têm por batizar, fazendo listas e remetendo-as aos ouvidores para castigarem os senhores na forma da Ordenação L. 5 Tit. 99.

Nos livros de batismos notam-se lacunas devidas ao extravio de uma ou outra folha. A par destas folhas faltantes - em pequeno número, aliás - encontramos duas outras fontes de perdas. Em primeiro aparece o fato de nem todos os livros apresentarem termo de encerramento, o que nos indica a existência de lacunas correspondentes ao extravio das últimas folhas dos códices em questão. Esta possibilidade confirma-se pelo espaço de tempo, relativamente amplo, que esta a separar o último assento de um livro, do primeiro registro do códice sucessivo, fato por nós observado em todos os livros passíveis desta análise.

Outra fonte de prováveis lacunas infere-se do aparecimento, repetido em todo o período analisado, de reabertura de assentos, a pedido de interessados, com base na justificativa de que o registro original não fora localizado nos livros paroquiais. Ao que tudo indica os batismos não eram, necessariamente, registrados imediatamente antes ou depois de ministrado o sacramento; talvez os padres anotassem os dados em papel qualquer para depois efetuarem os lançamentos definitivos - em um dos códices encontramos, em apenso, uma tira de papel na qual constavam anotações relativas a um assento, fato que parece confirmar a hipótese aqui aventada,

Os assentos de batismo apresentavam variegada tipologia. Os registros relativos a adultos trazem:

- local e data do batismo;
- prenome do escravo a receber batismo;

-nome do senhor, e por vezes, um ou mais dos seguintes elementos: sua condição social (livre ou forro), estado civil, local de moradia, cor,

-prenomes dos padrinhos, quando escravos, ou nome completo em caso contrario; a condição social, estado civil, cor e local de residência dos padrinhos nem sempre foram indicados; a origem dos escravos africanos vem, via de regra, anotada;

-a origem - "nação" - do batizado constou em número substancial de registros; assinatura e qualificação do padre que ministrou o batismo fizeram-se sempre presentes.

Vejamos dois desses registros, aqui transcritos como aparecem nos livros:

"Pedro

adulto

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de mil setecentos e trinta nesta Matriz batizei e pus os Santos óleos a Pedro escravo de João Gonçalves Batista foram padrinhos Francisco mina e Ana forra de que fiz este assento dia ut Sa. o Pe. Coadjutor Nicolau Barreto de Gusmão”.

Este primeiro exemplar foi tornado ao Cod. 2 RB (1727-1740), o segundo, buscamos em ponto mais avançado no tempo - Cod 4RB (1773-1780):

"Joana

Adulta

Aos vinte e oito de Janeiro de mil setecentos e setenta e seis nesta Matriz batizei e pus os Santos óleos a Joana mina escrava de José da Cunha casado com Severina Pereira da Silva moradores junto a ponte: foram padrinhos Felis Moreira preto forro, e Tereza de Jesus preta forra. E para constar fiz este assento.

O Coadjutor Bento Mel. Pereira”.

Com respeito aos inocentes apresentou-se uma variação mais larga do que a verificada entre os adultos. Assim, registros concernentes a filhos de escravos trazem poucas informações. Vejamos um espécime:

"Vicente

Aos 14 do mês de Dezembro (de 1712) nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição donde sou vigário Batizei, e pus os Santos Óleos a Vicente filho de Antonia escrava do Mestre de Campo Pascoal da Silva Guimarães. Foram padrinhos José, e sua mulher Tereza escravos de Antonio Ramos dos Reis, e para constar fiz este assento. Vila Rica era ut Sa.

O Pároco José Figueiredo Mas”.

Já para os filhos de pessoas, ao que parece de importância na vida colonial, o lançamento é pormenorizado:

”Manuel /

Aos vinte de junho de mil setecentos e noventa e quatro nesta Matriz batizou; e pôs os Santos Óleos o Padre Coadjutor Silvério da Costa e Oliveira à Manoel inocente nascido em sete do corrente filho legítimo de Paulo Lourenço da Silva batizado na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, e de sua mulher Clara Teixeira, batizada na freguesia da Sé da Cidade de Mariana, e moradores no Caminho Novo: Neto por parte Paterna de Andre Lourenço da Silva batizado na Freguesia de São Salvador de Rosas do Arcebispado de Braga, e de Mariana Eugenia da Silva, batizada na do Ouro Preto: e pela Materna de Manuel Luiz Soares da Freguesia de Santa Maria de Gilmonda, Termo da Vila de Barcelos do Arcebispado de Braga, e de Ignácia Maria Teixeira, da Sé de Mariana: foram Padrinhos; Jose Peixoto de Carvalho solteiro morador da Freguesia de Antonio Pereira; e Maria Eugenia do Pillar, solteira filha de Andre Lourenço da Silva, do Morro de São Sebastião do Ouro Preto.

Do que fiz este assento, que assinei.

“O Vigário Bernardo Jose da Encarnação”.

Em geral, constam dos assentos em apreço:

data e local do batismo e, eventualmente, a data de nascimento ou de enfeitamento da criança;

prenome do batizado;

posicionamento social do batizado. Vem sempre anotado o fato de terem sido dados por forros, ao nascerem, filhos de escravos;

-condição de filho legítimo, natural ou "exposto" das crianças. Neste último caso assinalou-se, também, o nome de quem recebeu o enfeitado;

-prenomes (quando escravos) e sobrenomes (no caso de livres) dos pais. Para a maioria dos filhos ilegítimos consta, apenas, o nome da mãe, em pequena parcela os nomes do pai e da mãe, para ínfima minoria somente o nome do pai;

-local de residência dos pais; para filhos de escravos indicou-se o nome do senhor e respectivo local de moradia;

-nomes completos (só o prenome no caso de escravos e grande parte dos forros) dos padrinhos;

-nome completo e qualificação do padre que ministrou o batismo;

assinatura do pároco ou coadjutor.

Com respeito aos pais, padrinhos e donos de escravos podiam ocorrer, também, alguns dos seguintes elementos: condição social, cor, estado civil, local de moradia, "nação" de origem (africanos).

Quanto se tratou de batismos de filhos de escravos sempre constou a situação social da mãe.

Para os pais assinalou-se ainda, eventualmente, a freguesia em que haviam sido batizados. O nome dos avós, bem como a discriminação da paróquia da qual eram fregueses, apenas assinalou-se para a minoria das crianças batizadas.

No caso das crianças que haviam sido batizadas em perigo de vida abria-se assento no qual se indicava a circunstância em que se dera o batismo e quem o ministrara, de resto, o registro seguia as normas gerais acima descritas.

Em relação às lacunas valem, para os óbitos, as observações colocadas com respeito aos assentos de batismos; não se reabrem, no entanto, registros de óbitos. Como para aqueles, os registros de óbitos apresentaram grande variação. Em geral, consta dos assentos:

- data de óbito;
- prenome (para inocentes, escravos e parte dos forros e livres) ou nome completo do falecido;
- os últimos sacramentos dispensados ao morto;
- local de moradia e da sepultura;
- assinatura do clérigo.

Vêm expressos, ainda, um ou mais dos seguintes elementos: filiação, cor, estado civil, naturalidade, freguesia de origem, nome do cônjuge, nome do senhor (quando escravos) ou do antigo dono (para forros), causa da morte e condição social - "escravo", "forro", "quartado" ou "homem branco". A situação patrimonial está implícita nas expressões: "com solene testamento" e "pobre". Indistintamente, no que se refere ao sexo, cor e condição social, vem expresso o nome da Irmandade a que se associara o defunto. Os militares foram identificados, mas não consta a profissão dos civis. As crianças ("inocentes") qualificaram-se como legítimas naturais ou expostas; presente, via de regra, o nome dos pais para as primeiras, da mãe para as segundas e de quem as recebeu como enjeitadas para as últimas. Infelizmente, a idade do defunto, informação de máxima importância, declarou-se em número irrisório de registros.

A presença da observação "batizado em periculo vitae" está a indicar que se preocupavam, os clérigos, em anotar todos os óbitos, inclusive os de crianças de tenra idade. Os batizados em perigo de vida que sobreviviam recebiam, como já indicamos, o Sacramento da confirmação (crisma); aqueles que vinham a falecer não contaram com registro nos livros de batismos.

Em muitos assentos de adultos anotou-se "morreu repentinamente" ou "de morte apressada". A circunstância apontada diz respeito a impossibilidade de serem ministrados os sacramentos da penitência e extrema unção, sem caracterizar realmente as condições físicas do passamento.

O papel ocupado pelo defunto na vida social e econômica refletia-se, também, no registro de óbito. Assim, registros minuciosos referem-se invariavelmente a pessoas de altas posições. Dada a extrema variância observada, selecionamos, para exemplificar, somente dois assentos (o segundo subsecutivo ao primeiro); eles espelham as afirmativas acima expendidas.

"Martinho Vieira da Rocha

Aos vinte e dois de Maio de mil setecentos e noventa e nove faleceu de uma Hidropisia com todos os sacramentos, testamento solene e Codicilo Martinho Vieira da Rocha homem branco casado morador nesta Freguesia filho legítimo de Manuel Fernandes e Maria Vieira, natural e batizado na Freguesia de S. Romão de Paredes Concelho de Bem-Viver, Arcebispado do Porto: seu corpo foi envolto em habito Franciscano acompanhado de todos os Sacerdotes desta Freguesia, que disseram Missa do Corpo presente de esmola de um Cruzado e das Irmandades do Santíssimo; e Conceição; e da Ordem Terceira de São Francisco que o conduziu em Tumba para a sua Capela, onde jaz sepultado, depois de ser por mim encomendado: de que fiz este assento. O Vigário João Antonio Pinto Moreira".

"Maria, angola

Aos vinte e sete de maio de mil setecentos e noventa e nove faleceu de um froxo, mas com todos os Sacramentos Maria angola Escrava de Antonio Gonçalves dos Santos, homem branco morador no Taquaral; foi encomendada e sepultada no Alto da Cruz de que fiz este assento.

O Vigário João Antonio Pinto Moreira".

Os registros de casamentos foram os que se apresentaram mais uniformes no tempo. As mudanças verificadas referiram-se, sobretudo, ao aspecto formal - ordenação dos dados no correr do assento. O teor dos registros permaneceu, fundamentalmente, o mesmo em todo o período estudado. Relacionamos abaixo as informações comuns aos assentos em pauta.

-data e hora do enlace;

-local em que ocorreu: Igreja Matriz, Capelas filiadas ou, excepcionalmente, residência dos cônjuges. Neste ultimo caso aparecem casamentos a envolver doentes (possivelmente desenganados); visava-se, certamente, com o matrimônio, a legitimar a prole;

-nomes e sobrenomes dos esposos;

-nomes e sobrenomes dos pais dos cônjuges; indicava-se, ainda, se já haviam falecido. Tais informações faltavam, via de regra, para os escravos e cônjuges viúvos;

-indicou-se o local de moradia bem como a origem dos cônjuges - freguesia de batismo ou, no caso de negros africanos, a "nação": Mina, Angola etc.;

-anotou-se o estado conjugal dos cônjuges e, via de regra, o nome completo do cônjuge falecido quando tratou-se de viúvos;

-a condição de filho legítimo, natural ou "exposto" faltou para escravos africanos, muitos dos forros e parcela considerável dos viúvos;

-assinalou-se, eventualmente, a cor dos pais dos esposos e a destes registrou-se com maior freqüência;

- nome completo e qualificação do padre que celebrou o casamento;

-nome completo e local de moradia do senhor de cônjuges escravos;
-nome completo e local de moradia das testemunhas e, eventualmente, a cor, estado conjugal e condição social das mesmas;
-assinaturas do vigário e/ou padre coadjutor, das testemunhas (prática esta abandonada ao fim do século XVIII) e, excepcionalmente, dos cônjuges - depois do meado do século XVIII raramente aparecem assinaturas dos noivos.

Selecionamos a título de ilustração, quatro registros de casamento. Os dois primeiros referem-se a enlaces entre livres, separa-os um século. O terceiro reporta o matrimônio entre pretos forros; no último relata-se o casamento de escravo com negra forra.

"Jose de São Boaventura

D. Tereza Maria de Jesusa

Em o primeiro dia do mês de novembro de mil setecentos e vinte e sete nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, pelas quatro horas da tarde feitas as admoestações na forma do Sagrado Concílio Tridentino nesta freguesia, e na de Nossa Senhora do Pilar desta mesma Vila onde os contraentes são moradores se casaram solenemente na presença do Rd. Doutor Manoel de Andrada e Goes de licença minha, o capitão mor José de São Boaventura viúvo que ficou de Josefa dos Reis moradora que foi na Cidade do Porto, onde faleceu, como justificou, filho legítimo de Manoel Gonçalves e sua mulher Mariana Vieira, com Dona Tereza Maria de Jesus filha legítima do Capitão Gabriel Fernandes Aleixo, e de sua mulher Dona Elena Maria de Moraes desta mesma Freguesia, sendo presentes por testemunhas Dom Lourenço de Almeida Governador e Capitão General destas Minas e o Doutor Provedor da fazenda Real Antonio Berquó del Rio, que todos aqui assinaram comigo, e logo receberam as Bênçãos, conforme os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja, de que tudo fiz este assento no mesmo dia, que por verdade assinei com os contraentes e testemunhas dia ut Supra.

O Vigário Felix Simões de Payva

Dom Lourenço de Almeida

José de São Boaventura

Manoel de Andrada e Goes

Antonio Berquó del Rio".

"Francisco Pereira da Fonseca

Ana Maria Magdalena

Aos dezesseis de Abril de mil oitocentos e vinte e seis feitas as Denúncias do estilo e com Provisão do Reverendo Vigário da Vara Jose' Joaquim Viegas de Menezes assisti nesta Matriz a celebração de Matrimônio dos contraentes Francisco Pereira da Fonseca filho natural de Jerônima Pereira da Fonseca batizado na Freguesia de Antonio Dias e Ana Maria Magdalena, filha natural de Antonia Rodrigues de Almeida batizada na Freguesia do Ouro Preto ambos paroquianos desta Freguesia, e lhes dei as Bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano. Foram testemunhas Elias da Costa Lopes, e Jacinto Gonçalves Chaves de que mandei fazer este assento que assino.

O Vigário José da Cunha Mello".

"Antonio Gonçalves, preto forro

Ignácia de Moraes, preta forra

Aos trinta e um dias do mês de julho de mil setecentos e vinte e nove pelas quatro horas da tarde, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição o feitas às admoestações na forma do Sagrado Concilio Tridentino na presença do Reverendo Padre Coadjutor Nicolao Barreto de Gusmão de licença minha, sendo presentes por testemunhas Diogo Pereira de Almeida e Antonio Domingues se casaram por palavras de presente em face da Igreja Antonio Gonçalves preto forro, com Ignácia de Moraes também preta forra, tendo primeiro justificado serem solteiros, livres e desimpedidos, de que tudo fiz este assento, que assinei com o sobredito Padre Coadjutor, e testemunhas, dia ut Supra.

O Vigário Felix Simões de Payva

Diogo Pereira de Almeida

Antônio Domingues

Pe. Nicolao Barreto de Gusmão"

"Salvador da Silva .

Maria Teixeira, preta forra

Aos vinte dias do mês de Agosto de mil setecentos e vinte e sete pelas cinco horas da tarde, nesta Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, feitas as admoestações na forma do Sagrado Concílio Tridentino nas Freguesias desta Vila onde os contraentes são moradores, se casaram solenemente por palavras de presente, em presença do Reverendo Padre Coadjutor Nicolao Barreto de Gusmão, de licença minha, Salvador da Silva, preto da Costa da Mina, escravo de Jose da Silva morador no Ouro Podre com Maria Teixeira preta forra; sendo presentes por testemunhas, Diogo Pereira de Almeida; Jose da Silva, que todos assinaram comigo, de que fiz este assento dia ut Sa.

O Vigário Felix Simões de Payva

O Pe. Nicolao Barreto de Gusmão

Jose da Silva

Diogo Pereira de Almeida". .

Aí vão identificadas as informações constantes dos assentos em epígrafe. Fogem ao escopo desta breve nota considerar, pormenorizadamente, as inferências que os mesmos têm propiciado aos pesquisadores as populações do passado brasileiro; destarte, remetemos o leitor interessado às dezenas de monografias já elaboradas com base em tais documentos por estudiosos de nossa história demográfica. 5

Notas

1. Estas breves notas vão dirigidas aos alunos da pós-graduação que se iniciam no campo da demografia histórica.
2. Muitos são OS escritos sobre esta questão. Recomendamos inclusive por apresentarem farta indicação bibliográfica, as obras:
GUILLAME, Pierre & POUSSOU, Jean-Pierre. *Demographie Historique*. Paris, Armand Colin, 1970; DUPAQUIER, Jacques, *pour la demographie historique*. Paris, PUF, 1984; IMHOF, Arthur E. *Introduzione alia demografia storica*. Bologna, il Mulino, 1981.
3. Remetemos o leitor interessado aos trabalhos clássicos: HENRY, Louis & FLEURY Michel. *Nouveau Manuel de d<S-poulllement et d'exploitation de l'etat civil ancien*. Paris, INED, 1965. HENRY, Louis. *Manuel de demographie historique*. Paris, Droz, 1967.
4. Sobre este e outros óbices veja-se MARCILIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973, p. 70 e seguintes. Sobre a possibilidade de obviar tais dificuldades veja-se: HENRY, Louis. *Técnicas de analise em demografia histórica*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977, p. 82 e seguintes; MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população, estudo de demografia hisu5rica e de história social de Ubatuba*. São Paulo, Paulinas/CEDHAL, 1986, p. 125 e seguintes.
5. Veja-se a respeito, os trabalhos arrolados em: COSTA, Iraci del Nero da & SAMARA, Eni de Mesquita. *Demografia histórica: bibliografia brasileira*. São Paulo, IPE-USP/FINEP, 1984.

ATIVIDADES PRODUTIVAS EM VILA RICA 1808-1825

*Solange Sabino PALAZZI FORTES **

Durante o período colonial, Vila Rica apresentou um dos maiores índices populacionais de Colônia, além de ser um dos núcleos urbanos mais importantes, senão o mais importante da Coroa Portuguesa. Devido a grande produtividade aurífera, ela foi alvo constante da administração, que tentou estender ao máximo o período de produção de ouro.

Este estudo sobre as atividades produtivas desenvolvidas em Vila Rica não se refere ao período de maior produção de ouro. Pretende ser uma contribuição aos trabalhos relativos ao processo de transição pelo qual passa a economia mineradora no primeiro quartel do século XIX. Do ponto de vista geográfico, nossa discussão compreende os seguintes bairros: Antonio Dias, Ouro Preto (Pilar), Alto da Cruz, Padre Faria, Taquaral, Água Limpa, Cabeças, Morro São Sebastião, Morro São João e Morro Santana, freguesias, que constituíam o núcleo urbano do Termo de Vila Rica.

Foram utilizadas para esta análise documentos oficiais da época tais como alvarás, ordens régias, correspondências oficiais dos governadores, que demonstram a ação do Estado na região. 1 Utilizou-se também o relato dos viajantes que passaram pela região neste período, porque caracterizam o modo de vida da população?

Começarei a análise discutindo as características do escravismo existente na região.

Os escravos eram a mão-de-obra básica, mas em Vila Rica não estavam voltados somente para a mineração. Grande parte deles trabalhava em outras atividades. No primeiro quartel do século XIX a maioria trabalhava em atividades artesanais ou na agricultura de subsistência. Trabalhavam a mando de seu senhor ou conseguiam concessão para trabalhar por conta própria, pagando a Jornada ao seu dono. Nesses casos, a vida do escravo assemelhava-se muito a do homem livre pobre, 3 que normalmente não tinha uma profissão ou especialização.

É interessante observar também que, quando a mineração declinou, a mão-de-obra escrava não foi transferida para regiões de agricultura de plantation. Roberto Martins, por exemplo, afirma que na primeira metade do século XIX não se encontra uma única alusão a exportação de escravos ou a existência de trabalho escravo redundante em Minas. Ao contrário sempre houve queixas sobre o alto preço dos escravos e sua escassez e é comum a referencia a importação de cativos. 4

Apesar de a mineração não ser mais lucrativa, percebia-se em Vila Rica um apego a escravidão, que se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, a ausência de mão-de-obra assalariada disponível, e mesmo se houvesse este tipo de mão-de-obra disponível, não havia onde empregá-la,

Bacharel

em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
LPH / Revista de História, 1:55-60,1990

pois o tipo de atividade desenvolvida não permitia a cidade criar oportunidades para lidar com assalariados. Em segundo lugar: o caráter irregular dos serviços que a cidade oferecia não reclamava mão-de-obra assalariada e fazia com que o escravo e o próprio homem livre pobre pudessem trabalhar em funções diferentes, de acordo com as opções que o mercado oferecia.

Essa possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra escrava ou livre em atividades diversificadas fez com que não houvesse necessidade de se modificar a maneira de produzir da cidade, e por isso as relações escravistas de produção perduraram por tanto tempo. Somente a abolição obrigou a efetuar a mudança de mão-de-obra.

A produção agrícola em Vila Rica era incipiente. O abastecimento era a principal causa de entrada de gêneros alimentícios na região? Durante o período em estudo, viajantes passaram pela cidade e deixaram suas impressões sobre o que nela se produzia. O autor anônimo da Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais afirma que "a vila é abundante em viveres necessários para passar a vida, as terras produzem muitas hortaliças como couve, repolho, cebolas e também há abundância de pêssegos, marmelos, laranjas, maçãs e joazes.⁶ Mawe concorda e informa que há excelentes hortaliças como alcachofras, espinafres, repolhos, feijão, e batata.⁷ Este tipo de cultura não pode, porém, ser considerada como produção agrícola em larga escala. Na verdade, não passava de horta em fundo de quintal.

Durante todo o século XVIII e pelo menos até metade do século XIX, a região mineradora precisou abastecer-se de produtos alimentícios do Rio de Janeiro, de São Paulo, das fazendas de gado das margens do São Francisco, do Rio Grande do Sul ou mesmo do sul de Minas Gerais. Isto porque vários fatores concorreram como entrave ao desenvolvimento da agricultura na região. Juridicamente, o Estado dificultava a prática agrícola para que essa não fizesse concorrência com as lavras minerais. A constituição do solo também concorreu como entrave porque o solo não era muito fértil, nem permitia a prática de grandes culturas. O último fator seria a presença de mercadores, que dava a população a certeza de receber através da importação os produtos de que necessitava.

Por outro lado, a ausência de produção agrícola interna e a distância da cidade em relação aos portos faziam com que o preço dos produtos agrícolas se tornasse muito caro e estivessem acima das posses de um número elevado de pessoas. O fato de não haver uma importante produção agrícola ao redor da cidade indica, dessa forma, que a agricultura não substituiu a mineração pelo menos no caso de Vila Rica.

Foram levantados por vários autores 8 hipóteses sobre a possibilidade ou não de industrialização em Minas Gerais. Levando-se em consideração as especificidades de Vila Rica, os fatores foram reunidos em quatro grupos, de acordo com as possibilidades colocadas pelos autores.

Em primeiro lugar, os fatores de ordem técnica, que podem ser divididos em três argumentos. O primeiro, relativo à compatibilidade ou não do trabalho escravo com a produção fabril. Estudos têm demonstrado que o escravo tinha condições de adquirir conhecimentos técnicos.

João Antonio de Paula ressalta, em sua pesquisa, a impossibilidade que a presença do escravo colocaria para a flexibilidade da produção, pelo fato de não poder ser dispensado em momentos de crise ou quando decaísse a produção, impedindo assim que se economizasse mão-de-

obra e se mantivessem os lucros. O segundo argumento diz respeito à questão de pessoal técnico especializado. Entre os autores acima citados, alguns afirmam a existência de especialistas e outros negam tal possibilidade em Minas Gerais do século XIX. O fato é que estudos sobre Vila Rica em 1804 não demonstram a existência de pessoal técnico com qualificação suficiente para trabalhar em fábricas ou introduzir manufaturas na Capitania. 10 E por último deve ser lembrada a defasagem entre o desenvolvimento industrial português em relação aos demais países da Europa, especialmente a Inglaterra, o que repercutiu no Brasil Colônia, visto então como produtor de matéria-prima e consumidor de produtos industrializados.

Em segundo lugar, os fatores de ordem política. Dois fatores desta ordem tiveram influência na possibilidade de industrialização em Minas: o Pacto Colonial, que, como dissemos acima, relegava o Brasil a simples condição de colônia de exploração, e o decreto de 1785, que proibia atividades manufatureiras na Colônia. Quanto ao Pacto Colonial, ele serviu como entrave para o desenvolvimento da industrialização em todo o Brasil, e por isto mesmo, o decreto de 1785 não provocou grande repercussão em Minas, ou especialmente em Vila Rica, pois não havia aí produção manufatureira.

Em terceiro, fatores de ordem social. É relevante o fato de a população mineira não se encontrar dispersa em latifúndios, mas sim reunida em arraiais, vilas e cidades. Este fator poderia concorrer como estímulo caso fosse colocada a opção industrializante no período áureo de mineração. Mas no século XIX, quando a população de Vila Rica se encontrava reduzida de 20.000 para 8.000 pessoas, a urbanização deixou de ser um incentivo poderoso a produção manufatureira.

E, por último, os fatores de ordem econômica. O mercado constituía-se em serio problema, na medida em que os produtos de Minas e especialmente de Vila Rica seriam bem mais caros devido às dificuldades de produção: matéria prima vinda da Europa, ausência de pessoal técnico qualificado, dificuldades de montar instalações e para transportar produtos. Por tudo isso, a empresa seria fadada ao fracasso, ainda que conseguisse produzir para vender fora da cidade. Em virtude dessa situação, Vila Rica possuía, no primeiro quartel do século XIX apenas três fabricas: uma de louças, que devia pertencer a particulares, pois são poucas as referencias a ela, e duas pertencentes ao Estado, uma de pólvora e outra de ferro. Essas, pela junção de alguns dos fatores acima criados, foram fadadas ao fracasso.

Quatro outras atividades mantinham a economia da cidade: a produção aurífera, o comércio, as atividades artesanais e a administração.

O ouro, apesar de ser extraído em pequena escala, era fundamental nas trocas, sendo utilizado como moeda corrente nas atividades mercantis. 11

Tal comércio caracterizava-se pela necessidade de abastecimento e pelas transações com moedas desvalorizadas e com ouro. Vila Rica era uma cidade descapitalizada na medida em que o ouro que produzia geralmente passava para as mãos dos comerciantes de fora que exploravam ao máximo a venda de seus produtos. O comércio, juntamente com o quinto arrecadado pela Coroa, era responsável pelo escoamento do ouro da cidade. Mas os comerciantes tiveram um papel muito importante na economia local porque, ao fazerem com que o ouro circulasse, provocavam

um intercambio entre a cidade e outras regiões da Colônia e até com países europeus. Através desse comercio a economia se manteve e conseguiu em parte resistir a decadência.

Considerando como atividades artesanais as profissões ligadas ao setor de prestação de serviços tais como carpinteiro e ferreiro e aquelas que exigiam maior especialização como o trabalho de entalhadores, pintores e ourives, percebe-se que a maior parte dos escravos e da população livre e pobre de Vila Rica trabalhava nestes ofícios. 12 Essas pessoas viviam principalmente de pagamento por Jornada de trabalho e se sustentavam com base nas atividades que o mercado oferecia, trabalhavam para particulares ou para a administração. Esses indivíduos recebiam uma pequena quantia em dinheiro, o necessário para a sua sobrevivência. Na economia, a participação dessas atividades era mínima porque para a sua realização não era necessário grande montante de capital. Mas, mesmo sem serem muito importantes, estas atividades ajudavam a manter a economia, na medida em que permitiam que as pessoas pudessem adquirir mercadorias.

A folha de pagamento da administração era uma das principais responsáveis pela entrada constante de capital na economia. As pessoas mais abastadas eram funcionários do termo de Vila Rica ou da Capitania das Minas Gerais e recebiam dinheiro através das folhas de pagamento ou por meios fraudulentos. Era infundável a quantidade de empregados da administração, que trabalhavam em vários setores, desde reparos em calçamentos de ruas até os ouvidores e provedores. “Não há como definir quem trabalhava para o Termo, a Comarca, a Capitania ou o Governo Geral, ou ainda, quem trabalhava para órgãos considerados independentes como a Intendência de Minas.”

Independente de onde vinha o dinheiro se dos impostos do Termo, da Comarca ou da Capitania, o importante é que o aparato estatal liberava continuamente certo montante em dinheiro, muito importante para a manutenção da economia. Uma vez que a administração mantinha ou construía chafarizes, pontes, igrejas, casas de ópera, etc., e também viabilizava o comércio tanto de gêneros de primeira necessidade como ate mesmo de artigos de luxo, podemos dizer que, quando o ouro decaiu, a máquina administrativa concorreu em grande escala para que a economia se mantivesse ativa. Isto pelo menos ate a transferência da Capital para o Curral Del Rei, hoje Belo Horizonte.

De posse de todos esses dados, podemos inferir algumas conclusões.

Primeiramente, que a atividade mineradora não foi a única responsável pela formação dos núcleos urbanos, especialmente do centra urbano minerador de Vila Rica. A presença da administração que centralizava em um único local todo aparato administrativo é que mais freqüentemente gerou estes centros. Não era o ouro que fazia com que determinado local se tornasse um centra urbano, mas a presença da administração que bancava todas as construções, realizadas através de impostos advindos do ouro, para que ali pudessem se alojar. Os centros urbanos continuavam existindo pelo fato da administração estar presente, mesmo quando as minas chegaram à exaustão.

O ouro teve um duplo papel na sobrevivência dos centros urbanos mineradores, pois, ao mesmo tempo em que provocava o fenômeno da decadência depois da exaustão das lavras, se fazia necessário em pequena escala como moeda para que as transações comerciais não acabassem. Na

verdade, outras atividades como o comércio, o artesanato e a administração contribuíram em grande proporção para a manutenção da quantidade de capital que circulava nas regiões mineradoras. O ouro por si mesmo não conseguiu manter a economia desses locais, principalmente no início do século XIX, época em que foram poucas as pessoas que se dedicaram exclusivamente a produção aurífera.

Por último, percebe-se que, apesar da escassez do ouro e da diminuição da população no início do século XIX, os núcleos urbanos mineradores apresentaram características senão idênticas pelo menos muito próximas das que possuíam no século XVIII quando a produção mineradora estava no auge.

Notas

1. "Alvará de 1º de abril de 1808". "Alvará de 1º de Setembro de 1808". Alvarás e outras ordens Régias, Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro, c6d. 397.
 - "CAUSAS dos prejuízos das permutas de ouro e de diminuição do quinto". Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 6(1): 974-78. jan/mar. 1901.
 - "CORRESPONDENCIA do Conde de Palma (1810/1814)". Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte. 19:161-266.1921.
 - "DIVERSOS registros da correspondência oficial do Governador Dora Pedro Maria de Atayde Mello (1803/1810)" Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte 11 (1,2,3, 4): 275-319.1907.
 - "RELACAO das ordens sobre terras minerais que por cópia foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Gerais." Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 1(4): 673-730.
 - "SEIS ofícios e cartas referentes a criação e regulamentação da fábrica de ferro era Vila Rica (1811)". Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 16(1):476-482. 1911.
2. - ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwig Von - Pluto Brasiliensis. v. 1, 2. Belo Horizonte. Itatiaia. 1975.
 - MA WE, John - Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte. Itatiaia. 1978.
 - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte. Itatiaia. 1975.
 - COUTO, Jose Vieira "Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílios; a mineira de itinerario -1801". Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, 10(1,2):51-166.1905.
 - "MEMÓRIA histórica da Capitania de Minas Gerais". Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, 2(3):425-518,1897.
3. As relações e semelhanças entre o modo de vida dos homens livres e dos escravos são explicadas de maneira melhor em MELLO e SOUZA, L. Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro. Graal. 1986. pp. 73-90.
4. MARTINS, R. B. "Minas no século XIX. Trafico e apego a escravidão numa economia não exportadora". Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, (13), 1983. p. 183.
5. O abastecimento da Capitania de Minas é melhor estudado em LENHARO, A. As tropas da Moderação. São Paulo, Símbolo. 1979 e ZEMELLA M. P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. USP. São Paulo (dissertação de doutorado).
 6. "Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais". Opus Cit. pp. 44.
 7. MA WE, J. Op. cit. pp. 122.
8. Para levantamento dos fatores que possibilitariam ou não a industrialização em Vila Rica foram utilizados para análise: FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Nacional. 1982. pp. 81-2; CANO W. "A economia do ouro em Minas Gerais, no século XVIII" in Contexto São Paulo. Hucitec, 1977, pp. 91-109; CASTRO, A. B. "A região das Minas, retrocesso e dispersão após a crise". in: Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1980, pp. 26-36. COUTO, E. C. "Minas e sua característica econômica, antecedentes históricos". In: Ensaios sobre economia regional. BDMG. Belo Horizonte. 1965. pp. 152; LINHARES, M. Y., L. "O Brasil no século XVIII e a idade do ouro; a propósito da problemática da decadência", In: Seminário da cultura mineira no período

- colonial. Conselho Estadual de Cultura. Belo Horizonte, 1979. pp. 147-171; PAULA, J. A. Ensaio sobre os limites da industrialização colonial. CEDEPLAR/FINEP. Diamantina, 1982, 1
9. LIBBY, D. C. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. O caso de Morro Velho. Belo Horizonte. Itatiaia. 1984.
10. LUNA, F. V. e COSTA, I. D. N. Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica 1804) IPE/USP. São Paulo. 1979. pp. 6/24.
11. O montante de ouro que saiu do Brasil e de Minas Gerais foi levantado por PINTO, V. N. O ouro brasileiro e O comércio anglo-português. São Paulo. Nacional. 1979. pp. 253.
12. As pessoas que se ocuparam destas profissões são levantadas por LUNA e COSTA, opus cit e também por MARTINS, J. Dicionário de artistas e artífices do século XVIII e XIX em Minas Gerais. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MEC. Rio de Janeiro. 1974.
13. A organização administrativa do Brasil e melhor explicada em FAORO R. Os donos do Poder. v. 1 e 2. Porto Alegre. Global; e PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Brasiliense 1983.

PELA RENOVAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ricardo de Moura Faria
Adhemar Martins Marques
Flavio Costa Berutti

Professores de História e de Prática de Ensino vem considerando as coleções "Construindo a História" (1 grau), e "História" (2 grau), de autoria dos professores Ricardo, Adhemar e Flávio, um importante avanço no ensino de História em nosso país.

Nesta comunicação eles resumem as linhas básicas que compõem o quadro referencial daquelas obras.

CONSTRUINDO A HISTÓRIA

O ensino de História em Minas Gerais tem sido amplamente discutido após a elaboração e posterior aprovação dos novos currículos escolares, pela Secretaria de Estado de Educação, em 1986. Situação semelhante ocorre também em diversos outros Estados.

Tradicionalmente, estudava-se História do Brasil na 5^o e 6^o séries e História Geral na 7^o e 8^o. A ênfase era dada a história política e aos fatos históricos já consagrados. Era uma história que se apresentava como "pronta e acabada".

O novo programa de 1^o grau rompe com a história factual, positivista, heróica e linear. Pretende-se uma história mais crítica e participativa, na qual as sociedades humanas são analisadas ao longo do tempo através da percepção do trabalho, das formas de organização social, política e ideológica. Rompe-se com a cronologia, onde só se destacam os heróis, as datas e seus feitos, com a visão única e as formas tradicionais de transmissão do conhecimento.

Atualmente, ao longo das quatro séries o aluno terá a oportunidade de estudar a história da sociedade, priorizando-se a organização econômica e as relações de produção. Com isto, na 5^o série, analisam-se as comunidades primitivas, as Sociedades Agrárias e as escravistas. Na 6^o série, a Sociedade Feudal e a Transição para o Capitalismo. Na 7^o, a Implantação e a Consolidação do Capitalismo. E, na 8^o, as Sociedades Capitalistas e Socialistas do século XX.

As maiores modificações ocorrem a nível metodológico. Objetiva-se substituir o "discurso-exame" por uma metodologia ativa, que permita a alunos e professores produzirem o seu próprio conhecimento. Para tanto, é importante que ambos tenham contato com

diferentes interpretações do processo histórico, a fim de que tenham elementos que lhes permitam as reflexões necessárias aquele objetivo.

Se formos pensar em termos de um Livro didático tradicional, torna-se inviável a aplicação dos novos programas.

Uma metodologia nova exige um livro novo, diferente. O chamado "novo Livro" necessariamente precisa tomar-se um instrumento e não um fim em si mesmo. Deve levantar questões, mais do que respondê-las de modo definitivo. Precisara instigar os alunos a refletirem sobre a sua própria realidade, a partir da análise de outras realidades, de ontem e de outros lugares. Não poderá trazer uma visão única, mas apresentar diferentes documentos e textos de autores diversos, que possibilitem a produção em sala de aula...

Este é o quadro referencial que situa a nossa coleção "Construindo a História".

COLEÇÃO HISTÓRIA 2 GRAU

As modificações efetuadas no programa de História do 2º grau apontam para a necessidade de se priorizar o estudo do Capitalismo, articulando-se os conteúdos de "História da América" e "História do Brasil" com a área central do sistema.

Desnecessário se torna dizer que no programa tradicional tal enfoque não era perceptível.

Também as configurações do mundo contemporâneo e suas contradições, além da modernização e dependência da América Latina, não mereciam uma atenção especial, considerando-se que estes temas eram discutidos de maneira desarticulada, compartimentada e linear.

Desta forma, os autores optaram por elaborar uma coleção em 3 volumes, onde, ao longo das três séries, se possa analisar a história das sociedades ocidentais, tendo como eixo a história do capitalismo e focalizando a América e o Brasil no contexto maior de que fazem parte.

Para atender as necessidades dos novos programas de História, e conscientes da importância de se conduzir uma proposta de renovação do ensino de História no 2º grau, os autores procuraram elaborar um material de acordo com o que vem sendo intensamente discutido.

Os volumes 1 e 2, destinados as duas primeiras séries, são estruturados de forma semelhante: apresentam, em cada capítulo, um texto básico, que fornece as informações fundamentais acerca do tema a ser estudado; e textos e documentos, através dos quais o aluno poderá entrar em contato com documentos de época, análise de autores especializados e discussões historiográficas, além de textos literários, pinturas, gravuras e textos jornalísticos. Os textos e documentos permitem uma melhor compreensão dos temas abordados, além de servirem de referencial para discussões e debates.

O volume 3, destinado a 3ª série e cursos preparatórios aos vestibulares, analisa o processo histórico também de forma articulada. Um texto básico permite ao aluno recordar os temas estudados nas séries anteriores; um texto de aprofundamento enfatiza os aspectos essenciais do capítulo e apresenta os debates historiográficos; textos para discussão seguidos de questões discursivas de vestibulares de todo o país abrem espaço para debates; exercícios retirados das últimas provas de vestibulares permitem um treinamento do aluno. Há, ainda, em cada capítulo, um documento para que se possa trabalhar a interpretação e a produção de conhecimento.

Em síntese, procura-se aqui conciliar a demanda posta pelos alunos de uma preparação imediata para o vestibular com as novas propostas de ensino da História, tanto em termos de conteúdo, quanto de metodologia.

EVARISTO DA VEIGA: apropriação e adaptação dos princípios liberais

*Lucia Maria Paschoal GUIMARAES **

O liberalismo - ideologia essencialmente burguesa, relacionada ao desenvolvimento do capitalismo e a crise da sociedade senhorial - teve seus postulados básicos sintetizados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovados pela Assembléia Francesa em 21 de agosto de 1789. Todavia, a inserção desse documento no contexto histórico em que foi produzido evidencia que se trata, sobretudo, de uma obra destinada a consolidar as conquistas obtidas pelo terceiro estado, na sua luta contra os poderes reais e as ordens privilegiadas no Ancien Regime. Assim sendo, ao ultrapassar os limites da revolução social que se processava na França, naquela época, a linguagem liberal utilizada na Declaração veio a se tornar abstrata, alcançando dimensões diferentes daquelas que seus principais redatores - Mirabeau e o Abade Sieyes - teriam previsto. 1

Conseqüentemente, a divulgação dos Direitos do Homem e do Cidadão, que terminou por se constituir num dos símbolos da Revolução Francesa, ao ganhar o mundo, tomaria novas interpretações, de acordo com as circunstâncias históricas e os grupos sociais que tentavam identificar-se com aqueles postulados. No Brasil, a exemplo do que ocorreu em outras localidades, a bandeira do liberalismo seria freqüentemente desfraldada, no século XIX, em diferentes momentos do processo de construção do Estado Nacional. Servindo aos interesses das mais diversas causas e postulações dos diversos segmentos da sociedade, essa bandeira foi um fenômeno que não escapou a percepção da historiadora Emilia Viotti da Costa que, com muita propriedade, qualificou-a de "especificidades do liberalismo brasileiro". 2

Nessa linha de raciocínio, observa-se que um dos exemplos mais expressivos do modo como os princípios liberais seriam interpretados e adaptados a realidade brasileira pode ser divisado no decorrer da primeira metade do Período Regencial. Ele está nas propostas políticas de Evaristo da Veiga - publicista e deputado de grande prestígio naquela época - que, de acordo com a opinião de Joaquim Nabuco, teria exercido uma "verdadeira ditadura de opinião", através de intensa atividade política desenvolvida na Câmara dos Deputados, na Sociedade Defensora da liberdade e da Independência Nacional e no periódico Aurora Fluminense, de sua propriedade. 3

No intuito de rastrear as principais concepções políticas de Evaristo que, diferente de outras personalidades de destaque naquela ocasião, não teve uma formação acadêmica marcada pela passagem na Universidade de Coimbra, nem freqüentou cursos de nível superior, procuramos tirar partido de dois conjuntos de fontes primárias: em primeiro lugar, o documento Relação dos Livros pertencentes ao Inventário de Evaristo da Veiga, de que é inventariante sua viúva a Sra. D. Edeltrudes Maria da Ascensão Veiga, onde consta o rol de todas as obras pertencentes a sua biblioteca particular, o seu estado de conservação e o preço pelo qual foram avaliadas; 4 e, em segundo lugar, a coleção dos jornais Aurora Fluminense, no período compreendido entre 1828 e

* Livre Docente em Historiografia

Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
LPH / Revista de História, 1:63-70,1990 63

1835, onde estão publicados os seus textos mais significativos. A partir da análise das referidas fontes, tentamos detectar quais os autores que teriam influenciado significativamente o pensamento político de Evaristo - tradicionalmente apontado pela historiografia como um homem de tendência "liberal moderada" - cotejando as suas leituras com os postulados ideológicos por ele defendidos nos artigos editoriais de sua autoria, que foram publicados na Aurora.

Assim, dentre a relação dos livros mais "picados", que constam do Inventário pareceu-nos relevante o exame da obra Reflexões sobre a Revolução Francesa, do escocês Edmundo Burke, em edição inglesa.

Publicados inicialmente em 1790, as Reflexões - que na realidade são cartas escritas por Burke a um jovem membro da Assembléia de Paris, Charles Jean François Depont - tornaram-se rapidamente um best-seller internacional na época, não só pelo espírito polemico do seu conteúdo, em que o autor apresenta sérias objeções ao comportamento assumido pela Assembléia Geral Francesa, mas também por se constituírem numa espécie de divisor de águas entre a tradição do liberalismo britânico e o liberalismo revolucionário dos franceses.⁷

Tomando como ponto de partida uma análise crítica da Declaração dos Direitos do Homem e das agitações ocorridas na França, decorrentes da publicação desse singular documento, Burke procurou tecer um paralelo entre as dimensões das medidas propostas pelos deputados franceses e o seu projeto de alteração da ordem social e política, com as transformações experimentadas na Inglaterra, em decorrência das revoluções que ali ocorreram no século XVII. Nesse enfoque, o político escocês estabeleceria um contraste que serviu de parâmetro para as suas comparações: a moderação dos ingleses que, no processo de modernização e mudança que se operou no Império Britânico, teria procurado preservar a tradição nacional, através de reformas constitucionais obtidas por consenso, e a radicalização com que os franceses estariam conduzindo a reestruturação da monarquia, tentando fazer das leis tabula rasa. ⁸

A mesma distinção pode ser encontrada nas argumentações políticas de Evaristo, antes, mesmo que as tensões entre D. Pedro I e o Poder Legislativo se acirrassem, dando lugar a insurreição de 6 de abril de 1831. Em 9 de dezembro de 1829 o publicista da Aurora Fluminense já advertia aos seus leitores para os perigos das radicalizações no trato das questões publicas, afirmando:

(...) Nada de jacobinismo de qualquer que seja a cor. Nada de excessos. A linha está traçada é a da Constituição que se jurou no dia 25 de março. Nada de alterações que a desfigurem e lhe façam perder o prestígio da virgindade. Tornar prática a Constituição que existe no papel deve ser o esforço dos liberais, como o dos servís é neutralizá-la e destruí-la se possível for.⁹

Dias depois, Evaristo retornaria ao mesmo tema, procurando caracterizar melhor a sua concepção de liberalismo, ao observar que:

(...) os verdadeiros moderados são aqueles que detestam toda a espécie de excessos, toda a espécie de tirania, ou de jacobinismo, quer ela esteja nas mãos de um só ou na de muitos.¹⁰

Postulando a moderação e a obediência irrestrita ao primado das leis, o jornalista carioca, na realidade, ao mesmo tempo em que atacava as práticas políticas autoritárias do Impera-

dor, defendia a preservação das instituições monárquicas, através da doutrina da intangibilidade da Constituição.¹¹ Assim como Edmund Burke, Evaristo entendia que o sistema de governo monárquico representava um "bem inestimável" para a estabilidade interna do país e, conseqüentemente, era fundamental para a preservação das estruturas sociais e econômicas vigentes.¹²

Contudo, apesar da ênfase com que o teórico exaltou as virtudes da moderação e a busca do consenso político, suas Reflexões não descartariam de todo a possibilidade de um comportamento revolucionário, como um último recurso para remediar os males de um Estado em desordem. ¹³ Ao que tudo indica, este preceito também seria observado pelos adeptos da "moderação.", facção política da qual Evaristo da Veiga era uma das lideranças mais atuantes, na trajetória dos acontecimentos que culminaram com o término do Primeiro Reinado. Recorrendo-se a um testemunho da época - o desembargador Saturnino de Sousa e Oliveira, moderado que em 1831 foi um dos juizes de paz que havia participado daqueles episódios, lê-se o seguinte depoimento:

(...) ninguém ignora que o partido moderado, o partido que só queria a Constituição, no tempo de D. Pedro até 1830 combateu as idéias de Revolução, a tendência decidida que os Exaltados mostravam para a republica; eles não acusaram a Revolução senão depois, que os desatinos de D. Pedro fizeram perder toda a esperança (...) Não anuíram a Revolução que se efetuou em abril, senão depois que obtiveram todas as garantias de que não se alteraria a forma do governo monárquico constitucional... (o grifo & nosso).¹⁴

Essa versão dos fatos seria, anos mais tarde, confirmada por Teóphilo Ottoni, durante o Segundo Reinado, num documento bastante explorado pela historiografia, a sua Circular dedicada aos reis. Eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais..., onde o político mineiro faz um retrospecto do contexto histórico dos estertores do governo de D. Pedro I, criticando a postura assumida pelos liberais moderados, ao afirmar que

(...) Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas (...) o movimento tinha por fim o estabelecimento de um governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra (...) Vi com pesar os moderados ao leme da revolução, eles que só na ultima hora tinham apelado para o juízo de Deus... (o grifo nosso). ¹⁵ A

Abdicação, no entanto, apesar de ter sido festejada inicialmente como uma grande vitória liberal contra os "desatinos" do ex-imperador, logo traria a tona uma questão de suma importância para os grupos que assumiram o poder na Menoridade: a perspectiva de que o Movimento político de 7 de abril viesse a se transformar numa revolução social que pudesse comprometer as bases monárquicas sobre as quais se assentava o processo de formação do Estado Nacional. Conseqüentemente, era imperioso que os líderes do novo governo procurassem conduzir a dita "regeneração brasileira", no sentido de que ela se constituísse no "fundamento de um edifício durável e não no berço de revoluções futuras"¹⁶ Na esteira do pensamento de Burke, a Aurora Fluminense publicaria, ainda em abril de 1831, uma proclamação redigida por Antonio Borges da Fonseca, na época considerado um elemento "exaltado", dando mostras não só da união entre "moderados" e "exaltados", mas sobretudo das preocupações que afligiam os opositores do antigo monarca.

(...) Ao depois de tantos sofrimentos teve de ceder o ingrato a vontade nacional... Eia! nós estamos no Campo de Marte e aí fundaremos a nossa regeneração que não deve ser manchada por excesso algum (...) A Constituição seja nosso norte, com ela tudo venceremos - prudência, conciliação, moderação, ordem e respeito aos nossos chefes (o grifo é nosso).¹¹

Subjacente as palavras de ordem evocadas por Borges da Fonseca e transcritas por Evaristo, depreende-se que os receios das elites dirigentes quanto à manutenção das instituições monárquicas não seriam de todo infundados. Eram, outras palavras, isto significa dizer que o espaço político aberto pela Abdicação havia propiciado uma brecha para que os segmentos menos favorecidos da sociedade do Império, nos quais se incluíam mestiços, libertos e escravos, vislumbrassem a possibilidade de reivindicar melhores condições de vida. ¹⁸ Ao mesmo tempo, percebe-se que os grupos políticos mais progressistas também se aproveitariam da situação de crise e da estabilidade prediria do governo recém instalado para postular o desencadeamento do processo de reformas constitucionais, visando a maior autonomia provincial, a descentralização administrativa e a diminuição dos poderes reais, especialmente o exercício do Poder Moderador.¹⁹

Nesse sentido, o publicista da Aurora Fluminense deixaria claro o encaminhamento que pretendia dar aos impasses decorrentes da vacância do trono:

(...) O Governo, no entanto, circunscrito ao círculo dos seus deveres legais não teme nenhuma das facções extremas. Amigo sincero das reformas não as precipitará, nem mostra desejar para obtê-las meios que a desviarão de nós para sempre. Apoiados na massa de Cidadãos industriais, de artistas, proprietários e lavradores, nada ele tem a recear; e os sonhos de restauração, bem como as pretensões violentas dos exaltados desfar-se-ão como fumo, diante de sua firmeza e da energia com que todos os patriotas o coadjuvam e sustentam. ⁷⁰

Essas advertências remetem-nos as teorias de Burke, para quem as instituições podem e devem ser aprimoradas, desde que lenta e gradualmente, de acordo com os hábitos do povo e o "espírito" da sua própria história. Ademais, o autor das Reflexões ainda enfatizaria outro aspecto inerente a modernização do Estado que, no seu entender, seria a mola propulsora da consecução desse processo: as práticas políticas a serem desenvolvidas na implementação das reformas não poderiam implicar rupturas com o passado, devendo, sobretudo, adaptarem-se as condições do presente. ²¹

Transpondo-se essas teorias para o contexto brasileiro da Regência, é possível afirmar que o dito passado seria bem recente, remontando-se aos princípios firmados em 1822 quando, diante da eminência de uma emancipação política inevitável, as camadas dominantes da antiga colônia portuguesa encontraram na solução monárquica a fórmula ideal para conduzir a independência, mantendo o status quo vigente. ²² Em conseqüência, ao governo da Regência caberia fundamentalmente revigorar aqueles princípios que haviam servido de alicerce para a construção do Estado independente, ou seja, a defesa da propriedade privada - que implicava na manutenção do trabalho servil, a liberdade do comércio, a valorização das bases constitucionais, a representatividade, a segurança interna e a centralização administrativa? ³

Revedo-se os editoriais publicados na Aurora Fluminense, a partir de maio de 1831, verifica-se que as idéias ali divulgadas não possuíam uma dimensão vanguardista, embora o seu redator se considerasse um "revolucionário". Ao afirmar que:

(...) e não se vi que temos uma constituição toda democrática, que com a mudança de meia dúzia de artigos ficaria próxima à perfeição e que podendo se fazer esta mudança com o maior repouso e serenidade, pois que o Brasil inteiro reclama as reformas, nada lucramos com fazer com estrepito, e talvez com rios de sangue, uma mudança que nenhum bem nos faria (...).²⁴

Evaristo da Veiga deixa claro sua identificação com bases políticas firmadas em 1822, que, quando muito, poderiam sofrer alguns "retoques". No seu entender, portanto, o movimento de 7 de abril não teria uma conotação revolucionária, no sentido de romper com as estruturas políticas, econômicas e sociais da Monarquia. Mais uma vez, seu ideário se aproximaria dos postulados defendidos nas Reflexões, onde o termo "revolução" - empregado para analisar os acontecimentos de 1688 na Inglaterra - foi utilizado no sentido clássico da astronomia, significando rotação. Convém aqui lembrar que, para Burke, a "Revolução Gloriosa", dentre outros aspectos relevantes, longe de ter sido um ato voluntário e deliberado que visasse à instauração de um novo regime, propiciaram que a Inglaterra retornasse a sua Constituição natural, pondo fim as cisões que a enfraqueceram durante o período republicano, bem como no tempo da Restauração?²⁵

Analogamente, Evaristo conceberia o 7 de abril de 1831 como o início da "regeneração" brasileira, isto é, o ponto de partida de um movimento de retorno as bases projetadas em 1822. Afastado o autoritarismo do primeiro Imperador era preciso cautela e moderação para que outros fatores não viessem a se interpor na consecução daquele projeto, desestabilizando a ordem interna do Império:

(...) Certos homens querem dar a nossa revolução a mesma direção e impulso que recebeu a revolução francesa de 1789: como Id, os moderados são proscritos, porque pretendem que a razão e a prudência entrem por alguma coisa no movimento social, porque julgam que uma vez preteridas as regras e os princípios de justiça, infalivelmente, se cai no vago das paixões, no caos das individualidades, dos caprichos e interesses de cada um. Como lá, avalia-se o patriotismo dos Cidadãos pelo maior ou menor furor que se vocifera contra todas as autoridades e superioridades sociais; como lá declama-se contra os proprietários, os capitalistas, e dá-se a entender ao pobre com insinuações envenenadas, que tudo quanta o rico possui, lhe é arrancado, embora por tal modo sogra a indústria e o giro comercial ameaçados, e o pobre fique ainda mais pobre, por se ver privado do trabalho e jornal diário que a atividade industrial lhe proporcionava, e o abastado caia em pobreza pela estagnação de toda a espécie de transações (...).²⁶

Não obstante, apesar de constatar-se a ascendência do tradicional liberalismo inglês e da obra de Edmund Burke na retórica política de Evaristo da Veiga, é possível depreender-se que o ideário liberal por ele vinculado ainda seria influenciado por uma outra ordem de aspectos, específicos do contexto histórico do período regencial, que, no fundo, refletem as grandes apreensões do "liberalismo moderado" naquela oportunidade; de um lado, a perspectiva da restauração de D. Pe-

dro I e seus partidários no poder; e, de outro lado, a possibilidade de que a insurreição política que eclodira na Corte, em 6 de abril de 1831, viesse a tomar rumos inesperados que pudessem comprometer o regime político instituído em 1822. Significativamente, ao lado dos textos de caráter doutrinário, inspirados quase sempre nas Reflexões de Burke, também seriam temas recorrentes nos editoriais da Aurora Fluminense as advertências sobre os perigos de uma desagregação das províncias do Império, da "anarquia" que reinava nos países vizinhos, em decorrência da adoção do sistema republicano e, sobretudo, do risco permanente de uma rebelião escrava, a exemplo do que já ocorrera no Haiti. 27 Em 15 de junho de 1831, a Aurora publicaria uma síntese desses temores, em que se lê:

(...) O negócio importante hoje no Brasil é conservar a união das províncias e impedir os excessos contrários a ordem pública. O despotismo não nos pode tornar senão pelo caminho tortuoso e ensangüentado da anarquia. 28

Conforme se pode perceber, apesar da influência dos postulados ideológicos defendidos por Burke na retórica de Evaristo da Veiga, a difusão de tais concepções seria limitada pelas peculiaridades do contexto brasileiro de época: um Estado recém-independente, produto de uma herança colonial desagregadora, no qual a manutenção do escravismo ainda nortearia por muito tempo o sistema produtivo e, conseqüentemente, a organização política e social.

Notas

1. Veja TULARD, Jean. "Les Evénements" in Histoire et Dictionnaire de la Revolution Française (1789-1799). Paris: Editions Robert Laffond S.A., 1985, p. 51.
2. Cf. COSTA, Emilia Viotti. "Liberalism: Theory and Practice" in The Brazilian Empire - Miths and Histories, Chicago: The University of Chicago Press, 1985, p. 56.
3. NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império - Nabuco de Araújo, vol. I. São Paulo: Institute Progresso Editorial S.A., 1949, p. 33.
4. Veja. "Relação dos Livros pertencentes ao Inventario de Evaristo da Veiga, de que he inventariante sua viuva a Sra. D. Edeltrudes Maria da Ascencio Veiga" in Publicações do Arquivo Nacional, org. João Alcides Bezerra CAVALLANTI., vol. XXXIV, Rio de Janeiro, 1937, p. 405-414.
A coletânea dos jornais Aurora Fluminense (II fase 1827-1835) encontra-se microfilmada na Biblioteca Nacional. E significativo o exemplar das Reflexões da biblioteca de Evaristo da Veiga ser originário de uma edição inglesa, pois desde 1811 havia uma tradução em português do Visconde de Cairu.
7. a. RAYNAUD, Philippe. "Preface" in Edmund Burke, Reflexions sur la resolution de France, Paris: Hachette, 1989, p. XIII.
8. BURKE, Edmund, Reflexions sur la revolution de France, Paris: Hachette, 1989, p. 33.
9. Aurora Fluminense n" 276, 9 de dezembro de 1829.
10. Aurora Fluminense n" 293, 27 de Janeiro de 1830.
11. A esse respeito veja VI ANA LYRA, Maria de Lourdes. "La Revolution et la constitutionnalisation du Bresil" in Vintage de la Revolution Francaise, Communications presentees lors du Congr s Mondial pour le Bicentenaire de la Revolution Sorbonne, Paris, 6-12 juillet 1989, dirigé par Michel Vovelle, vol. II, Londres: Pergamon Press, 1989, p. 995-1003.

12. BURKE, Edmund, op. cit p. 66 e 67.
 13. Idem, p. 34.
 14. "O Homem e a America", Boletim da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independencia Nacional, n° 49, 16 de fevereiro de 1833.
 15. OTTONI, Teóphilo Benedicto. "Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais..." in Revista do Institute Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXVII, Parts 2*, p. 209.
 16. BURKE, Edmund, op. cit., p. 35.
 17. Aurora Fluminense n° 472, de 15 de abril de 1831.
 18. Cf. GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. "Formes d'appropriation et adaptation des principes liberaux au Brésil durant La Minorite" de l'Empereur Pedro II (1831-1840)" in *Vintage de la Revolution Française*, vol. III, op. cit. p. 1682-1683.
 19. Cf. VIANA LYRA, Maria de Lourdes. "Centralisation, Systems Fiscal et Autonomie Provinciate dans l'Empire Bresilien: La Province de Pernambuco 1808-1825". Tese de doutoramento apresentada a Universidade de Paris X, Paris, Man-terre, 1985, p. 252-253, Ver também Augustin Weraet "As Sociedades Políticas da Piovíncia de São Paulo na Primeira Metade do Período Regencial". Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, vol. II, São Paulo, 1975, p. 212-215.
- Era 27 de maio de 1831, a Aurora Fluminense publicaria trechos de um discurso proferido na Câmara dos Deputados por Paula Souza, na sessão de 14 de maio de 1831, que evidenciam o andamento que os "moderados" pretendiam dar ao projeto das reformas constitucionais:
- (...) Olhemos para a Inglaterra, em povo que goza de tanta liberdade e que entretanto respeita até opiniões velhas (...) ele vai devagar, emendando o edifício e ainda agora é que trata de reformar a Lei das Eleições, e isto de um modo que faria vergonha ao Brasil, mas julgam OS homens prudentes da Nação inglesa que aquilo por ora basta (...). A Constituição deve merecer a veneração dos povos, e uma constituição que se al-tera a cada passo não pode ter esta veneração. Mas como por uma espécie de milagre aparece a cena pre-sente, é necessário alterar a Constituição e adaptá-la ao Brasil, de modo que melhor satisfaça as suas neces-sidades (...). Aurora Flumineiue n° 489, de 27 de maio de 1831.
20. Aurora Fluminense n° 535, de 26 de setembro de 1831.
 21. BURKE, Edmund, op. cit. p. 16-98.
 22. Cf. DIAS, Maria Odila Silva. "A Interiorização da Metrópole (1808-1853)" in *1822: Dimensões*, org. Carlos Guilherme Mota, 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva 1986, p. 169-171.
 23. Idem, p. 165.
 24. Aurora Fluminense n° 495 de 15 de junho de 1831.
 25. Cf. BURKE, Edmund, op. cit.
 26. Aurora Fluminense n° 532 de 19 de setembro de 1831.
 27. Sobre os perigos da "anarquia" decorrente da adoção do regime republicano pelas antigas colônias espanholas veja-se Aurora Fluminense n° 490 de 30 de maio de 1831;

(...) lançando-nos no vértice das paixões enfurecidas, das violências, e do esquecimento dos deveres públi-cos, a nossa sorte será a dos Estados que nos cercam, aonde sob o título de governo republicano se exerce o mais irracional despotismo (...). (Os grifos são nossos).

Sobre as ameaças de uma rebelião escrava, dentre vários artigos, leia-se Aurora Fluminense n° 519, de 19 de agosto de 1831.

(...) A insolência dos escravos, que se costuma designar com o nome de capadócius tem chegado ao auge no Rio de Janeiro. A este respeito nunca esteve pior a polícia da cidade: eles insultam já os brancos; e principalmente aos domingos e dias santos se acumulam nos cantos, e nos largos, aonde algumas de suas conversações são bem significativas (...). (os grifos são nossos).

28. Aurora Fluminense n° 49S de IS de junho de 1831.

DEMOCRACIA E ELITISMO NO 2º REINADO

Beatriz W. de Cerqueira LEITE

O termo democracia tem sido por vezes atribuído ao período monárquico brasileiro, especialmente ao 2º Reinado, haja vista, por exemplo, a obra de João Camilo de Oliveira Torres, *A Democracia Coroada*, cujo título a priori já insinua uma posição sobre o Império. A visão que qualifica de democracia o 2º Reinado é condizente com os trabalhos históricos que apresentam, ainda que indiretamente, uma valorização da Monarquia.

A idéia democrática foi ventilada por vários políticos brasileiros do século XIX, em momentos diversos, pois esses citaram estudos sobre democracia, como os de Locke, Montesquieu, Rousseau, ou trabalhos de publicistas europeus. 1

Pleiteando reformas, propondo mudanças institucionais, esforçando-se por conseguir um desenvolvimento econômico-social para o País, defendendo ou combatendo projetos, políticos do Parlamento deixaram, com freqüência, expressos seus anseios democráticos.

A independência do Cidadão (libertando-o da tutela da Igreja e do Estado), a abolição da escravatura, a ampliação do direito ao voto, a autonomia das províncias, a independência do Poder Judiciário, a reforma do recrutamento e da guarda nacional, o ensino livre, a liberdade de imprensa, a autonomia do parlamento, a defesa do imigrante, o casamento civil, o registro civil, a secularização dos cemitérios e a naturalização dos estrangeiros eram propostas defendidas por integrantes de ambos os partidos existentes no Império.

Zacarias de Goes, em 1850, afirmava enfaticamente: "o País quer reformas e precisa de democracia". 2 Saraiva, em 1870, denunciando o período "calamitoso" em que vivia, pleiteava "reforma eleitoral que trouxesse um aumento da influencia democrática".3 Em 1875, novamente discutindo a questão do voto, propunha o abaixamento do censo que prepararia a nação para o estado democrático 4 e Silveira Martins, na mesma ocasião, apontava a mudança eleitoral como a mais importante para a democratização do País. Otaviano, em 1877, queria "estimular o elemento popular e democrático" na luta das províncias contra o Centre. 5 Silveira da Mota, em 1883, declarava: "quero a democracia, a Monarquia federativa" e acrescentava "não sei ainda o que se pode esperar da República".6 Afonso Celso também apresentava suas idéias políticas - "o governo precisa ser da nação pela nação"?

A idéia democrática aparecia ainda por influencia estrangeira, do presidencialismo americano e do parlamentarismo europeu: inglês, francês e belga.

O senador Dantas referiu-se, em 1879, a impressão marcante que lhe ficou das inscrições que encontrou à entrada do Legislativo belga: "liberdade de culto, liberdade de ensino, liberdade de imprensa e liberdade de associação", que a seu ver resumiam um "governo livre e democrático".8

Profa. da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Assis.
LPH / Revista de História, 1:71-9,1990

A palavra democracia era empregada nas citações parlamentares genericamente, sem conotação especial.

Democracia, sem querer especialmente uma definição, representa governo do povo, soberania popular, regime político que se fundamenta nessa soberania e na distribuição equitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza em essência pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade. Como dissera Lincoln - "governo do povo, pelo povo e para o povo".⁹

A democracia moderna remonta às idéias de Locke no século XVII e ao pensamento filosófico do século XVIII, especialmente de Rousseau. Partindo do pensamento de que o estado natural representava dificuldades, lutas em que a própria sobrevivência era ameaçada, o homem aceitou submeter-se a um Poder coercitivo, mas que lhe assegurava o direito à vida e aos bens existenciais básicos.

O consentimento geral dos homens perante um poder livremente aceito criou o corpo político e essa aceitação por parte de suas livres vontades criou o governo legítimo. O poder é um depósito, um grau de confiança dado aos governantes em proveito do povo. Locke chamou este acordo de pacto social, termo que mais tarde Rousseau alterou para contrato social.¹⁰

Só o consentimento, pois, confere legitimidade ao Estado. Dessa forma, diz Mac-Iver "o governo torna-se agente e o povo o representado a quem deve prestar contas. A comunidade estabelece sua superioridade formal sobre o Estado".¹¹

O processo democrático é dirigido através de determinadas normas processuais: respeito ao direito alheio, moderação, tolerância, conciliação, etc. Na prática política, partidos, discutindo plataformas diferentes, apelam às urnas e através de eleições livres sufragam o nome que, tendo o apoio majoritário, ocupa o poder.

O domínio da maioria e aceito sem problemas, embora os direitos da minoria devam ser respeitados. A lei tem por obrigação proteger os que ficaram na oposição.

A vontade da maioria prevalece por um período de tempo limitado, findo a quais novas opções aparecem - outro processo eleitoral - a antiga minoria pode se constituir em domínio majoritário, provocando mudanças, mostrando assim a verdadeira característica da democracia, seu caráter dinâmico.

A lei superior a que o povo obedece, a lei Magna, a Constituição regula os direitos e as obrigações dos Cidadãos e no Brasil Monárquico essa lei foi a Carta Constitucional de 1824.

A Constituição Monárquica diz no seu 1º artigo, título I, que "O Império do Brasil e a associação política de todos os Cidadãos Brasileiros". A vontade nacional era expressa pelo conjunto do povo e do Soberano, já que o artigo 11 - título III especificava "os representantes da nação brasileira são o Imperador e a Assembléia Geral", ou como disse Nabuco de Araújo, "A Coroa e o Povo, a Imobilidade e o Progresso, a Ordem e a Liberdade".¹² A importância que se dava ao apoio popular na decisão política ficou clara através da opinião de Zacarias no Senado, em 1870: "ninguém nasceu com direito de governar um país, se o povo desse país não consentir".¹³

A Câmara Nacional eletiva e temporária era formada de políticos escolhidos por sufrágio indireto e mantidos por um período de quatro anos, após o quais outros nomes podiam ser sufragados para novas legislaturas.

A temporariedade da Instituição definia bem esse aspecto dinâmico e variável segundo os interesses e as opiniões de cada momento histórico. A intimidade com a vontade popular era ex-pressa no próprio cerimonial com que o Imperador abria a sessão solene do Parlamento Nacional a 3 de maio, e iniciava a Fala do Trono, dirigindo-se aos Augustos e Digníssimos representantes da Nação.

É preciso, no entanto, ver se a representação popular nas varias instituições do Império ou, mais especificamente, do 2º Reinado, tinha um caráter democrático.

Para as varias assembléias do Império, Conselhos Gerais de Províncias, depois Assembléias Provinciais, Câmara dos Deputados e Senado, as eleições faziam-se em dois turnos: os eleitores das paróquias elegiam os votantes das províncias. Votavam nas paróquias, no 1º escrutínio, os Cidadãos brasileiros maiores de 25 anos e considerados como aptos. 14 Excluídos do voto estavam os que não tinham renda líquida anual de 100\$ por bens de raiz, indústria e comercio.

Para constituir o colegiado do 2º escrutínio, isto é, para ser eleitor na província havia exigência de renda líquida anual de 200\$ por bens de raiz, indústria e comercio ou emprego. Para se candidatar a deputado 400\$ e 800\$ para senador. Restringia-se, pois, a cada câmara de maior destaque, o numero dos que podiam ser escolhidos. Além dessas exigências a indicação para o Senado estabelecia como obrigatoriedade: 40 anos de idade, saber, capacidade e virtude comprovadas, preferencialmente que já tivesse serviços prestados a pátria. Ainda a escolha para o Senado completava-se pela constituição de uma lista tríplice que era apresentada ao Imperador que escolhia um nome.

O processo eletivo do Império era, pois, limitado a um grupo favorecido por condições sócio-econômicas elevadas quer de natureza rural ou comercial-urbana. Não havia, pois, uma votação aberta a todo Cidadão brasileiro. E as várias reformas eleitorais pleiteadas e decretadas não alteraram jamais esse aspecto altamente seletivo.

A lei dos círculos, primeira grande reforma eleitoral do Império (1855), criou círculos ou distritos eleitorais de um só deputado. Foi elaborada durante a política de Conciliação e pretendeu combater a influencia grande do governo no processo eleitoral, impedir fraudes, dar ao eleitor oportunidade de maior contacto com o candidato, permitir melhor atendimento aos interesses locais.

A prática não mostrou o êxito esperado, e Saraiva, entre muitos outros deputados que a criticaram, observou: "o circulo de um só deputado em regime de eleição indireta é a representação mais brilhante do principio oligárquico em todos os pontos do Império e favoreceu assim o despotismo e a paixão". 15 Por tudo isso, foi pequena a duração dessa lei já alterada em 1860, com a ampliação dos círculos a três deputados e abandono da votação concomitante para deputados e suplentes. As grandes críticas feitas a esse tipo de eleição, a permanência de abusos e fraudes, a interferência extraordinária do Executivo no processo eleitoral provocou denunciaes graves. Em 1875 surgiu, para tentar solucionar o problema, a lei do terço ou a representação das minorias. Era man-

tida ainda a eleição indireta. Pretendia-se através da nova reforma assegurar a oposição, o direito a ter representantes na Câmara dos Deputados, combatendo-se, assim, as câmaras unânimes constituídas por cabala do Ministério, como "feituas do Gabinete" na linguagem parlamentar de então, A nova lei, porém, apresentava um caráter altamente aristocrático, com elevada exigência de censo.

A maior reforma eleitoral foi a de 1881 - a eleição direta. Estabeleceram-se novamente círculos de um só deputado, ficou regulada a questão das incompatibilidades políticas, tomaram-se medidas severas contra fraudes, deu-se o direito de voto a naturalizados libertos e a acatólicos, introduziu-se o título de eleitor e conseguiu-se um abaixamento do censo, de forma que todos os cidadãos brasileiros com rendimentos superiores a 200\$ anuais (provenientes de bens de raiz, indústria, comércio ou emprego) votassem. A reforma de 1881 não foi duradoura. Logo, vozes se solidarizaram contra ela, denunciando-se também como espoliadora do direito de voto do Cidadão, pois ela prejudicou os que tinham direito a votar nas eleições municipais e provinciais e que ficavam a margem por não possuir a renda de 200\$ agora fixada.

Outra alteração propunha-se em 1882, e uma pequena modificação da lei ocorreu em 1883, todavia, a maior reforma do 2º Reinado foi, de fato, a eleição direta em 1881.

Desse breve relate das leis eleitorais do Império, conclui-se que elas foram bastante cerceadoras, restritivas, não se podendo, por meio delas, bem auscultar a opinião pública, nem bem conhecer a sua verdadeira vontade.

Comparada com a população nacional de 9.900.000 habitantes, Cristiano Otoni observou, em 1882, que o corpo eleitoral era de 1,5% apenas¹⁶ e, em 1886, Afonso Celso categoricamente afirmava - "É um escárnio dizer-se que se rege pelo sistema representativo uma nação de 13 a 14 milhões de habitantes com apenas 15.000 eleitores. Impera uma oligarquia e diante da massa o eleitorado é de 1%".¹⁷

Continuava-se, então, nesses derradeiros anos do Império, a solicitar-se o "alargamento do eleitorado tirando-se o caráter aristocrático do voto".¹⁸ O pedido de ampliação do direito de votar era definido como "expressão da personalidade humana" - "Quem não vota - diz textualmente Ulhoa Cavalcante - não é livre, é tutelado. Todo homem que não é mendigo tem direito a votar e ele nunca estará totalmente apto ao voto se não exercer o direito de votar".¹⁹

A lei, já mostrara Jaguaribe, era injusta na medida em que "um voluntário da pátria, um oficial honorário" do exercito podia "morrer pela pátria, mas não votar por ela", pois sua renda era inferior ao estipulado legalmente.²⁰

A pequena participação do povo no processo eleitoral, o censo alto, a presença limitada de uma "classe media", as radicais posições dos partidos, tudo tolhia o processo político do Império tornando-o radicalmente diferente de um sistema democrático. Lembre-se a atuação do recrutamento, da guarda nacional freqüentemente chamada por ocasião de eleições, levando a prisão dos opositores políticos do partido no poder.

Nesse sentido, a comparação com o 2º Império francês era impossível, como bem observa Buarque de Holanda. O Império de Napoleão II constituía-se num regime liberal, mas com

traços democráticos, inclusive o sufrágio universal (masculino) e a monarquia de Pedro II tinha caracteres liberais (Abolição, por exemplo), mas era destituída de bases democráticas²¹

Conclui-se que a democracia referida no título desta comunicação constituía mais um anseio da inteligência política brasileira do que uma realidade institucional.

O 2º Reinado assentou-se numa base elitista, entendendo-se por elite um grupo favorecido que detém o poder representando os interesses de uma "classe". Segundo Pareto e Mosca, trata-se de uma minoria da população, unida por laços de parentesco, interesse e cultura e que tem, todavia, bastante diversificação e intenso grau de complexidade, como acrescenta Wright Mills²², ou como diz Bottomore, a elite política constitui-se de indivíduos que exercem o poder em uma dada sociedade. ²³ Mas não se pretendem definir ou explicar conceitos de elite segundo Pareto, Mosca, Mills, Lasswell, Bottomore ou Manheim. O que interessa é mostrar que o caráter elitista do 2º Reinado pode ser provado na base do próprio recrutamento das lideranças, pois a maioria dos que ascendiam politicamente tinham condições sócio-econômicas favoráveis provinham do meio rural desenvolvido, de antigos engenhos, de grandes fazendas de café", ou de um meio urbano médio, onde existiam atividades comerciais. Poucos vinham de meios muito modestos.

A Faculdade, a imprensa, os apoios, além do próprio ambiente doméstico, foram os estímulos para a ascensão dos candidatos e a escalada se fez passando pelo Judiciário, rumo aos cargos do Legislativo provincial. Da Presidência da Província foi que se lançaram a Câmara e ao Senado.

Dos 1.418 deputados que tomaram assento na Câmara, de 1842 a 1870, só 7,89% chegaram ao Senado no período de 1870 a 1889. Esta era a Câmara Vitalícia de grande prestígio no Império. Dos que para lá foram, 30% eram magistrados e 8,1% representavam profissões ligadas ao Direito, eram promotores, juizes, desembargadores. ²⁴

Do Parlamento faziam-se as escolhas para Presidente do Conselho e Gabinete. Assim, dos 219 ministros de 1882-1889, 174, ou seja, 79,5% haviam pertencido a Câmara Temporária e 121, 55,3% ao Senado. ²⁵ Dos 23 Presidentes do Conselho, desde a criação do cargo - 1847 até 1889 - 22 foram senadores e todos os deputados.

82,6% dos Conselheiros de Estado, recrutados do Parlamento e dos Gabinetes, provinham das províncias mais importantes: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

59,9% dos Conselheiros serviram as províncias como Presidentes mais de uma vez, 89,9% tinham pertencido a Câmara dos Deputados. 73,6% foram ministros, 6,9% Presidentes do Conselho, 65,3% senadores e 9,7% foram membros do Supremo Tribunal. ²⁶ Esses dados comprovam um critério seletivo rigoroso para os cargos mais elevados do Império. A Presidência do Conselho e o Conselho de Estado representavam o coroamento de uma escalada política vitoriosa e neles estavam às figuras de maior prestígio do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, então muito ligado aos demais poderes.

Os políticos que tinham acesso aos mais altos colegiados e a vários deles ao mesmo tempo constituíam um grupo de elite atuando num governo fortemente centralizado e burocrático, Representavam também a inteligência política do país que tudo decidia.

Se o 2º Reinado tinha essa caracterização elitista, em que consistia o aspecto democrático? Já que é inegável para a maioria dos teóricos a oposição entre a noção de elite e o conceito de democracia, embora Mosca e Pareto tentem, em certo sentido, uma conciliação.

A Democracia na medida em que valoriza o indivíduo, assegura-lhe também uma série de direitos: direito a vida, a liberdade de expressão, a reunião, a associação, etc., outorgado pela Constituição do Império e efetivamente permitido na prática.

Nas Assembléias, nas Câmaras do 2º Reinado, o direito de criticar o Imperador, a Coroa, o Poder Pessoal, a família real, as Instituições políticas, os homens que ocupavam o Poder sempre existiu e foi exercido também em artigos de jornal, em versos maliciosos, em caricaturas ferinas ou em charges ousadas.

Tones Homem, ministro e senador do Império, escreveu, quando jovem o *Libelo do Povo*, panfleto em que fez severas e mordazes acusações a família do Imperador, a dinastia de Bragança, - "estirpe sinistra a que Portugal deveu durante dois séculos o fatal declínio".²⁷

Muito reverente para com D. Pedro II, que descreveu de forma ridícula, foi o político conservador, depois deputado Ferreira Viana, em seu opúsculo *A Conferência dos Divinos*.²⁸

Críticas a "parcialidade" do Imperador, ao "Imperialismo", aparecem com Tavares Bastos em *A Situação e o Partido Liberal*? A obra que se refere aos acontecimentos de 1868.

Numerosas acusações ao Império e seu poder despótico foram ouvidas no Parlamento: "A Coroa (sic) tudo domina. Existe uma onipotência que tudo controla. O mal que se tem de combater é o absolutismo".³⁰ Na Câmara, Ferreira Viana, numa conhecida passagem faz referenda a D. Pedro II e seu reinado, dizendo: "quarenta anos de mentiras, de perfídias, de prepotência e usurpação. Príncipe Conspirador. Cesar Caricato".

A imprensa, com cores mais carregadas, publicou comentários exacerbados, tal como o da *Gazeta da Noite*, que veio a luz em 1875, através da nota intitulada *A Republica*, dizendo ser o governo de Pedro II, antes "perdulário", agora "mendigo", e merecedor ontem de "censura do povo", hoje de "compaixão". O rei é "incapaz" e a nação "não quer e não pode querer um governo de idiotas". "Proclamemos a Republica". Propunha um governo com nomes para as diferentes pastas.³¹

Alusões ferinas apareceram também com o Padre João Manuel de Carvalho, quando entre outras coisas, ao descrever a sessão da Fala do Trono se referiu ao cerimonial como "antiquado, anacrônico, enormemente ridículo e eminentemente irrisório".³²

Alem do Monarca e seu Poder Pessoal, foram alvos de exacerbadas críticas as instituições políticas e os homens do Poder, Ministros e Presidentes do Conselho.

O Senado e o Conselho de Estado foram considerados pela imprensa e pelos políticos liberais como "instrumento de um poder despótico, autoritário". O Senado como "filho da vontade Imperial", "corpo oligárquico", "Sibéria que não engorda a ninguém"³³ "reacionário", "instituição inútil".³⁴ O Conselho de Estado foi taxado de "antemural da monarquia", "respaldo do Poder Moderador" e tomou-se mal visto, no final do império, de forma que políticos houve como Zacarias e outros que já a ele não quiseram pertencer.

A Câmara dos Deputados como "feitura do governo" foi sempre criticada. Com ela os gabinetes, suas interferências no processo eleitoral, o domínio sobre o Judiciário e sobre o Presidente de Província, a quem concedeu o direito de impor a vontade através da guarda nacional e do recrutamento. A violência do centralismo, a falta de autonomia das províncias, os abusos de poder nas várias esferas, a anarquia e fraude nos processos eleitorais sempre foram apresentados e discutidos amplamente, quer sob a égide de governos liberais ou de conservadores. Não é preciso sequer documentar tais referências que são constantemente encontradas nas páginas dos Anais do Parlamento do 2º Império.

As críticas as lideranças políticas também foram freqüentes. Referindo-se aos ministros, em 1886, o Barão de Mamoré observava que "a educação política e de tal nível que cada ministro tem obrigação de demonstrar tudo, provar tudo para ser acreditado"³⁵ Silveira Martins criticando Martinho Prado, então no governo, dizia no Senado - "o que esperar de um país em que o Presidente do Conselho faz sua política na base de mexericos e não duvida fazer uso de um dicionário cassange empregando até (no Senado) frases de senzala. Tudo isso demonstra a paixão que rege o presidente do Conselho e o terror de ir para a vala comum. Não tenha, porém, V. Excia., esse medo, porque não será enterrado. O Presidente do Conselho será empalhado e posto em um museu."³⁶

Versos, quadrinhas foram freqüentemente usados para satirizar uma situação. A Gazeta da Tarde publicou alguns, atribuídos a Bilac ou Alberto de Oliveira, em que se glosava o cacoete do Imperador - "já sei – já sei".³⁷

Charges apareceram especialmente na Revista Ilustrada. Há certamente que distinguir entre as críticas de artigos, questionando, por exemplo: o Senado, o Conselho de Estado ou o Poder Moderador e os versinhos maliciosos e as charges que mais brincavam, ridicularizava uma situação.

Entre as charges, a Revista Ilustrada apresenta uma bastante conhecida, mostrando o Imperador em seu traje de gala: manto, cetro e coroa, no momento em que devia ler a Fala do Trono, sendo empurrado por Dantas, Presidente do Conselho que se encontrava atrás do Trono, inclinando-o para que D. Pedro caísse. A charge pretendia mostrar que a

Fala do Trono, pela do Gabinete Dantas, abalara a Coroa.³⁸

Outra mostrava D. Pedro travestido de mulher, brincando com o Brasil (burrinho) e Lafayette, Presidente do Conselho, cavalcando um cavalo de pau que simbolizava o Parlamento. O capuz que ele usava representava a imprensa que o acobertava e o rabo de papel era o manifesto republicano de 1870.³⁹

Para mostrar o aspecto beato da Imperatriz, outra charge a apresentava de pés descalços, varrendo uma Igreja sob os olhos benevolentes de um frei.⁴⁰

Caricaturas de O Cabrião desenhavam Zacarias, então Presidente do Conselho e seu ministro Fernandes Torres, atrás de um balcão vendendo títulos de nobreza e condecorações, sob as vistas do Imperador. No alto, a legenda - Vendas a dinheiro.⁴¹ Esse fato particularizava um momento do 3º Gabinete Zacarias, quando pressionado pela Guerra do Paraguai e precisando de re-cursos, o governo se dispôs à concessão de títulos de nobreza. O Ministério foi então muito atacado

e Zacarias de Goes respondendo a Cotegipe disse textualmente: "V. Excia. sabe se não e com a maior repugnância que o Governo usa esse recurso, pela necessidade". Apresentou a seguir as razões da medida adotada. 42 Outra charge referindo-se a mesma questão tem como fundos comendadores desfilando diante do Imperador e doando escravos que vão se tornando soldados para a guerra, enquanto os doadores se tornam barões.⁴³

As críticas, os versos, as charges sempre foram permitidos. De fato o Imperador quis passar a imagem para a nação e o mundo de um monarca aberto, liberal, democrata, mais amante da leitura, das discussões intelectuais do que do Poder.

O Imperador permitia censuras e se mostrava superior a elas. Enfraqueceu-as, inclusive, chamando um Torres Homem (Timandro) ao seu convívio, tornando-o senador e ministro do Império, concordando que um Ferreira Viana se tornasse ministro do "Cesar Caricato" e que Lafayette, assinante do Manifesto Republicano de 1870, fosse ministro da Coroa, etc.

Mas as críticas não eram um direito de qualquer pessoa, eram um privilegio dos que tinham direito, dos que podiam ter acesso a Imprensa e ao Parlamento, logo, uma parcela minoritária da população.

Nabuco de Araujo disse em 1862, no Senado, "nós temos muita liberdade de falar e escrever, mas o Cidadão brasileiro que não tem proteção é um ente desgraçado, pode ser preso por qualquer motivo e detido na prisão até morrer".⁴⁴

As críticas ao Imperador, as Instituições partiram muitas vezes de adversários de ocasião. Liberais fizeram críticas que na oposição não podiam fazer, mas que tranquilamente executariam contra os adversários políticos conservadores. E, nessas disputas, ambos agiram contra a Centralização e a Coroa. As denúncias não são de um grupo social contra outro. Nelas não havia um caráter ideológico de luta de classes. Essas críticas eram feitas entre elementos provenientes da mesma elite política, do mesmo grupo sócio-econômico e cultural, a que o homem modesto ascendia em condições especiais. A abertura democrática - usando a expressão de hoje - estava ligada a uma condição elitista.

A democracia no 2º Reinado estava desta forma, restrita a liberdade de expressão na Imprensa e no Parlamento, mas, ainda assim, condicionada a um grupo de elite que, com o Imperador, realmente coordenou o Poder no 2º Reinado.

Notas

1. São freqüentes citações a respeito nos Anais do Parlamento do Império,
2. Anais da Câmara dos Deputados (ACD), 18/07/1850, p. 205.
3. Anais do Senado do Império (ASI), 22/07/1870, p. 203.
4. ASI, 11/08/1875, p. 162.
5. ASI, 04/07/1877, p. 20.
6. ASI, 19/07/1883, p. 121.
7. ACD, 24/01/1879, p. 112.
8. Idem, ibidem.
9. Speech et Bloomington, Illinois, 26/09A854, Apud. OIRISTENSON, R. e outros - Ideologias e Política Moderna. São Paulo: Ibrasa, 1974, p. 239.

10. TOUCHARD, Jean - História das Idéias Políticas. Lisboa: Publ. Europa America, Gráfica Telles da Silva, 1970, V. 4, p. 32.
11. CHRISTENSON, R. e outros - Ideologias e Política Moderna. p. 227.
12. ASI, 20/05/1862, p. 37,
13. ASI, 24/08/1870, p. 173.
14. Votavam os ingênuos e libertos, filhos de pai brasileiro nascido no exterior ou no Brasil, os nascidos em Portugal ou em Possessões, mas residentes no Brasil na época da Independência e os estrangeiros naturalizados. Constituição de 1824 - artigo 6 - título II, p. 4. In: Constituições do Brasil, 5ª edição. SP: Saraiva, 1967.
15. ACD, 19/06/1860, p. 231.
16. ASI, 16/08/1882, p. 258.
17. ASI, 11/06/1886, p. 111.
18. ASI, 10/09/1883, p. 485.
19. ASI, 19/06/1886, p. 193.
20. ASI, 11/08/1882, p. 221.
21. HOLANDA, Sérgio Buarque de - O Brasil Monárquico - Do Império a República, tomo II, V. 52. Difusão Européia do Livro, 1972, p. 76. (História Geral da Corte Brasileira).
22. ROCHER, Guy - Sociologia Geral. Lisboa: Presença, 1971, p. 17.
23. BOTTOMORE, T. B. - As Elites e a Sociedade. Rio: Zahar, 1965, p. 15.
24. CERQUEIRA LEITE, B. A Escalada Política no 2º Reinado: análise de algumas lideranças. Rev. História (Universidade Estadual Paulista), SP, 1986/7, 5/6:54.
25. Idem, p. 56.
26. Idem, p. 58.
27. MAGALHAES JR., Raimundo – Três panfletários do 2º Reinado. SP. National, 1956, p. 67 (Brasiliense, 287).
28. Idem, p. 266-275.
29. BASTOS, Tavares - A Situação e o Partido Liberal. Rio de Janeiro, 1872.
30. ASI, 26/06/1874, p. 368 - discurso de Silveira da Mota.
31. MAGALHAES JR. - O Império em chinelos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957, p. 92.
32. MAGALHAES JR. - op. cit., p. 96.
33. ASI, 11/07/1888, p. 101, discurso de Silveira Martins.
34. ASI, 18/05/1880, p. 508, discurso de Saraiva em que se referiu a essa acusação.
35. ASI, 20/05/1886, p. 115.
36. ASI, 24/05/1882, p. 34.
37. MAGALHAES JR. - op. cit., p. 88.
38. Idem, p. 13.
39. Idem, p. 92.
40. Idem, p. 93.
41. Idem, p. 12.
42. ASI, 22/06/1867, p. 10.
43. MAGALHAES Jr. - op. cit, p, 28.
44. ASI, 20/05/1862, p. 50.

A ÚLTIMA FUGA: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888)

Renato Pinto VENANCIO*

"O Suicídio é uma forma de resistência (escrava) a cultura do branco, e é a forma mais apreciada pelos fracos; foge-se ao contato do opressor refugiando-se na morte." (Roger Bastide)

De uma maneira geral a historiografia brasileira tem visto no suicídio um recurso, paralelamente as fugas aos quilombos e a criminalidade, utilizado contra a opressão e desumanidade do sistema escravista.

Talvez nenhum outro tema tenha unido interpretes de origens tão distintas no reconhecimento da trágica situação que o cativo impunha a milhares de homens e mulheres de origem africana.

Gilberto Freyre, por exemplo, conhecido por sua visão benevolente do tratamento dispensado pelos senhores em relação aos escravos, reconheceu na última página de Casa Grande e Senzala que não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando, envenenando-se com ervas e postagens dos mandingueiros. 1

Palavras não muito distintas destas lemos em Alípio Goulart, autor sabidamente contrário as interpretações de G. Freyre e que sempre procurou realçar a desumanidade intrínseca da sociedade escravista.

Afirma A. Goulart:

“O suicídio foi o mais trágico recurso de que se valeu o negro escravo, para fugir aos rigores do regime que o oprimia - excesso de trabalho, maus tratos, humilhações, e, em muitos casos, para eliminar juntamente com a própria vida, o banzo, isto é, aquela irreprimível saudade da pátria distante, para sempre fisicamente perdida à qual só tornaria a voltar graças ao processo de ressurreição, como acreditava...”²

Embora essas colocações sejam aceitas e constantemente reafirmadas pela historiografia, permanece uma grande lacuna em relação a trabalhos empíricos sobre o suicídio de escravos. 3

* Professor do Departamento de História (UFOP) Pesquisador do CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (USP)
LPH / Revista de História, 1:80-9.1990

Neste estudo procuramos nos basear em fontes quantitativas, relegando para segundo plano as impressões e depoimentos de viajantes⁴ e buscamos avaliar criticamente o impacto do declínio da escravidão no índice geral de suicídios da população carioca. Desde já, porém, gostaríamos de chamar atenção para o caráter provisório dessa avaliação dado a ausência de pesquisas sobre o tema e devido às restritas dimensões espaciais e temporais que esta análise abrange: a cidade do Rio de Janeiro no período de desestruturação do sistema escravista.

Fontes para o estudo do suicídio de escravos

As fontes para o estudo do suicídio no Rio de Janeiro no século XIX caracterizam-se pela fragmentação e descontinuidade. Em nosso levantamento, que está longe de ser exaustivo, investigamos tipos variados de registros: atas de óbitos, periódicos, teses de medicina e estudos de direito.

Os registros paroquiais são, sem dúvida, o testemunho mais falho em relação ao suicídio e à própria mortalidade dos escravos. O Rio de Janeiro do período estudado era composto por dezoito paróquias, dez urbanas e oito rurais. Desse conjunto, levantamos os livros das paróquias urbanas de Candelária e São José e os das paróquias rurais de Campo Grande e Jacarepaguá. Os resultados encontrados são decepcionantes: inexistem informações sobre suicídios nas atas de óbitos e, a partir de 1851, com a criação dos cemitérios públicos, nos registros de óbitos, principalmente nos das paróquias urbanas, há uma demonstrada queda de qualidade, o que inviabiliza até mesmo o cálculo de taxas brutas de mortalidade.⁶

As notícias de suicídio através da imprensa também não apresentam dados para estudo. A análise do Jornal do Comércio nos anos de 1871 e 1872 mostrou que a morte voluntária só era noticiada quando apresentava um caráter excepcional. Mais que registrar o cotidiano dos suicídios, a imprensa carioca voltava-se para o perfil espetacular das mortes voluntárias: duquesas francesas que se lançavam em rios ou pulavam de torres tinham muito mais espaço no noticiário que as anônimas mortes de escravos.⁷

Os discursos e teses de médicos são referências obrigatórias a todos aqueles interessados no estudo do suicídio no Rio de Janeiro do século XIX. Esse material, porém, da mesma forma que os jornais, é um registro fundamental para o estudo das mentalidades da elite carioca, mas carece de dados empíricos. Nesses trabalhos só são retratados os suicídios das minorias cultas da sociedade carioca, como fica claro no texto do médico Nicolau Moreira que, em 1867, defendeu um curioso ponto de vista para explicar o crescimento do número de mortes voluntárias no Brasil e no Mundo:

“Juntai agora ao eu humano ensoberbecido por suas conquistas materiais o poderoso auxílio dos licenciosos dramas de escola moderna e dessa leviana literatura romântica, em cujas páginas Rousseau, Goethe, Chateaubriand, Lamartine e outros proclamam o enojo da vida... e compreenderéis facilmente como os membros das sociedades modernas (...) se deixam apoderar pelo desespero e

almejam a morte, como um termo fatal e consolador de todos os sofrimentos que os oprimem.”⁸

Idéias como essas são defendidas em outros trabalhos de médicos, ⁹ o que mostra ex-tremo elitismo e falta de rigor científico nas teses médico-filosóficas do século passado.¹⁰

Quadro bem diferente é encontrado nas dissertações de direito. Isso ocorria em função de pelo menos dois fatores. Por um lado, os juristas sempre tiveram interesse em estudar o suicídio, pois tal ato envolvia a delicada questão de transmissão de bens, por outro, em algumas áreas dos cursos de direito, como na de criminologia, houve durante o final do século XIX uma enorme penetração do ideário positivista, o que certamente aumentava nesses setores a preocupação com estudos empíricos. Esse foi, sem dúvida, o caso da pesquisa de Francisco Jose Viveiros de Castro, professor de Direito Criminal, que levantou cuidadosamente o número de suicídios cariocas ocorridos entre 1870 e 1890, para depois então procurar explicar o fenômeno.

Viveiros de Castro inicia a pesquisa definindo os pressupostos teóricos da análise do suicídio, chamando a atenção para a seguinte questão:

a proporção que a civilização se propaga e se acentua, quatro cousas aumentam e desenvolvem-se com ela: 1° o numero de alienados; 2° o número de crimes; 3° o consumo de álcool; 4° o número de suicídios.¹¹

A morte voluntária sob esse ponto de vista, não e resultado da nefasta influência da Literatura romântica, como lemos nas teses médico-filosóficas, mas sim fruto do incremento da "anomia" das sociedades modernas. Dando prosseguimento a apresentação de seus pressupostos, o ilustre professor afirma: "a raça branca (...) é a que dá ao suicídio o contingente mais considerável" e "do ponto de vista da religiosidade observa-se que os católicos dão mais forte contingente para o homicídio e os protestantes para o suicídio".¹²

Por mais questionáveis que sejam essas colocações, elas revelam uma preocupação sociológica na interpretação do suicídio, perspectiva rara entre os acadêmicos do Rio oitocentista.

Desta forma, Viveiros de Castro efetua um levantamento minucioso dos suicídios cariocas, fazendo questão de indicar a fonte por ele utilizada: "somente os relatórios dos chefes de policia aos ministros da justiça referem os suicídios ocorridos em cada ano".¹³ A conclusão de Viveiros de Castro é a de que os dados fornecidos pelos relatórios são bastante grosseiros, o que impossibilitava análises finas, mas mesmo assim foi possível constatar que "o suicídio não é ainda um flagelo na nossa sociedade".

No tópico abaixo vamos questionar essa afirmação, chamando atenção para o fato de ela ser de 1894, época em que o sistema escravista já não existia mais.

O Suicídio de escravos

Os índices de mortes voluntárias de escravos, como todas as percentagens demográficas, significam pouca coisa quando apresentados isoladamente sem uma perspectiva comparativa. Na Tabela I, vemos que o índice de suicídios no Rio de Janeiro variava de maneira drástica no interior do conjunto da população. O índice de suicídio de escravos era, em termos relativos, quase

que o dobro do percentual encontrado entre os livres. Uma comparação mais ampla mostra que esses dois índices não estavam muito distantes das taxas européias. 14 Mesmo sendo uma tabela imperfeita, por comparar níveis regionais com nacionais, podemos afirmar a partir dela que o percentual de mortes voluntárias no Rio de Janeiro não era radicalmente diferente do existente em países europeus.

Tais índices, porém não eram fixos, apresentando um enorme dinamismo. No Gráfico I indicamos as mudanças no número de suicídios cariocas ao longo do tempo. Como podemos observar, a realidade apontada na Tabela I sofreu uma mudança radical no decorrer de um curto espaço de tempo. O suicídio de escravos foi diminuindo ao longo do período de 1870 a 1888, ao mesmo tempo em que o número de suicídios de pessoas livres aumentou numa impressionante correlação com o crescimento do custo de vida.

Esse Gráfico sugere que as dificuldades econômicas e o suicídio eram fenômenos correlatos para a população livre, não por uma ligação simplista e mecânica entre miséria e suicídio, mas, como bem observou Viveiros de Castro, pelos problemas subjetivos e objetivos que acompanhavam a penúria: lares desfeitos, álcool consumido até o estágio psicótico, sofrimentos e apreensões de toda ordem.

A análise dos dados mostrou que a propensão ao suicídio entre os cativos era algo sujeito a grandes variações no período de desestruturação do sistema escravista.⁵ O Gráfico II reforça essa idéia, mostrando que os escravos não ficavam inertes perante a perspectiva de libertação. O movimento de alforrias e as ocorrências de suicídios apresentavam um comportamento antagônico. A percepção do fim do cativo tinha como podemos perceber através do Gráfico II, uma influência marcante sobre a atitude dos escravos perante a vida e a morte.

A análise da justificação do suicídio, apesar de falseada pelos depoimentos e interpretações de senhores e delegados, revela mais uma vez a intervenção do escravo diante de situações que lhe eram impostas. Na Tabela II, enumeramos as causas do suicídio e das tentativas de se matar entre os escravos cariocas. Por razões óbvias, a causa do suicídio era constantemente ocultada, mas mesmo assim os números mostram que de 25 a 35% dos senhores e delegados reconheciam nos suicídios um paliativo contra os maus tratos e castigos. Ao invés de alegar o "banzo" que tanto impressionava os viajantes, a elite escravocrata via na violência a principal causa de suicídios de escravos.

A Tabela II revela também um aspecto inédito do mundo dos escravos: em média 10 a 12% dos suicídios e tentativas de suicídios entre os cativos eram causados pelo temor a venda. Nesse ponto, é bom lembrar que a venda para outro senhor era, por vezes, utilizado como uma forma de castigo. A mudança de proprietário, além de desestruturar as relações de convívio do escravo, podia significar sua transferência do meio urbano - área em que os cativos, não raramente, conseguiam pequenos ganhos em serviços extras e gozavam de maior independência de movimentação - para as regiões de plantation, onde deveriam ficar submetidos a uma dura faina diária, trabalhando de sol a sol, sob o olhar exigente do feitor.¹⁶

Em uma perspectiva global, o número de suicídios no conjunto da população carioca entre 1871-1872 foi de 61 casos. Nos anos de 1888 e 1890 esse número caiu para 56 ocorrências.

Diminuição ainda mais expressiva quando lembramos que durante o citado período, a população da cidade do Rio de Janeiro praticamente dobrou, crescendo de 274.972 indivíduos em 1872 para 522.651 pessoas em 1890.¹⁷

Nossa análise confirma dessa maneira que com o fim da escravidão houve uma diminuição nos níveis globais de suicídios no conjunto da população carioca.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para algumas lacunas presentes em nosso estudo: Qual era a proporção de suicídios por sexo entre escravos? ; Quais eram os meios por eles utilizados? ; Quais eram as relações entre etnia e suicídio?

Mesmo sem dispor de dados para responder a essas questões, cremos ter indicado novos caminhos para a pesquisa de um importante aspecto de escravidão. Talvez um dia possamos reconstituir o drama pessoal que levava os cativos individualmente a última fuga, gesto que adquire dimensões ainda mais dramáticas quando lembramos as palavras de Câmara Cascudo em relação à morte não sacramentada na cultura popular do Brasil de outrora: "O Inferno era o destino daqueles que não sabiam morrer".¹⁸

Notas

1. GOULART FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. 18 ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1972, p. 464.
2. , J. A. Da Fuga ao Suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: MEC/Conquista, 1972, p. 123. Ver também: LIMA, L. L. G. Rebeldia Negra e Abolicionismo. Rio de Janeiro: ACHIAME, 1981, p. 39. Paia uma interpretação psicanalista do suicídio de escravos, ver: ETZEL, E. Escravidão Negra e Branca: o passado através do presente. São Paulo: Global, 1976, p. 133-142. O banzo associado ao suicídio também foi interpretado a luz da psiquiatria como um comportamento patológico ligado a demência e a esquizofrenia, ver: SATTAMINI-DUARTE, D. "Contribuição ao estudo clínico-histórico do banzo". In: Revista Fluminense de Medicina. 1951, p. 1-28.
3. Nos 994 Títulos que Robert Conrad levantou no seu Brazilian Slavery: an annotated research bibliography, Boston, Library of Congress, 1977, não há referencias a monografias específicas sobre o suicídio de escravos.
4. Um resumo dos relatos de viajantes sobre o suicídio de escravos se encontra em: BASTIDE, R. As Religiões Africanas no Brasil. 1º vol., São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1971, p. 118-120.
5. A relação entre suicídio e Igreja Católica é muito curiosa, Como bem percebeu o filósofo ingles David Hume em seu Essay on Suicide publicado pela primeira vez em 1789 (utilizei a versão francesa: "Du Suicide" in: L'Histoire Naturelle de la Religion. Paris: Libr. Philosophique, 1971, p. 115-125), nem o Velho nem a Novo Testamento proibem explicita-mente o suicídio: os suicídios de Sansão e do Rei Saul, por exemplo, não só condenados no texto bíblico. A conde-nação e sua equiparação ao assassino só aconteceu em 452 D.C., no Concilio de Arles. Durante a Idade Media, época em que vários movimentos religiosos, como o dos cátaros ou o dos albigenses propuseram o suicídio coletivo, a Igreja passou a equiparar o suicida ao herege, proibindo terminantemente que tais pessoas fossem enterradas em cemitérios. Ao invés disso, deviam ser abandonadas nos campos e caminhos, sem mortalha ou registro cristão, em da-nação eterna, ver: SCHIMMITT, J. Cl. "Le suicide au moyen Age". In: Aimales Ec. Soc. Gv., 1976, p. 01-25.
6. Em função das constantes epidemias que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, o governo imperial proibiu OS enterros em cemitérios das irmandades com sede no meio urbano. A partir de 1851 todos os enterros deveriam ser feitos nos cemitérios públicos de São Francisco Xavier e São João Batista da Lagoa. Esses campos santos estavam sujeitos a admi-

nistração da Santa Casa de Misericórdia, que fazia um "guia de óbito", ou seja, um registro sumário do indivíduo que faleceu. Com o passar do tempo os guias de óbitos passaram a substituir as atas paroquiais de óbitos,

7. Essa pesquisa merece ser ampliada, pois é possível que com o crescimento do movimento abolicionista os suicídios de escravos tenham ganhado notoriedade.

8. MOREIRA, N. J. Considerações Gerais sobre o Suicídio. Rio de Janeiro: Progresso, 1867, p. 6.

9. Como por exemplo: TORRES, B. J. R. Dissertação médico-philosófica sobre as causas e sede do suicídio. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1843 ou então: ARAUJO, P. A. N. Suicídio, tese sustentada no Gynnasio Academico. Rio de Janeiro: Typ.de Fernando Ribeiro, 1883.

10. Esses trabalhos defendem os mesmos pontos de vista da literatura. Na história "A Mão e a Luva" (1874), Machado de Assis aborda a questão do suicídio por amor, sugerindo que os romances podiam induzir a tal pratica: "mas que pretende fazer agora? -Morrer(...)

0 rapaz acertara de abrir uma pagina de Werther: leu meia dúzia de linhas, e o acesso voltou mais forte que nunca".

MACHADO DE ASSIS. A Mão e a Luva. São Paulo: Ática, 1980. p. 1 a 3.

11. CASTRO, F. J. V. O Suicídio na capital federal, estatística de 1870 a 1890. Rio de Janeiro: Imp. National, 1894 p. 4.

12. Idem, p. 7.

13. Idem, p. 8. Esses relatórios se encontram microfilmados na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, sendo fonte valiosa para o estudo da criminalidade e mortalidade da população livre e escrava.

14. Os índices citados nessa tabela são bastante relativos. Basta indicar que em Paris e arredores o índice de suicídios era de aproximadamente 40 por 100 mil habitantes enquanto a taxa nacional francesa de suicídios era de apenas 15 por 100 mil. Ver: DURKHEIM, E. O Suicídio. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 46.

15. Em 1864 a população escrava do Rio de Janeiro era de 100.000 cativos, no ano de 1887 esse numero era de apenas 7.488 escravos, ver: CONRAD, R, Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978, p. 346.

16. Para uma análise das especificidades da escravidão urbana no Rio de Janeiro, ver: ALGRANT!, L. M. O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro - 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988; SILVA, M. R. N. Negro na Rua: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, 1988; SOARES, L. C. "Urban Slavery in Die NineleanA-Century Rio de Janeiro", Tese de Doutorado. University College London, 1988; KARASCH, M. C. "Slave Life in Rio de Janeiro 1808-1850", Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 1972.

17. ABREU, M. A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987, p. 54. O crescimento da população carioca foi causado principalmente pela chegada de imigrantes europeus. Joel Serrão calculou que na década de 1870, cerca de 9.000 Portugueses desembarcavam anualmente no porto do Rio de Janeiro. SERRAO, J. A. A Emi-grac,ao portuguesa. Lisboa: Livres Horizontes, 1982, p. 44.

18. CASCUDO, C. "O Morto Brasileiro". In: Tradição, Ciência do Povo. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 104. Para uma análise

de importância dos rituais fúnebres entre os africanos, ver: FREYRE, G. Em torno de alguns túmulos afro-cristãos, Salvador: U.F.B., 1959.

TABELA I

Índices de Suicídio por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro e Europa

	Pop. Livre	Pop. Escrava
Rio de Janeiro (1871 a 1874)	10,1	17,7
Itália (1871 a 1875)	3,5	-
Bélgica (1871 a 1875)	6,9	-
Inglaterra (1871 a 1875)	6,6	-
Noruega (1871 a 1875)	7,3	-
Áustria (1871 a 1875)	9,4	-
França (1871 a 1875)	15,0	-
Dinamarca	25,8	-

FONTE

- CASTRO, F. J. V. O Suicídio na capital federal, estatística de 1870 a 1890, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1894, p. 13-49.
- DURKHEIM, E. O Suicídio. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 22.

ASPECTOS DA AÇÃO DO DIP: a divulgação da censura e a censura da divulgação

*Heloisa Helena de JESUS PAULO**

1. A importância de um achado: fragmentos de uma história

O pesquisador, quando se propõe a realizar uma atividade, em especial o historiador, tem sensação de prazer quando encontra farto material a sua disposição. E como haver um mundo de informações a espera de alguém que o ordene e, assim fazendo, traga a tona todo um complexo de realidades até então não reveladas.

Ao trabalhar com determinados períodos ou objetos da nossa História, porém, a impressão pode ser bem outra: estar como um detetive chamado para investigar assassinato do qual não se tem o corpo da vítima ou, para usar uma imagem mais próxima, como um arqueólogo, meio desesperado e perdido, diante de milhares de fragmentos de cerâmica achados num sambaqui a beira de uma rodovia. E essa a sensação que se tem ao tentar remexer no passado do mais famoso e "misterioso" órgão do Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda.

O DIP talvez seja o detentor da mais elevada taxa de desaparecimentos da história da ditadura de Vargas. Número maior - quem sabe? - do que o daqueles que se opuseram ao regime e sumiram após atravessar os portões do Frei Caneca². Dos arquivos de suas cinco divisões e dos dez mil volumes de sua biblioteca, 3 só nos restam alguns livros de ponto, além de parte da correspondência expedida pelo órgão reunida no Arquivo Nacional e de uns poucos volumes das obras publicadas, dispersos na Biblioteca Nacional.

Nossa intenção, no momento, volta-se para o material existente no Arquivo Nacional. Deixada de lado por bom tempo, essa documentação foi liberada para pesquisa após a catalogação, feita entre novembro de 1983 e abril de 1984.

Para quem esperava encontrar grande quantidade de documentos, esse acervo constitui uma decepção. Para quem já se aventurou por essas bandas da história, no entanto, e mais um dado, uma peça num imenso quebra-cabeça.

Composto, basicamente, de relações de funcionários, livros de ponto, ofícios do seu Diretor Geral e recortes do Diário Oficial, ela revela alguns pontos da dinâmica interna do DIP e do relacionamento com outros órgãos do regime.

O trabalho com esta documentação, entretanto, ultrapassa os limites da pesquisa e beira a investigação arqueológica. Exige articulação com todo um conjunto de dados dispersos, em publicações de época e depoimentos. Da mesma forma que no trabalho do arqueólogo, existem lacunas por falta de material disponível.

A ausência de grande número de ofícios entre os que constam da documentação levantada constitui ponto de interrogação sobre o conteúdo dos mesmos e seu possível destino. Lacunas

* Professora do Departamento de História da UFOP
LPH / Revista de História, 1:90-104, 1990

como essas, porém, ao invés de representar barreiras, acabam transformando-se em desafios interessantes para o pesquisador.

No presente trabalho, procuramos levantar alguns dados com relação à ação efetiva da censura, usando parte da correspondência expedida e recebida⁴, inquéritos administrativos⁵ e informações obtidas nas publicações da época⁶, tendo por objetivo traçar uma imagem, ainda que inacabada, da tarefa de controle e dos parâmetros que ordenavam a conduta do DIP. Para isso, dividimos nossa exposição em três partes. A primeira trata do funcionamento do órgão. A seguir, temos outra, que aborda a problemática da censura. Por fim, a última parte, em vez de apresentar conclusões definitivas, propõe abordar as questões surgidas no curso da análise.

2.0 DIP e a ação da censura

2.1. As fontes legais da censura

O Estado Novo possui dois textos-base legais que regulam a censura no país. Um deles é a própria Constituição de 1937. O outro, o corpo de leis que dispõe sobre a criação e o regulamento do DIP e suas divisões⁷.

No texto constitucional, o Artigo 122, em seu número 15, determina os chamados "limites" da manifestação de pensamento. Entre os dez itens que regulam esse exercício limitado de liberdade de expressão, há instrumentos valiosos para a ação repressiva do DIP.

Assim, o Cidadão não podia manifestar qualquer idéia contrária aos ideais de "paz, ordem e segurança pública", "moralidade e bons costumes", "interesse público, bem-estar do povo e segurança do Estado"⁸, postulados pelo regime. Tais conceitos, porém, são muito amplos e dão margem a interpretações múltiplas e diferenciadas. Podemos, no entanto, a partir do próprio texto constitucional, montar uma rede de relações que sirva para a identificação de alguns deles. Por exemplo: noções como as de moralidade e bons costumes acham-se vinculadas as de "família, constituída pelo casamento indissolúvel"⁹, de religiosidade, confirmada no reconhecimento do ensino religioso¹⁰ e a de condenação da usura¹¹ e daqueles que não reconheciam no trabalho "um dever social"¹², sendo, portanto, excluídos do exercício pleno da cidadania¹³. Como a noção de trabalho permeia todo o discurso veiculado pelo regime, a ela se vinculam definições como as de "paz, ordem e segurança pública". O universo ordenado que nos sugere o Estado Novo é marcado pela regulamentação da pena de morte para aqueles que tentarem "subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da ditadura de uma classe social"¹⁴; pela condenação da "greve e do lock-out" como "recursos anti-sociais"¹⁵; pela "defesa da propriedade"¹⁶; pela regulamentação da participação de estrangeiros na vida nacional¹⁷ e, por fim, pela obrigatoriedade da "educação física e do ensino cívico", responsáveis pela continuidade futura desta "ordem"¹⁸.

Por outro lado, as ameaças a esse todo estão sempre localizadas de forma externa. A assimilação da noção de "perigo" ao não-nacional encontra-se presente no discurso estado-novista de forma incisiva. Assim, a Carta de 1937 está explícita nos artigos que regulam a participação de estrangeiros em empresas nacionais. Como portadores de uma espécie de vírus desagregador que

podia vir a contaminar toda a sociedade, sua presença junto aos veículos de comunicação é expressamente proibida na letra g, do mesmo artigo, que regula a expressão no país.

O Estado, ao regular e definir a função da Imprensa, fechava o cerco aos meios de comunicação através do texto constitucional. Na proibição do anonimato, na obrigatoriedade da publicação dos comunicados do governo, na possibilidade de enquadramento de jornalistas e diretores de órgãos de divulgação como "elementos nocivos a sociedade"¹⁹, vê-se a possibilidade de transformação do exercício da comunicação num ato de "imoralidade"²⁰

No que tange aos decretos especificamente destinados ao DIP, os aspectos da transgressão dos padrões impostos pela censura ganham força com a formalização das penas.

Além disso, o "fazer censura", uma das funções mestras do órgão, não devia se restringir a interdição de "livros que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra moral". Seu trabalho, nesse sentido, devia ser o de "combater por todos os meios a penetração ou disseminação de qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da idéia nacional".²¹ Essas competências encontravam-se efetivadas na prática de controle exercida pelas divisões do Departamento, ou seja, de Divulgação, de Imprensa, de Cinema e Teatro e de Rádio-Difusão²²

Entretanto a faculdade de os periódicos publicarem artigos notícias e comentários sem censura previa era mantida, assim como não era obrigatória a indicação dos seus autores. Como na Constituição, porém, existe um artigo que proíbe o anonimato, os nomes dos responsáveis por tais textos deviam ser declarados a autoridade pública, quando feita a exigência²³. De igual forma, esses e os demais profissionais do jornalismo eram obrigados a ter um registro no DIP. Um passo em falso, um comentário fora do esquema traçado pelo órgão podia levar a suspensão temporária ou a cassação definitiva da sua habilitação oficial para o exercício profissional. Quanta ao jornal ou emissora de rádio acusados da veiculação de matéria dita "inconveniente", podiam ser levados, após sofrer advertência, ao controle direto através da censura previa, a suspensão de sua cota de papel, no caso das publicações, e ao fechamento. Incurrer no delito era correr o risco de bancarrota, que podia acompanhar um mandato de prisão.

Para que se definisse a quem punir, no entanto, era preciso conceituar o delito. Na Constituição já se prevêem alguns desses casos. No regulamento interno do órgão, para a imprensa, existem ainda várias regras que regulamentam sua prática. São tomadas como infrações os casos de "perturbação da harmonia do Brasil com nações estrangeiras"²⁴, muito importante num período de indefinições no quadro internacional ou a provocação da "animosidade, descrédito ou desrespeito a qualquer autoridade pública",²⁵ dado essencial a paz do regime autoritário. Tudo isso reafirma o caráter de controle e vigilância bastando, para a condenação, a suspeita da intencionalidade. E o que pode ser visto na correspondência expedida para jornais, proibindo a divulgação de determinados temas ou de sua própria circulação como periódico²⁶

Encontramos, nessas proibições, referências a tentativa de promover "campanha dissolvente e desagregadora da unidade nacional"²⁷, de divulgar "segredos de Estado"²⁸, de "diminuir o prestígio e a dignidade do Brasil no interior e no exterior, o seu poder militar, a sua cultura, a sua economia e as suas tradições"²⁹, de provocar a "desobediência as leis"³⁰ e, por fim, de realizar "propaganda política de idéias estrangeiras contrárias ao sentimento nacional"³¹.

Como todos os conceitos são imprecisos e o "sentimento nacional" pertence oficialmente, ao Estado Novo, o procedimento mais seguro para o historiador é recorrer aos textos das publicações diretamente vinculadas ao regime.

Nos demais veículos de comunicação, como no caso de rádio, representações teatrais, palestras, peças cinematográficas, o esquema das proibições seguia os mesmos pressupostos daqueles aplicados à imprensa. Em casos especiais, podia haver a censura previa. Os textos eram antecipadamente submetidos ao DIP e só levados ao público depois de liberados pelo órgão. O "caco", recurso comum de muitos atores, podia levar a prisão, enquadrando o seu autor nas penas da lei.

2.2. O vigiar e o punir: os tentáculos do DIP

O Decreto Lei nº 2577, de 4 de setembro de 1940, amplia o raio de ação do órgão através da criação de similares estaduais, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, os DEIPs. Através desses tentáculos, espalhados por todo o país, a censura, em especial a imprensa e ao rádio, podia ser estendida às pequenas cidades. Os jornais semanais, as trupes teatrais do interior, as estações de rádio locais, normalmente fora do alcance e da vigilância do Palácio Tiradentes, ficavam, dessa forma, sob os "olhos e ouvidos" do regime.

O sucesso dos DEIPs, porém, não se concretizou. Em 1942, foi reconhecida, oficialmente, a falta desses órgãos em oito estados e no Território do Acre. Em 1945, quando foram desarticulados, não abrangiam a totalidade do Brasil.

O que podemos inferir, através da análise dos ofícios expedidos, é que a função do DIP foi extremamente centralizadora. Com relação às representações estaduais ou a órgãos envolvidos com a divulgação de obras, era da sede do então Distrito Federal que partia a palavra final.

A existência, pois, dos DEIPs não anulou a necessidade do aval do censor central na apreensão ou liberação de obras, na imposição de autos de infração ou mesmo no andamento de inquéritos administrativos locais.

De todas as representações estaduais, a de São Paulo era a mais atuante. Chefiada inicialmente por Cassiano Ricardo, recebeu a parte significativa da correspondência expedida da sede do órgão³²

Antes da institucionalização dos DEIPs ou nos lugares onde esses não se estabeleceram, a ação do DIP se processou por meio de alternativas diversas, como, por exemplo, pedido direto ao interventor do Estado, ao Inspetor de Alfândega, ao Diretor do Departamento de Correios e Telégrafos ou, nos casos mais urgentes e graves, ao Chefe de Polícia local. Conforme a necessidade surgida, porém, todos esses elementos podiam ser requisitados para atuação conjunta, seguindo as determinações do requisitor.

Freqüentemente, no caso do Rio de Janeiro, são encontrados ofícios endereçados ao Delegado de Polícia do Estado agradecendo "o serviço de apreensão" de determinada obra ou periódico.³³ Da mesma forma, existem cartas expedidas ao Chefe do Departamento de Correios e Telégrafos, afirmando a necessidade de se "proibir a distribuição" de determinada obra já suspensa pela censura.³⁴

Os comunicados diretos aos interventores são dos tipos mais diversos, tratando, porém, a grande maioria deles de pedidos de averiguação sobre a circulação de periódicos ou denúncias sobre publicações proibidas. Um exemplo é o ofício de 20 de novembro de 1940, endereçado ao Interventor da Bahia, Lindolfo Alves, solicitando informações sobre o jornal "Correio Baiano"³⁵

Os inspetores de Alfândega, sobretudo os do então Distrito Federal, eram os tentáculos mais ativos do DIP. Encarregados da distribuição das cotas de papel, autorizadas diretamente pelo diretor do DIP, eles eram os cordões pelos quais se controlavam as vozes impressas. Um ofício para essa inspetoria podia significar tanto a liberação do papel necessário para a circulação diária de um periódico como a redução da cota, forçando publicações mais espaçadas ou, ainda, a suspensão.

Em certas situações, como a que precedeu a entrada do Brasil no conflito mundial, a própria indefinição do país gerou atitudes indefinidas quanto à liberação de determinados jornais. Um caso que pode ser citado aqui ocorreu em 1941, com uma série de jornais ligados por vínculos diversos as potências envolvidas na guerra.

Acompanhado a falta de postura conclusiva por parte do Brasil, no que tange ao apoio dado aos conflitantes, ocorreu a suspensão, em caráter provisório, de jornais como Diário Alemão, Correio Português, Gazeta Israelita e Brazilian American³⁶.

Como, para circularem, os jornais necessitavam da liberação de seus processos de censura pelo Conselho Nacional de Imprensa, bastava à alegação de atraso no julgamento desses processos, para a suspensão temporária.

Aos diretores de Alfândega era solicitada, por fim, a apreensão de publicações estrangeiras que chegavam aos portos e o seu envio para os arquivos do órgão. No caso de periódicos, o serviço de censura podia determinar a suspensão somente de um dos números, como se vê em ofício que determinam o volume e a data da obra apreendida. Um exemplo do cuidado de se precisar qual número deve ser tirado de circulação e dado por uma correspondência que solicitava a apreensão do Time de 4 de novembro de 1940, nº 9, volume XXXVI.

Alertada a Alfândega, a mesma ordem era dada ao Departamento de Correios e Telégrafos, para evitar que a publicação suspensa circulasse clandestinamente.

O DIP, dotado de ampla rede de comunicação, agia no sentido de controlar e centralizar a ação da censura e da divulgação do discurso oficial do regime. Sua atuação, nesse campo, podia aparentar acentuado grau de autonomia com relação às diversas partes do aparato estatal. No entanto o que ocorria era a distinção entre o seu poder de agir e o de decidir como veremos mais adiante.

2.3. Dos delitos e das penas

Apurada a culpa e instituído o seu punidor, era necessário que se estabelecesse a ação punitiva. Sem as atas da Censura, o que podemos concluir a esse respeito baseia-se no conteúdo dos ofícios emitidos com objetivo de concretizar a punição estabelecida.

A questão do nacionalismo aparecia como ponto-chave da argumentação punitiva. Sendo assim, a assimilação entre as noções de "perigo oculto" e "presença estrangeira" é evidente.

Com base na Constituição, foi feita a suspensão de vários periódicos sob a alegação de serem dirigidos por estrangeiros ou ainda de não apresentarem por matérias exclusivamente em

língua nacional. O caso mais famoso aqui enquadrado é o do fechamento do jornal Estado de São Paulo, que, em 1941, foi acusado de receber propinas de estrangeiros para publicar comentários desfavoráveis ao regime 37.

A lei aplicada nesses casos não impedia, no entanto, a existência de pedidos especiais em favor de determinados estrangeiros, para que pudessem orientar e publicar textos em sua língua materna. É o caso da concessão feita ao jornal Brazil Herald, datada de 1 de novembro de 1944³⁸.

Tendo como base legal o Decreto n° 1949, de 30 de dezembro de 1939, em especial o Art. 131, que trata do registro de periódicos, e o Decreto n° 2016, de 14 de Janeiro de 1940, que regula o fornecimento de papel, tais atos pareciam, algumas vezes, ultrapassar os limites da legalidade formal.

Na verdade, tudo parecia depender da margem de ação contida nos próprios dispositivos legais, do poder de decisão dos encarregados e, até mesmo, dos envolvidos. É o que prova o fato de uma empresa tida por "nacionalista", a Sociedade Anônima Rio Editora, ser lembrada de atualizar seus registros junto ao órgão, através de ofício pessoal do diretor Lourival Fontes, datado de 12 de novembro de 1940³⁹.

Da mesma forma, jornais suspensos temporariamente em 11 de Janeiro de 1941⁴⁰, haviam sofrido, pouco antes, redução de sua cota de papel, ficando a duodécima parte do normal-mente fornecido.

Com os poderes fornecidos pela letra f do Art. 131, já citado, o jornal Estado do Pará foi interditado, em 27 de dezembro de 1940, por "referir-se aos serviços da diretoria regional dos Correios e telégrafos de Belém em linguagem desprimorosa". O fato ocorreu após queixa feita pelo Chefe Geral dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal⁴¹.

Uma reclamação junto ao DIP apresentada pelo Embaixador Maurício Nabuco levou o jornal Diário Carioca a receber advertência da censura por "ataques pessoais" contra a figura do diplomata⁴². Portanto linha tênue liga o tom impessoal da legislação aos interesses pessoais dos que figuram na esfera governamental.

Vale ainda observar que a posição do Diretor Geral do órgão podia ser influenciada pelas necessidades da diplomacia e marcar algumas das decisões tomadas. E o caso da autorização dada a Editora Aurora Alemã para a publicação de dois folhetos pró-germânicos, desde que se retirassem deles as menções diretas ao governo do Reich e a sua posição de belicosidade em relação às demais potências européias⁴³.

O jogo internacional representava, assim, antes e depois da entrada do Brasil no conflito mundial, um terreno onde todo o cuidado era pouco. As influências pessoais dos diplomatas marcavam a trajetória da notícias da mesma forma que o posicionamento da diplomacia nacional.

Uma alusão, por exemplo, ao chefe de governo Francês feita pelo jornal O Imparcial, da Bahia, através de "expressões injuriosas", levou a aplicação de advertência ao Periódico⁴⁴. Uma caricatura podia levar a mesma punição, como ocorreu com o Diário de Notícias, de Porto Alegre, que publicou uma matéria sobre Franco⁴⁵.

O ato de punir, no entanto, como a própria política internacional, podia sofrer os seus revezes. Uma obra julgada perniciosa em determinada estância de poder podia não ser vista assim em outra. E o caso da obra Poemas Germânicos apreendida e suspensa pela Delegacia de Ordem

Política e Social de São Paulo, em 1941, e, posteriormente, liberada, por ordem do próprio Lourival Fontes ao Diretor do DEIP paulista⁴⁶. Podia ocorrer, também, que uma obra fosse liberada por um ofício, depois de ter sido censurada por outro, como o livro *Missão em Moscou*, de E. Davies ⁴⁷.

Um exemplo que consegue reunir alguns dos pontos levantados e o do jornal *Lud*, editado pela colônia polonesa em Curitiba. Em Ofício ao Secretário Geral de Polícia do Estado do Paraná, datado de 3 de Janeiro de 1941, o Diretor do DIP enumera as razões que levaram ao fechamento do jornal. Vemos relacionada, sempre com referências as bases legais, uma série de in-frações: Direção de estrangeiro, irregularidades no registro, publicação exclusiva em língua estrangeira e não cumprimento das ordens dadas pelo Delegado de Ordem Política e Social para não publicar matérias sobre o conflito europeu compunha o quadro de motivos para a suspensão. As acusações maiores referiam-se a realização de "campanha de desnacionalização do nosso país" e a divulgação de assuntos que feriam as regras de neutralidade, aprovadas pelo Decreto Lei 1561, de 2 de setembro de 1939.

O que podemos compreender, considerando a situação da Polônia ocupada pelas tropas do Reich, e que a existência de "comentários tendenciosos" sobre o conflito colocavam em jogo a imagem de país neutro que se procurava manter. Como aquele ainda era um tempo de indefinições na política internacional, não se tolerava nenhuma postura de "feição tendenciosa"⁴⁸, que pudesse comprometer a posição do Brasil em relação a outros países ou aos próprios habitantes do país.

Outro fator que merece destaque é a ênfase que o documento dá à pena diante do não-cumprimento da lei. O transgressor é um reincidente, que não acata as advertências e burla a ordem estabelecida. Ele representa a dupla ameaça, o perigo tão temido presente no discurso do regime, pois, além de estrangeiro, não teme, nem cumpre a lei.

Fora do âmbito da esfera política, o DIP estava encarregado de agir na defesa da "unidade espiritual e da civilização brasileira"⁴⁹, além de cuidar para que se cumprissem os preceitos de moralidade vinculados a essa defesa. Em vista disso, algumas obras eram proibidas por atentarem contra a moral, como é o caso de *A mulher carioca aos 22 anos*, de João da Mata⁵⁰.

Usando expedientes variados, pois, o órgão procurava cumprir, da melhor forma, sua missão de "elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime", ⁵¹ mesmo que muita coisa não ficasse de todo "elucidada".

3.1_Os censores do DIP e da sociedade

O perfil do censor oficial: os casos de Monte Arraes e André Carrazoni

O quadro de funcionários do DIP abriga uma série de nomes considerados preeminentes na intelectualidade brasileira e essa vinculação entre os intelectuais e o Estado Novo tem gerado inúmeras discussões sobre o apoio dado por essas pessoas ao regime⁵².

Nossa preocupação neste ponto do trabalho não é, porém, aprofundar o debate e, sim, traçar o perfil de dois nomes ligados diretamente a função da censura e o Estado Novo, lembrando que a caricatura, um tanto grosseira, da figura do censor decorria do fato de muitos dos censores

serem funcionários desconhecidos. Pretendemos levantar as características que podiam influir na designação para tal cargo, ainda que, como para toda a regra, existisse a exceção⁵³.

Monte Arraes e Andre Carrazoni são os nomes escolhidos, devido a posição que ocuparam em diversos órgãos do Estado e ao fato de serem considerados publicistas do regime. Tais qualificações os transformaram em indicados naturais para a função.

Ex-deputado e ex-secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Ceara, Monte Arraes fez conferências no Palácio Tiradentes e vários de seus trabalhos foram publicados em periódicos veiculados pelo órgão. Já André Garrazoni ocupou o cargo de diretor do jornal A Noite do Rio de Janeiro. Apontado como um dos intelectuais do regime foi o responsável pelo texto de algumas das biografias oficiais de Getulio Vargas. As considerações feitas por ele sobre o Estado Novo são reveladoras de sua visão pessoal⁵⁴.

O censor era, portanto, alguém que, além de merecer indicações para os quadros do funcionalismo público, devia, em princípio, estar ligado as propostas do regime. Ele era um elemento capacitado, por sua função e ação cotidiana, para empreender a vigilância da sociedade.

Existiam, contudo, aqueles que, mesmo não sendo oficialmente vinculados a função de censor, serviam de orientadores para a efetivação da censura. Entretanto a distinção, feita anterior-mente, entre a capacidade do DIP de coordenar a ação punitiva e o seu poder de decisão sobre a quem punir fica mais bem explicitada nas considerações que se seguem.

3.2. Os consultores da censura

O caráter impessoal, burocratizado e centralizador que revela, inicialmente, o organograma sobre o qual se sustentava. DIP tende a se diluir quando abordada mais de perto a sua prática.

Centralizante no que se refere à decisão punitiva, o órgão parecia não deter esse mesmo poder quanta a ação de censura. Mais uma vez, o traço personalista parecia orientar a conduta do DIP. Além de acompanhar as idas e vindas da política internacional, era preciso saber navegar nos mares dos interesses internos. Com isso, o perigo, muitas vezes, não estava na censura, mas no censurado.

Tornava-se importante saber o que e a quem censurar.

Tinha de haver, portanto, uma articulação maior dentro do próprio Estado, com o objetivo de montar um esquema onde as forças que determinassem a orientação pudessem atuar sem choque.

Nesse sentido, cada membro do governo transformava-se em informante para efeitos de censura e o exercício de sua função determinava a sua qualificação para o julgamento como censor.

Assim sendo, ao Ministro Gaspar Dutra e ao Almirante Aristhides Guilhem foram feitas consultas sobre a autorização para circulação de revistas e jornais que tratavam de assuntos militares.

Ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, General Horta Barbosa, foi feita consulta sobre a conveniência de se dar registro a uma publicação sobre pesquisas petrolíferas⁵⁵. Ao Chefe de Polícia, Felinto Muller, foi enviado, para exame, o pedido do jornal Segurança, que tratava de

assuntos policiais.⁵⁶ E, finalmente, a D. Sebastião Leme foi solicitada uma lista dos livros religiosos que recomendaria para publicação⁵⁷.

Além disso, a responsabilidade pela liberação ou pela censura ficara repartida com os demais membros do regime. Isso ocorria nos setores mais diversos. E o caso, por exemplo, da consulta realizada em Ofício datado de 20 de setembro de 1940, dirigido ao Juiz da Vara de Menores, solicitando parecer a respeito de um filme educativo⁵⁸.

Em alguns casos, uma recomendação podia significar a cassação imediata do periódico. Assim, o general Dutra enviou ofício ao DIP, em 1940, listando as revistas de cunho militar que deveriam ser suspensas pelo órgão. Outro comunicado, dessa feita de Lourival Fontes, pedia o cancelamento da publicação O Tráfego, decretado em 9 de agosto de 1940. Isso para não voltarmos aqui a falar de inúmeros pedidos enviados ⁵⁹ por embaixadores e outros membros do corpo diplomático, para providências contra determinado jornal ou revista.

Os ofícios, por vezes, atestam o recebimento de sugestões quanto a determinadas publicações, no sentido de viabilizar sua circulação. Assim, em resposta ao Ministro Marcondes Filho, que indagava sobre a liberação do jornal A Coluna, um jornal revolucionário, de Campo Belo, MG, foi confirmada a licença com a condição de ser retirado do jornal o subtítulo⁶⁰. A acusação feita pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores contra a Editora Zig-Zag, de Santiago do Chile, foi prontamente aceita e seu funcionamento proibido, por ter "orientação comunista"⁶¹.

Até mesmo as notícias oriundas de outras agências oficiais dependiam de Autorização para publicação. E o que ocorreu, por exemplo, com o panfleto La conspiracion japonesa en America, distribuído pelo British New Service e enviado a Oswaldo Aranha, para que este decidisse sobre sua publicação, ou não, em português. ⁶²

Apesar do sofisticado conjunto administrativo, o DIP não apresenta determinadas características da burocracia moderna, tais como a presença de especialistas e a impessoalidade. Como foi dito, observa-se uma rede de relações pessoais, pelas entrelinhas dos pedidos que intercediam por uns ou acusavam outros. Ao indivíduo não era solicitado, somente, que cumprisse as regras burocráticas, mas também que fosse capaz de receber o aval de outrem, para, então, ter o aval do próprio órgão.

Esta situação personalizada reproduzia-se na relação do Estado com a sociedade, dando origem a vínculos que marcavam, de forma singular, os relacionamentos.

3.3. A censura voluntária e o Cidadão censor

A personalização das relações entre regime-sociedade e a utilização da imagem de "perigo", de "ameaça" de "agitadores profissionais"⁶³ ou de "choques armados" geraram um clima de vigilância e medo, que contagiou muitos daqueles que se julgavam parte ameaçada.

O Cidadão, nesse caso entendido como aquele a quem o regime solicitava a ação salvadora, imbuía-se da tarefa de vigiar a sociedade, transformando-se em Cidadão-censor. Sua obrigação era resguardar o Estado de qualquer ameaça, até mesmo daquela que podia partir de seus mais diretos colaboradores.

A única documentação que consta da pasta da "Correspondência Recebida" do DIP no Arquivo Nacional é, justamente, o pedido de um escritor italiano, residente em Bauru, S. P., solicitando que seu livro de poemas fosse examinado pelo órgão. Segundo o próprio autor, estava cumprindo o Decreto Lei nº 3010, de 10 de agosto de 1939, que o Diretor da Divisão de Divulgação, encarregado do caso, dizia desconhecer. O episódio foi encerrado com a liberação informal da obra, já que, nas palavras do responsável pelo órgão, "não existia a censura prévia"⁶⁴.

Na correspondência emitida, no entanto, temos inúmeros ofícios em que se agradecia a autores o envio de obras para, a apreciação do órgão. O caso mais significativo talvez seja o de Hugo Laércio de Barros, que solicitou o parecer do DIP para um texto intitulado Carta Aberta a Nação, a ser publicado no Correio da Manhã Tratava-se, segundo a afirmação do diretor do órgão, de "um documento altamente elogioso a ação do eminente Dr. Getúlio Vargas", ainda que fugisse ao texto constitucional, para o qual deveria estar atento⁶⁵.

Pode-se observar que a prática da autocensura era acompanhada do desejo de divulgar a adesão, sendo todas as obras arroladas de caráter eminentemente nacionalista⁶⁶.

Quando o indivíduo estendia ao restante da sociedade a sua preocupação com a censura, surgia a denúncia. Um dos casos-limite envolveu a Divisão de Rádio, um programa da Hora do Brasil e um ouvinte do programa. O fato ocorreu no dia 20 de Janeiro de 1940, comemoração do dia de São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro, indo ao ar um programa em homenagem a cidade, com músicas de Noel Rosa. Em carta ao Presidente Vargas, datada de dois dias após o ocorrido, o Sr. Álvaro Silva acusou o responsável pela programação de propor uma "glorificação a Noel Rosa, sambista que escrevia sambas de malandragem". Disse a acusação: "com essa orientação nossa pátria em vez de progredir, retroage ao tempo das senzalas". A resposta de Julio Barata, a Diretor da Divisão de Rádio, em 29 de fevereiro, fornece uma leitura diferente do samba como manifestação popular. Afirmando não pretender "excluir de seu programa a musica popular autêntica" desde que, fosse de boa qualidade a resposta em questão oferece uma releitura da "malandragem" de Noel. Para o Diretor de Rádio, Noel não "glorificou a malandragem, nem focalizou aspectos baixos da vida da cidade". Pelo contrário, ele "criou uma filosofia da realidade de todos os dias"⁶⁷.

Nesse caso, adotar uma postura de combate ao samba e mesmo aos propalados ideais de malandragem, significaria afastamento do "popular", o que em nada favorecia a imagem do programa ⁵⁸. As reinterpretações destes conceitos eram essenciais para a continuidade da veiculação e possível aceitação do discurso oficial. A imagem de brasilidade proposta pelo Estado Novo, baseada, em princípio, na valorização da ordem e do trabalho, não podia abandonar, contudo, aqueles elementos que a tornavam mais próxima do seu destinatário.

Outro fato, que se encaixa neste mesmo quadro, é de 1944 e envolveu o DEIP de São Paulo. O Sr. Rui Cesar Camargo denunciou, em telegrama ao presidente Vargas, o então funcionário da representação paulista, Rocine Camargo Guarnieri, por proferir uma explanação "inteiramente sobre assuntos comunistas". Segundo o denunciante, o acusado, em conferência realizada em Uberlândia, MG, enalteceu "ideologias extremistas", fazendo ainda "apologia a Stalin e sua política, enquanto em solo europeu brasileiros lutavam por ideais democráticos". Foi aberto

um inquérito administrativo contra o funcionário, que se defendeu, afirmando que "não visava exaltar, propagar ou difundir idéias contrárias ao regime vigente", nem realizar "propaganda de nenhuma ideologia totalitária ou extremista". Além da declaração pessoal, consta da defesa do acusado duas cartas, uma de Mario de Andrade, datada de 21 de fevereiro de 1944, e outra de J. A. Haddad, confirmando o conteúdo não "subversivo" da referida explanação. Além dessa documentação, não há nada que indique a continuidade do inquérito⁶⁹.

Houve casos de denúncia velado ao DIP que, segundo o que podemos concluir dos ofícios, não se referiam a uma declaração pública específica, mas a conduta geral do denunciado. É o caso, já mencionado, da acusação contra o Diário da Manhã, de Passo Fundo⁷⁰.

O exame desses casos levanta uma série de questões. Uma delas refere-se à função do DIP, não como órgão encarregado da censura, mas como aquele a quem era dada a missão de veicular o discurso oficial do Estado Novo. Nesse sentido, temos alguns pontos a discutir, como o da recepção da mensagem emitida e o da adesão a ela.

Um discurso que se apresentava como "universal", suficientemente amplo para abranger o maior auditório possível, como o emitido pelo Regime de 37, que trabalhou com premissas consideradas, de igual forma, universais⁷¹. Ao propor a construção de uma imagem de "ordem ameaçada", esse discurso trabalhou com premissas consagradas pelo auditório visado, como as de "família", "nação", "propriedade" etc... Seu objetivo extrapola a mera recepção do conteúdo da mensagem e adesão a ela, visando, em última instância, ao engajamento dos receptores como membros ativos no combate as ameaças faladas. A resposta a esse objetivo é a denúncia, a autocensura, o apelo à punição.

Por outro lado, nem sempre o discurso obtinha o efeito de adesão esperado. A possibilidade de suas múltiplas leituras abria um leque de opções, que podiam ir da radicalização de suas propostas a inversão das mesmas⁷².

O trabalho da elaboração ou do controle do discurso requeria, portanto, determinados cuidados por parte de quem se propunha a tal tarefa.

No caso do DIP, tal zelo tinha que ser redobrado. Além do cuidado necessário para com as regras da relação emissor-receptor (como a questão do objetivo proposto, auditório escolhido e suas dimensões reais e a possibilidade de inúmeras leituras), era preciso considerar as relações e nuances internas do próprio regime. A atenção, neste sentido, não devia ser somente com a política, mas, com o jogo de relações pessoais que marcavam a estruturação do próprio Estado.

Essa marca do "pessoal", do "personalismo" parecia estar presente no interior do aparato de Estado e de sua burocracia. O próprio discurso oficial continha marcas dessa relação personificante. O auditório, ainda que universal, era personalizado na figura do trabalhador, do jovem ou do brasileiro, tornado aqui como o elemento fiel ao regime. O discurso, por sua vez, não provinha do Estado nem de seus órgãos, mas respaldado por "alguém" do regime, na maioria das vezes aquele que se apresentava como seu articulador, Getúlio Vargas.

4. As complicações na estruturação de um Estado: o caso do DIP

O período de 1930 até 1945 marcou uma etapa decisiva para a consolidação do Estado Nacional no Brasil. A modernização do aparato de Estado ganha forja com a centralização administrativa empreendida no Estado Novo. A máquina burocrática, ativada, complementou a prática de regularização e controle⁷³.

O DIP, como parte dessa nova etapa de formação do Estado Brasileiro, não foge a feição centralizadora e burocratizante que caracterizou esse processo. De igual forma, seu funcionamento revelou as contradições e heterogeneidade que o marcaram.

A necessidade da articulação com os demais planos do poder foi um dos sinais desse enquadramento. O outro se caracterizou pela coexistência de uma estrutura mais antiga, marcada pelos laços do relacionamento pessoal, com o aparato burocrático e impessoal implementado pela nova estruturação estatal.

A documentação pesquisada permite incursões na direção desse raciocínio. Destacaremos alguns dos exemplos.

Um ofício datado de 12 de setembro de 1940, endereçado ao Sr. Jose Clemente dos Santos, viajante comercial de Itajubá, afirma não ser possível o fornecimento de autorização para a venda de retratos do Presidente Getulio Vargas. Com um pedido de desculpas por não atender ao pedido, o Diretor do DIP encerrou a correspondência ⁷⁴.

Em outro documento, datado de 23 de julho de 1943, respondendo a um pedido pessoal do Presidente Getulio Vargas sobre a reconsideração da cassação da Rádio Piratininga, o Diretor do órgão afirmou nada poder fazer, pois a ordem da suspensão partira do Ministro da Viação, ao qual o Sr. Presidente deveria se dirigir⁷⁵.

Em resposta, feita em 26 de junho de 1944, ao Delegado de Segurança Pública, o Diretor da Divisão de Rádio do DIP afirmou que o locutor Jose Aristóteles Marco Antonio da Cunha não era funcionário daquela divisão e, sim, da Inspetoria de Imigração, onde ficou de 1940 "ate" por volta de março de 1942" quando partiu para a Alemanha. As informações desse ofício são as únicas, em toda documentação disponível, que se referem a mudanças ocorridas no primeiro semestre de 1942 ⁷⁶.

Por fim, temos o inquérito instaurado pela Distribuidora de Filmes Brasileiros SA., com acusação contra o Diretor da Divisão de Cinema, Israel Couto, responsabilizando-o por barrar o desenvolvimento da cinematografia no país e pelo uso do cargo para favorecer terceiros⁷⁷.

Uma leitura peculiar dos conceitos de Estado e cidadania marcou essa prática funcional do DIP e dos demais órgãos do regime, se tomar como ponto referencial a rede de relações entre estes e o Departamento de Imprensa.

O Estado, que no seu próprio discurso oficial, aparecia personificado na figura daquele que o produziu ou sobre o qual ele falava, não perdeu este conteúdo quando visto a partir de sua dinâmica interna. Os ofícios, que passam de Ministério a Ministério, não evidenciam somente o jogo de interesses diversos e a necessidade de contemporizar das diversas instâncias do poder. Eles não perdem o cunho pessoal, quer na autoridade da fala imposta, quer no enquadramento na rede

de compadrio. O "você sabe com quem está falando?" ou o "favor feito em nome de" ultrapassa os ditames impessoais e burocráticos concebidos para caracterizar um Estado Complexo.

Na própria legislação do regime, as marcas do personalismo são encontradas na salva-guarda dos nomes dos membros do governo de possíveis ataques dos meios de comunicação.

A inserção de uma nova noção de cidadania não revolveu os antigos problemas. A antiga cidadania política, viciada pelos mecanismos de controle do coronelismo, foi substituída por outra, vinculada a estratificação ocupacional, sem que fosse abandonado o ranço da patronagem e a marca do nepotismo.

A figura do bom patrão e do pai ganhou os foros de Chefe de Estado, e o Estado, por sua vez, o de uma grande família. Na prática, o que ocorreu foi a existência de uma rede de relações que transformaram o Cidadão comum, não vinculado diretamente ao regime, em parente distante. Sua palavra foi ouvida, desde que não perturbasse a "ordem familiar" ou desde que cuidasse para a manutenção da mesma. Em caso contrário, era-lhe conferido o título de estrangeiro.

O mecanismo de centralização desse "novo" Estado não conseguiu superar as razões que o levaram a criticar o "antigo" Estado Oligárquico.

Da mesma forma, tais razões talvez consigam explicar o extravio de documentos e o "mistério" que cerca o DIP.

Notas

1. A primeira parte do título parafraseia o de uma obra sobre o órgão: ACHILLES, Aristheu. Aspectos da ação do DIP. R. J., DIP.1941.
2. Referencia a rua onde se localiza o Conjunto Penitenciário Lemos de Brito no Rio de Janeiro, uma "Bastilha" nacional nos anos 30 a 40.
3. Ver ACHILLES, A. op. cit p. 78.
4. Da correspondência recebida existe uma pasta com um único documento datado de 1940.
5. Foram encontrados três inquéritos administrativos. Um de 1943, da Distribuidora de Filmes Brasileiros S.A. contra o Diretor da Divisão de Cinema, Israel Couto, acusado de querer retirar da referida distribuidora a concessão que possuía, ate aquela data, para exercer sua função. Os outros dois envolvem o DIP paulista, um apura a circulação, nas dependências do órgão, de um "panfleto subversivo", o outro, o conteúdo acusado de subversivo de uma conferencia proferida por um dos seus funcionários (ver adiante).
6. Junto com a obra de Aristheu Achilles, temos uma publicação do próprio órgão, intitulada DIP, criação e organização do Departamento de Imprensa e Propaganda. R. J. Grafica Oltapica. 1942.
7. Decretos n° 5.077; n° 1.915; n° 1938; n° 1.949; n° 2.016; n° 2.919; n° 2.322; n° 2.557 e n° 2.101. In: DIP. op. cit.
8. Letras a, b, c do n° 15 do Art 122 da Constituição de 1937, citada por VARGAS, G. op. cit. p. 78.
9. Art 124 da Constituição, citada por VARGAS, G. op. cit p. 80.
10. Art 133 da Constituição, citada por VARGAS, G. op. cit p. 82.
11. Art 142 da Constituição, citada por VARGAS, G. op. cit p. 85.
12. Art 136 da Constituição, citada por VARGAS, G. op. citp. 83.

13. Considerando o conceito de "cidadania regulada", vinculado, aqui, a própria noção de trabalho. Ver SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça. R. J. Campus. 1979.
14. Art. 122, na 13ª letra e, da Constituição de 1937, citada por VARGAS, G. op. CL p. 77.
15. Art. 139 da Constituição de 1937, citada por VARGAS, G. op. cit p. 85.
16. Art 122, nº 14 da Constituição, citada por Vargas, G. op. cit. p. 78.
17. Art. 122, nº 14 letra g, e Art 145,146,149 e 150 da Constituição de 1937, citada por VARGAS, G. op. cit p. 79/86/87/89.
18. Art 131 da Constituição de 1937, citada por VARGAS, G. op. cit p. 82.
19. Como exemplo, podemos tomar a correspondência expedida para a Polícia do Rio Grande do Sul, em 2 de Janeiro de 1941, quando o então diretor, Lourival Fontes, solicitou que "seja aberto um inquérito reservado contra o Sr. Tulio Ferreira, proprietário do Diário da Manhã, editado em Passo Fundo, no referido Estado, a respeito do qual o Sr. Simplício Ig-nacio Jacques fez queixa ao DIP apontando-o como elemento nocivo a sociedade e, portanto, sem condições para exercer as funções de direção do jornal" (Agência Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185).
20. Ver ACHILLES, A. op. cit p. 36.
21. Cap. I, Art 6 letras b e c do Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda. In: DIP. op. cit p. 15.
22. Excluimos aqui a Divisão de Turismo, por sua natureza diversa.
23. Decreto lei 1.949. Cap. 1. Art 9. In: DIP. op. cit p. 31.
24. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra b. In: DIP, op. cit p. 56.
25. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra f. In: DIP, op. cit p. 57.
26. Ver os diversos exemplos citados no trabalho.
27. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra d. In: DIP, op. cit p. 56.
28. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra e. In: DIP, op. cit p. 56.
29. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra h. In: DIP, op. cit p. 57.
30. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra j. In: DIP, op. cit p. 57.
31. Dec. Lei 1.949. Cap. X. Art 131 letra i. In: DIP, op. cit p. 57.
32. Os dois inquéritos citados na nota 5, por exemplo, são do DIP paulista, ao qual se dirigem vários dos órgãos levantados.
33. Um exemplo é o ofício datado de 10 de março de 1943, onde o diretor do DIP "agradece pela apreensão da edição de O Radical do dia 7 de março de 1943" (Agenda Nacional, Arquivo Nacional, Lata 187).
34. É comum, de igual forma, o fornecimento de listagens com as obras liberadas.
35. Ofício de 20 de novembro de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
36. Ofício de 11 de Janeiro de 1941. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
37. Ver DIP. Anuário da Imprensa Brasileira. R. J. DIP. 1941.
38. Ofício de 1 de novembro de 1944. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 189.
39. Ofício de 12 de outubro de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
40. Ver nota 36.
41. Ofício de 27 de dezembro de 1940. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
42. Ofício de 28 de agosto de 1942. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
43. Ofício de 22 de Janeiro de 1941. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
44. Ofício de 12 de outubro de 1942. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
45. Ofício de 11 de outubro de 1943. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
46. Agencia Nacional. Arquivo Nacional. Lata 186.

47. Ofício de 28 de dezembro de 1942. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187,
48. Ofício de 3 de Janeiro de 1941. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
49. Cap. I. Art 1 do Regimento do DIP. In: DIP. op. cil. p. 14-50.
51. Vernola⁴⁹.
52. Entre outros MICELLI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920/1945). S.P. Difel. 1979 e OUBEIRA, L. L. et alii. Estado Novo: Ideologia e Poder. R. J. Zahar. 1982.
53. Como o funcionalismo publico favorece a requisição de pessoal de outros departamentos ou, ainda, i visto como possuidor de "emprego seguro", o cargo pode nem sempre ser ocupado por pessoas que se encaixem neste perfil.
54. "... O Brasil estava de novo entregue a ambição dos políticos e aos erros antigos. E no dia 10 de novembro de 1937, sem disparar um tiro, sem derramar uma gota de sangue, funda o Novo Estado Nacional, assumindo, de acordo com as forcas armadas e o povo a chefia suprema do Brasil". (CARRAZONI, Andre1. O Brasil novo, Getulio Vargas e sua vida, para crianças. R. J. DIP; 1942. p. 65).
55. Ofício de 20 de novembro de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
56. Ofício de 21 de agosto de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
57. Ofício de 18 de outubro de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
58. Ofício de 20 de setembro de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
59. Ofício de 9 de agosto de 1940. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
60. Ofício de 9 de dezembro de 1943. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
61. Ofício de 16 de novembro de 1942. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
62. Ofício de 14 de junho de 1943. Agenda Nacional. Arquivo Nacional, Lata 187.
63. VARGAS, G, "Proclamação ao povo brasileiro" In: op. cit p. 22.
64. Documentação Recebida. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
65. Ofício de 15 de Janeiro de 1941. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
66. Lembrar que o órgão pode financiar publicações do gênero "nacionalista".
67. Ofícios citados. Secretaria da Presidência da República. Arquivo Nacional. Lata 510.
68. Inquéritos Administrativos. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 15.
69. Ver nota 19.
70. Sobre o problema do discurso ver: PERELMAN, Ch. e OLBRECHTSTYTECA. La nouvelle Rhetorique: TraiUS de L'Argumentation. Paris. Presses Universitaires de France. 1958. v. 1 e 2. 71.
72. E o caso da interpretação de um poema chamado "Stalingrado' pelo denunciante do caso Guarnieri.
73. Sobre esta questão ver DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do
74. Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930/1960, R.J. Paz e Terra. 1985.
75. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 185.
76. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
77. Agenda Nacional. Arquivo Nacional. Lata 187.
78. Ver nota 5.

NOTAS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DE MONTES CLAROS

*Maria Cecília Mendes LIMA Ângelo Alves
CARRARA * **

O projeto de implantação do Sistema de Arquivos do Município de Montes Claros compreendeu duas etapas. Na primeira procedeu-se ao arranjo e descrição do acervo documental do anteriormente chamado Arquivo Atual, atualmente denominado Arquivo Geral, composto basicamente de processos e pastas de funcionários. Esta primeira etapa, iniciada em 16 de março de 1987, foi concluída em 31 de dezembro do mesmo ano.

Na segunda etapa, o objeto de trabalho foi à massa documental depositada no chamado "Anexo" do Arquivo Geral, composta por papéis e documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Municipal de 1832 até a presente data. Esse acervo, de composição extremamente variada, na medida em que documentos da mais alta importância para a história do município encontravam-se misturados a papéis sem qualquer importância administrativa ou histórica, deu origem ao atual Arquivo Intermediário e Histórico. Atualmente o

Arquivista da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto

acervo do Arquivo Histórico encontra-se parcialmente inventariado (todos os livros do século XX). No arranjo do Arquivo Intermediário, levaram-se em conta os fundos de cada documento. A Tabela de temporalidade do Arquivo Intermediário foi elaborada em forma de álbum, de modo a facilitar o controle dos muitos tipos de formulários.

Do trabalho participaram estagiários do Curso de Administração e História, com o objetivo de integrar os cursos da FUNM, relacionados ao projeto e a Prefeitura Municipal.

O Sistema Municipal de Arquivos de Montes Claros e o resultado da aplicação da chamada "Teoria das Três Idades", segundo a qual os papéis e documentos produzidos e acumulados por um determinado órgão ou pessoa devem ser arranjados de acordo com seu valor de uso e importância histórica. Normalmente, a terminologia para descrição do sistema emprega as palavras "corrente", "intermediário" e "permanente" para designar os diferentes tipos de arquivo, Segundo Marilene Leite Paes¹, arquivista da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e professora de Arquivologia nas faculdades cariocas, tais tipos poderiam receber as seguintes definições:

"Arquivos correntes são constituídos de documento em curso ou freqüentemente consultados como ponto de partida ou procedimento de planos, para fins de controle, para tomada de decisões das administrações, etc."

"No cumprimento de suas funções, os arquivos correntes, quase sempre respondem ainda pelas atividades de

LPH / Revista de História, 1:105-107,1990

recebimento, registro, distribuição, movimentação

e expedição dos documentos correntes (p. 71)"..

Arquivos intermediários são depósitos "cujo acervo é constituído de papéis que não estão mais em uso corrente (...) sua função principal consiste em proceder a um arquivamento transitório, isto é, em assegurar a preservação de documentos que não são mais movimentados, utilizados pela administração e que devem ser guardados temporariamente, aguardando por um processo de triagem que decidira pela eliminação ou arquivamento definitivo, para fins de prova ou pesquisa" (p. 70).

A função de um arquivo permanente é

reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não corrente, ou seja, concentrar sob uma custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins" (p. 73).

No caso do Sistema de Arquivos do Município de Montes Claros, a terminologia empregada é a seguinte, conforme quadro abaixo:

Arquivos Administrativos Setoriais

Explicando o esquema acima, temos os Arquivos Administrativos Setoriais, que são os acervos documentais custodiados por determinadas unidades da Prefeitura, como, por exemplo: o acervo das plantas de todos os loteamentos aprovados no Município de Montes Claros (Divisão de Urbanismo / SEPLAN), o acervo dos projetos de construção civil particular (Arquivo Geral/SA), os Fichários do Cadastro Municipal de Contribuinte (Divisão de Receitas/SF). Não adotamos o termo corrente, posto que os Arquivos Setoriais mantêm sob custódia documentos de caráter administrativo permanente.

Já o Arquivo Permanente, cujo nome também não adotamos, e normalmente indicado como tendo função de guarda de documentos com permanente valor informativo e probatório. Um arquivo Setorial como o das plantas e projetos residenciais poderia ser considerado permanente; e, no entanto, é eminentemente usado como prova de direitos. Esta é a razão de considerarmos o estágio terminal de parte da produção documental da Prefeitura como Arquivo Histórico, caracterizando, assim, o critério para a adoção dos nomes a natureza do acervo, e não o prazo de retenção.

O acervo documental que compõem o Arquivo Histórico da Prefeitura de Montes Claros e constituído fundamentalmente de livros onde eram anotadas informações de natureza diversas e correspondências. Tal acervo tem como início da sua formação, o ano da elevação do Povoado de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas a categoria de Vila,

em 1832, quando o Município ganha seu corpo administrativo próprio, composto pela Câmara de Vereadores.

Até o momento, foi inventariado todo o acervo de livros produzidos durante a República Velha, a exceção do período anterior a 1900, estando em andamento a elaboração de um inventário das correspondências do mesmo período. Esta para ser concluído o inventário do acervo de livros produzidos após a Revolução de 1930.

Já se procedeu a limpeza e acondicionamento da documentação referente a época do Império, composta, em sua maior parte, de correspondências trocadas pelo Município com o governo Provincial de Minas Gerais em Ouro Preto. Há relatos muito interessantes sobre a vida social do Município.

NOTAS

Arquivo: Teoria e prática. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 198

SOBRE A "AUTONOMIA" DA "CULTURA POPULAR" NO MUNDO ANTIGO

*José Antonio DABDAB TRABULSI **

FUNARI, Pedro Paulo, *Cultura popular na Antiguidade clássica*. São Paulo: Contexto, 1989, 80 páginas.

Antes de mais nada, é preciso saudar a publicação de mais uma obra de porte sobre a Antiguidade. Isso porque eu mesmo reclamava, com veemência, no início dos anos 80, da indigência do panorama editorial. Naquela época, reeditavam-se interminavelmente Jeager, Jardé e outros autores do início do século e quase não se publicavam autores brasileiros. Hoje, no entanto, boa parte da obra de Finley, Vernant, Détienne e muitos outros se encontra disponível, além de livros de pesquisadores brasileiros sobre a Antiguidade.

O de Pedro Paulo Funari é mais um fruto saboroso saído do excelente centro de pesquisas que representa o grupo da USP/Museu de Arqueologia e Etnologia.

O interesse pelo livro já começa na descoberta do tema: ele traz o conceito de cultura popular para estudar os grafites de Pompéia. O Prof. Funari traça um quadro interessante que restitui a importância quantitativa do fenômeno das inscrições, mais intensas naquela época do que na atualidade, e o caráter popular da criação.

» Professor do Departamento de
História da Univ. Federal de Ouro Preto

Por ironia do destino, este estudo da cultura popular só foi possível pelas condições de conservação e, portanto, transmissão da cidade símbolo da aristocracia romana. Um programa de enquete e, portanto, instigante e provocador desde as suas premissas.

Ao longo das páginas, o Prof. Funari vai desenhando o quadro de um tipo grafismo popular, de ambientes exteriores, relativo ao mundo imediato e com caráter coletivo manifesto, oposto a outro mundo, da pintura erudita, de interiores, representando uma realidade imóvel, obra individual de um pintor e a serviço da aristocracia (p. 39, por exemplo).

É preciso salientar a fecundidade da abordagem do autor, abordagem global do grafite antigo, não apenas na sua mensagem manifesta, explícita no nível da linguagem, mas nos seus múltiplos aspectos, Gráficos, de suporte, nas suas condições de produção e leitura, etc. A contribuição do autor aponta para novos caminhos, mais promissores, no estudo deste tipo de documento.

Do ponto de vista técnico, o excelente conhecimento do pesquisador sobre a cultura romana, em geral, e os grafites, em particular, torna a leitura agradável e instrutiva, tanto para leigos quanto para os estudiosos da Antiguidade. Pretendo discutir, rapidamente, neste trabalho uma questão de ordem geral, que não chamo "superficial", pois tenho certeza de que o autor a considera essencial, e eu também: a questão da "cultura popular" na Antiguidade.

A ênfase na noção de cultura popular como instrumento de interpretação leva a posições sujeitas a discussão. Por

LPH / Revista de História, 1:108-10.1990

exemplo, na p. 42, o autor opõe a idealização do escravo nos autores eruditos a "desposseção" e a "coisificação" do escravo, perceptíveis em certas representações populares (onde há perda da própria individuação nos traços fisionômicos). Acho que temos, na verdade, um contraste forçado, pois a "imagem" do escravo nas obras da elite é carregada de desprezo. Aristóteles, que é citado, vai até mais longe na famosa teoria da escravidão natural. Em relação à escravidão, pode haver nuances nos sentimentos ou reações, mas não há, na Antiguidade, duas grandes opiniões divergentes a seu respeito.

Outra tendência perceptível ao longo do livro manifesta-se na forma de contrapor às maneiras erudita e popular de expressão. A acentuação da autonomia da cultura popular leva ao elogio das formas populares, em detrimento das eruditas (p. 45-46); Por exemplo: "a primeira frase (popular) possui as características próprias de uma língua viva e criativa: simples, homogênea e vigorosa". No mesmo sentido, na p. 69, é estabelecido o contraste entre alma popular criativa e a erudição esterilizante.

Muito interessante é a demonstração, com exemplos precisos, do fato de que o ato de escrever e a influência da escola transformam a linguagem popular, limitando o seu distanciamento em relação a erudita.

Analisando CIL IV, 8873 (p. 52-53) o autor mostra a negação dos deuses, a ridicularização de Aquiles e a solução apontada: a referenda a Vulcano como deus destruidor da ordem cósmica, O autor mostra, de forma pertinente, como uma

temática crítica e mordaz, de origem popular, foi reinterpretada de forma reducionista e estreita por um comentário de autor contemporâneo. O prof. Funari vê nesse comentário uma contestação a cultura religiosa da elite, feita por uma poetisa inconformada, revoltada, desajustada. Além disso, o autor tende a ver essa contestação como uma elaboração exterior, autônoma, da cultura popular.

Eu oporia a essa interpretação o fato de que a solução apresentada (referência a Vulcano como destruidor da ordem cósmica) representa a canalização da revolta e do desajuste, organizada, agenciada pela própria estrutura da cultura ("dominante" se quisermos, mas eu prefiro por o ponto final depois de "cultura").

O paralelo entre o mundo antigo e o contemporâneo, presente ao longo de todo o livro, e mesmo uma das razões para a sua composição, é muito interessante, mas não pode ocultar, penso eu, a diferença fundamental, que é a seguinte: contrariamente ao mundo contemporâneo, a Antiguidade não teve ideologia alternativa que se apresentasse como contraposta a vigente numa relação de força. A certa altura, diz o autor (p. 52): "a consciência popular poderia por em xeque os fundamentos mesmos da sociedade em que os grupos subalternos viviam". Consciência é justamente o que deve ser discutido e, talvez, o que me separa do Prof. Funari. Um determinado nível de consciência deve estar presente, pois, do contrário, não haveria a expressão da revolta. Mas é uma estratégia oblíqua de agressão, bastante diferente de algumas formas de contestação

parcial, a dos "vencidos" e a dos "vencedores", se ela não é totalizante, e nenhuma cultura é autônoma, nem a "popular", nem a "erudita". Em relação à Antiguidade, acho que podemos falar não de cultura popular, mas de versões (ou interpretações ou usos) populares de uma ideologia nobre e elitista, hegemônica senão única, que dava ao todo social a sua coerência, dando-lhe a sua própria inteligibilidade e agenciando, no seu interior, as formas de limitação e canalização das tensões e conflitos existentes. Não seria melhor para os próprios interessados, passados e presentes, deixar de fazer a "História dos vencidos" para entender melhor como a história fez deles os seus vencidos?

Pela importância do tema, pela competência e talento do autor, pelos

contemporâneas, onde percebemos a condenação explícita e direta do sistema.

No fim do livro (p. 74), o autor mostra como as elites, em diversas épocas, utilizaram a Antiguidade como sustentação ideológica ao criarem "raízes" ou a "herança" do mundo antigo. Daí o interesse em mostrar que as camadas populares da Antiguidade formularam questionamentos contra o elitismo dos dominantes. O Prof. Funari posiciona-se, desta forma, contra a história dos vencedores.

Mas será que, ao tentar resgatar a autonomia das criações culturais dos vencidos, apresentadas de forma favorável e simpática (no sentido etimológico), não se perde um pouco de vista o fato de que esta criação foi engendrada em função das necessidades e condicionamentos conscientes e (largamente) inconscientes da própria luta social? Toda história é

caminhos metodológicos que ele pratica, este livro será recebido, tenho certeza, como uma contribuição importante na área dos estudos sobre o mundo antigo.

